



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de Atividades **2017**

São Luís
2018

ORGANIZAÇÃO

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Marco Antonio Santos Amorim

Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

REDAÇÃO

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista Ministerial - SEPLAG

Shirley de Assis Serrador

Assessor Técnico - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Chefe de Seção – SEPLAG

Jéssica Cristina Almeida Leite

Estagiária - SEPLAG

SUPERVISÃO EDITORIAL E NORMALIZAÇÃO

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

REVISÃO

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Jéssica Cristina Almeida Leite

Samyr de Jesus Cutrim

Shirley de Assis Serrador

PROJETO GRÁFICO

Wemerson Duarte Macedo

FOTOS

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.

São Luís-MA. CEP: 65076-820.

Telefone: (98) 3219-1600 (98) 3231-2890.

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Anexo

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro.

São Luís-MA. CEP: 65020-910

Fone: (98) 3219-1804

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2017. – São Luís: Procuradoria
Geral de Justiça, 2018.

193 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO GESTÃO 2017

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Procurador de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Procurador de Justiça
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da PGJ

Justino da Silva Guimarães
Promotor de Justiça
Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

Rita de Cassia Maia Baptista
Procuradora de Justiça
Ouidora do Ministério Público

Ana Teresa Silva de Freitas
Promotora de Justiça
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

Cláudio Rebelo Correia Alencar
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do
Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Direitos Humanos e Cidadania

Herberth Costa Figueiredo
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

Paulo Silvestre Avelar Silva
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Defesa do Direito à Educação

Carlos Augusto Soares
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos
Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

Nacor Paulo Pereira dos Santos
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor

José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares

Promotor de Justiça
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim

Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho

Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Carmen Lígia Paixão Viana

Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

MEMBROS DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO/MA

Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues

Promotor de Justiça

Marcos Valentim Pinheiro Paixão

Promotor de Justiça

Klycia Luíza Castro de Menezes

Promotora de Justiça

COORDENADORIAS

Jerusa Capistrano Pinto Bandeira

Promotora de Justiça
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadora de Administração

Ivoneide Queiroz Santos

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Tatiana Alves de Paula

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Macedo Medeiros

Coordenadora de Comunicação

Alan Robert da Silva Ribeiro

Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

Ana Maria Álvares Nunes do Rêgo

Coordenadora de Processos

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenador de Serviços Gerais

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenador da Folha de Pagamento

Vicemir Teixeira Mota Fontenelle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIAS

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Maria Emília Martins Silva

Assessora-Chefe da Assessoria Técnica da Administração

Walter da Conceição Andrade Braga

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

Lucas Araújo Duailibe Pinheiro

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

Andrea de Melo Nogueira Duarte

Chefe de Cerimonial

APRESENTAÇÃO

Compete ao gestor público, ao final de cada ano, demonstrar com objetividade a aplicação dos recursos públicos que lhe foram confiados. Compete a ele, então, corresponder às expectativas, investindo com responsabilidade os recursos advindos dos esforços de todos os cidadãos maranhenses.

A sociedade espera, cada vez mais, por moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública, bem como melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais e o efetivo e articulado combate à corrupção. O cidadão vem exigindo, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e maior transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos.

Diante dessas expectativas, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias que assegurem resultados capazes de atender aos anseios da população em relação à atuação e ao papel conferido, ao longo da história, ao Ministério Público.

O Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2017, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica. Desenvolvemos um Plano Estratégico que foi premiado em primeiro lugar pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria Redução da Corrupção, e que em linhas gerais, definiu o caminho a ser seguido para reforçar a legitimidade de nossa Organização ao longo do tempo. Podemos caracterizá-lo como o conjunto de objetivos e ações necessárias para o cumprimento da missão e o alcance da visão de ser reconhecida como uma instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

Nesse contexto, é importante registrar que a consolidação da implementação do Planejamento estratégico 2016-2021, como elemento norteador das ações desenvolvidas no âmbito da atuação institucional, tem possibilitado estabelecer vantagens competitivas, para geração de resultados nas diferentes áreas de atuação, vinculadas aos 28 (vinte e oito) Objetivos Estratégicos orientadores das ações do Ministério Público do Maranhão.

A boa governança vem nos permitindo superar o modelo de estado burocrático por um modelo profissional de administração pública, que se pauta por resultados efetivos e prima pela eficiência nos serviços

públicos. Este modelo, numa perspectiva de indicadores de desempenho e impacto social, orienta-se por alguns princípios: liderança, motivação dos recursos humanos, desenvolvimento de uma cultura organizacional, comunicação e introdução de novas tecnologias.

Buscou-se qualificar e reforçar nossa atuação preventiva, investindo-se em pesquisa e tecnologia, com a aquisição do B.I. (Business Intelligence), que proporcionou ao Ministério Público uma maior agilidade na análise e processamento de dados, subsidiando tomadas de decisão que melhor atendam nossas metas e objetivos.

Assim, foram criados e implementados vários grupos de apoio ao combate à corrupção e à sonegação fiscal (Natar, Gaecos regionais), equipes essas que atuam de forma permanente e integradas, visando dar celeridade e qualidade aos trabalhos de investigação.

Aliado a tudo isso, foi inaugurado o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), que permitirá ampliar a capacidade do Ministério Público no combate aos crimes financeiros e ao crime organizado, por meio do intercâmbio de boas práticas na utilização de softwares e ferramentas tecnológicas.

Ser capaz de definir os caminhos para alcançar o patamar de desempenho esperado pela sociedade é um dos principais objetivos de nossa Instituição. Produzir resultados alinhados ao que foi planejado e, ao mesmo tempo, ajustados ao momento social e econômico que vivenciamos em 2017, em face das prioridades sociais e institucionais fixadas, foi e continua sendo nosso desafio. Esse desafio está sendo vencido com o compromisso e o envolvimento de todos os membros, servidores e colaboradores do Ministério Público.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	13
2	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	16
	2.1 Procuradoria Geral de Justiça	16
	2.2 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	17
	2.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	17
	2.4 Colégio de Procuradores de Justiça	19
	2.5 Conselho Superior do Ministério Público	20
	2.6 Corregedoria Geral do Ministério Público	21
	2.7 Procuradorias de Justiça	21
	2.8 Promotorias de Justiça	26
3	ÓRGÃOS AUXILIARES	49
	3.1 Escola Superior do Ministério Público	49
	3.2 Ouvidoria Geral do Ministério Público	53
4	ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	59
	4.1 Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça	59
	4.2 Assessoria Técnica (ASTEC)	60
	4.3 Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)	61
	4.4 Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)	62
	4.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)	66
5	CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOp)	69
	5.1 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO)	69
	5.2 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd)	73
	5.3 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde)	78
	5.4 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)	80
	5.5 Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim)	81
	5.6 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)	85
	5.7 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)	87
	5.8 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)	92
	5.9 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPD)	96
6	DIRETORIAS	101
	6.1 Diretoria Geral (DG)	101
	6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)	102

6.3	Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)	110
6.4	Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)	111
6.4.1	Planejamento Estratégico 2016-2021	115
7	COORDENADORIAS	121
7.1	Coordenadoria de Administração (CAD)	121
7.2	Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	123
7.3	Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)	130
7.4	Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	132
7.5	Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	140
7.6	Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	144
7.7	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)	146
7.8	Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM)	148
7.9	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)	150
7.10	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	153
7.11	Comissão Permanente de Licitação (CPL)	156
7.12	Chefia de Cerimonial	157
8	PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA	163
9	GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GAECO)	167
10	GABINETE DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (GABMC)	171
11	PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE	177
12	DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL	181
13	ATOS NORMATIVOS – 2017	187

INTENÇÃO ESTRATÉGICA



A declaração da Intenção Estratégica tem por finalidade publicar o propósito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA): para que ele existe, aonde quer chegar e em quais alicerces se apoia. Tem como cerne a missão, a visão de futuro, os princípios e os valores institucionais.

MISSÃO

Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia.

VISÃO 2021

Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

VALORES

- Acessibilidade
- Celeridade
- Compromisso com o capital humano
- Eficiência, eficácia e efetividade
- Ética e integridade
- Proatividade
- Transparência

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

- Unidade
- Indivisibilidade
- Independência Funcional

MAPA ESTRATÉGICO



MISSÃO
Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia.

VISÃO 2021 Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

ENTREGAS

Cidadania plena.

Sociedade fortalecida.

ATUAÇÃO FINALÍSTICA

- 1 Qualificar a atuação para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.
- 2 Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal.
- 3 Intensificar ações integradas no combate à macrocriminalidade, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal.
- 4 Fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária.

- 5 Intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural.
- 6 Atuar na prevenção e repressão às violações dos direitos do consumidor.
- 7 Exigir a integralidade, a universalização e a qualidade das ações e serviços públicos de saúde.
- 8 Exigir qualidade, garantir o acesso e estimular a permanência na Educação.

- 9 Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas.
- 10 Intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente.
- 11 Defender os interesses de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade familiar, social e econômica.

GESTÃO ESTRATÉGICA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- 1 Desenvolver cultura organizacional de planejamento e gestão.
- 2 Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores.
- 2 Implantar modelo de gestão de pessoas com foco em competências e resultados.
- 2 Aprimorar a política Institucional de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para membros e servidores.

- 13 Otimizar a gestão administrativa e os processos de trabalho.
- 1 Ampliar a atuação especializada e implementar sua regionalização.
- 2 Aperfeiçoar a política de capacitação e desenvolvimento.
- 2 Adequar o quadro funcional às necessidades da instituição.

- 1 Conciliar o princípio da Independência Funcional com as diretrizes institucionais.
- 1 Ampliar as parcerias institucionais com outros órgãos nas diversas áreas de atuação.
- 24 Assegurar infraestrutura física adequada às necessidades institucionais.
- 26 Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI.
- 2 Efetivar melhores práticas de governança de TI.

- 1 Aperfeiçoar os canais de comunicação internos e externos.
- 19 Implantar política institucional de práticas sustentáveis.
- 2 Otimizar a execução orçamentária.
- 2 Captar recursos externos.

PRINCÍPIOS

- Indivisibilidade
- Independência Funcional

VALORES

- Proatividade
- Ética e integridade
- Compromisso com o capital humano
- Celeridade
- Transparência
- Acessibilidade
- Eficiência, eficácia e efetividade



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**



1 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

Administração Superior do MPMA:

- Procuradoria-Geral de Justiça,
- Colégio de Procuradores,
- Conselho Superior do Ministério Público
- Corregedoria Geral do Ministério Público

Administração:

- Procuradorias
- Promotorias de Justiça

Execução:

- Procurador-Geral,
- Conselho Superior,
- Procuradores e Promotores de Justiça,
- Centros de Apoio Operacionais

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Destaque-se que essas atividades são imprescindíveis à disponibilização dos meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.



* Conforme Ato Regulamentar Nº 020/2008, Lei Complementar Nº 013/1991, e Ato Regulamentar Nº 02/2012, Lei Nº 9.688/2012
Elaboração: Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão com revisão da Diretoria Geral.





**ADMINISTRAÇÃO
SUPERIOR**

2 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

2.1 Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, eleito para o mandato/biênio 2016-2018, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51¹ do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça).

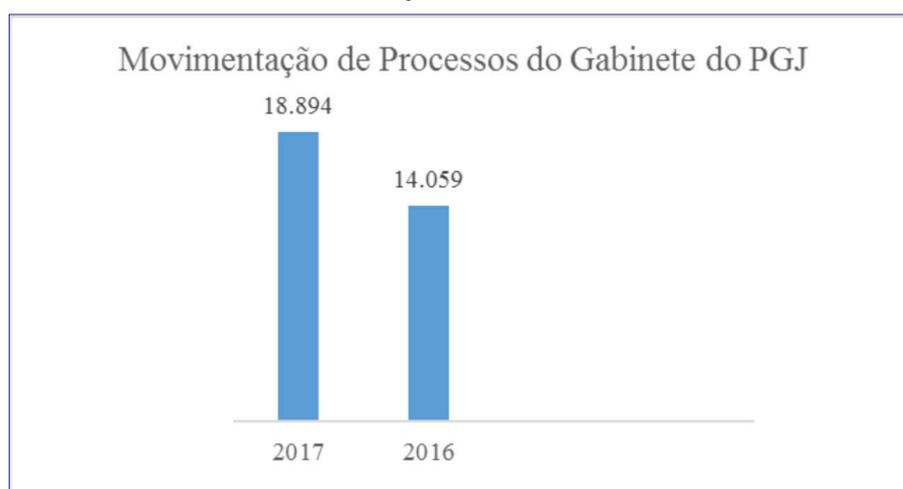
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Durante o ano de 2017, contou com um quadro de apoio técnico composto de 06 (seis) servidores, lotados consoante Portaria nº. 6951/2014-GPGJ, coordenados pela promotora de justiça Fabíola Faheína Fernandes Ferreira, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao procurador-geral de justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete do Procurador-Geral de Justiça:

Gráfico 1 - Movimentação Processual do Gabinete/PGJ



Fonte: GAB-PGJ, 2017.

Tabela 1 – Atividades Administrativas do Gabinete do PGJ

Documento	Quantidade
Decisão	773
Despachos	123
Ofício	1.141
Ofício Circular	40
Memorando	387
Parecer	3.974

Fonte: GAB-PGJ, 2017.

¹ Art. 51. A Procuradoria-Geral de Justiça tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça e compreende:

I – o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; (*grifou-se*)

II – a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;

III – a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

2.2 Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, e ainda interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Também representa o Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008 e cabe, ainda, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

- Ao longo de 2017, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **08 (oito) Audiências**, sendo: 05 (cinco) de Instrução e Julgamento; 02 (duas) de Conciliação e 01 (uma) Preliminar;
- O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **44 (quarenta e quatro) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça**, sendo: 26 (vinte e seis) Sessões Jurisdicionais e 18 (dezoito) Sessões Administrativas.
- Submeteu ao Corregedor-Geral do Ministério Público, todos os meses, **Relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça**.
- **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos**, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino; substituindo Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário.
- **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em Eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado.
- **Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição.
- **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias**, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias.

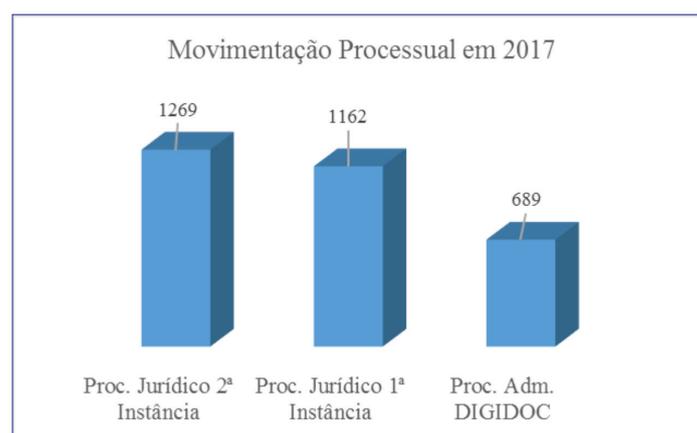


Gráfico 2 – Movimentação Processual da SUBJUR
Fonte: SUBJUR/PGJ, 2017.

2.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria-Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram

a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito da Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão Ministerial na análise e acompanhamento das seguintes matérias:

- a) **concessões de adiantamento** disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens; caráter sigiloso e material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ. Nesse norte, esta Subprocuradoria Geral, no ano de 2017, analisou um total de **157** (cento e cinquenta e sete) processos administrativos, concedendo um total de **R\$ 462.962,90** (quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) de adiantamentos para membros e servidores, relativos a 335 (trezentos e trinta e cinco pedidos, dos quais restaram como inscritos no Balanço Patrimonial desta PGJ apenas **um suprido** que não conseguiu regularizar suas pendências na prestação de contas;
- b) **concessões de diárias e passagens aéreas** a servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares, sendo que nesse ano, dando continuidade à política de valorização de nossos quadros, realizamos a aplicação de todo o montante destinado à capacitação de membros e servidores, com destinação de mais de 01 (um) milhão de reais para tal ação.
- c) **análise dos mais diversos pedidos administrativos** atinentes à férias, progressões e promoções funcionais na carreira, licenças médicas definidas em lei, demais afastamentos - como licenças prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento, designações de substituição de cargos comissionados e funções gratificadas, abonos de permanência, adicionais pecuniários, pedidos de exonerações, incorporação de tempo de serviço, concessões de gratificações, etc.

No que pertine à **progressão e promoção funcional**, analisou-se e deferiu-se um total de **470** (quatrocentos e setenta progressões/promoções), havendo, ademais, a homologação de estágio probatório de 115 (cento e quinze) servidores ocupantes dos cargos de Analista Ministerial e Técnico Ministerial, admitidos durante o ano de 2014.

No que toca à **Política Local de Gestão de Pessoas**, esta Subprocuradoria Geral de Justiça teve importante participação na sua edição e finalização, cujo Ato foi devidamente assinado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça no último dia 19, contando com a presença desta signatária, convertendo-se em importante instrumento de valorização dos integrantes desta Instituição.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a **coleta e o gerenciamento do controle de frequência dos servidores** efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao **Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ**, além da análise e julgamento de **processos administrativos disciplinares** para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2017, a Subprocuradoria Geral estabeleceu rigoroso controle da frequência dos servidores, sempre atentando para o correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Já em relação aos processos administrativos disciplinares, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, decidindo sempre com base nos princípios norteadores da Administração Pública, sendo aplicado **três penalidades (suspensão, repreensão e advertência)** a três servidores, por práticas de infrações disciplinares, cujos processos foram devidamente instaurados e conduzidos por esta unidade ministerial.

Constata-se, destarte, a expressiva atuação deste órgão do Ministério Público na implementação de ações diversificadas visando à otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada

vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Registre-se, ademais, o suprimento de demandas administrativas diversas, como o preenchimento de claros na Execução de Mandados da Corregedoria Geral, GAECO, Diretoria Geral e Setor de Transportes; Destinação de novos estagiários para a Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital; Edição do Novo Ato Regulamentar que trata de licenças médicas; Estruturação dos Núcleos de Assessoria Técnica, com nomeações e remoções necessárias de servidores, entre outras.

Especificamente quanto ao provimento de cargos, destaca-se que foram autorizadas e finalizadas a criação de 04 cargos de Assessor de Promotor de Justiça, pela Lei nº 10.675, de 13 de setembro de 2017, além do preenchimento **de mais 40 (quarenta) cargos efetivos**, sendo 15 (quinze) de Analista Ministerial, 25 (vinte e cinco) de Técnico Ministerial, 13 (treze) cargos comissionados e 06 Funções de Confiança (três FC-01 e três FC-02) criados pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, além do aumento de 43 vagas de estágio não-obrigatório, sendo 41 (quarenta e uma) pelo Ato Regulamentar nº 03/2017-GPGJ e 02 (duas) pelo Ato Regulamentar nº 12/2017-GPGJ, contemplando unidades desta Capital e Promotorias de Justiça do interior do Estado, tendo sido providos 134 (cento e trinta e quatro) vagas de estagiários não-obrigatório com lotação em São Luís e Promotorias de Justiça do interior, com a convocação dos aprovados nos seletivos homologados em dezembro de 2016 e julho de 2017 e autorizada a prorrogação, por mais um ano, da validade do Seletivo de Estágio não-obrigatório, homologado pelo Edital nº 11/2016, conforme Ato de prorrogação nº 680/2017;

Quanto à movimentação de servidores, autorizou-se a realização de 05 (cinco) Concursos de Remoção, contemplando **43 (quarenta e três) servidores estáveis**.

Termos de Convênio

Foram colocados à disposição desta Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às respectivas Promotorias de Justiça expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos – total de 60 (sessenta), a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação do quadro de servidores.

Para tal ação, foram ainda firmados mais dezessete **Termos de Convênios** com diversas Prefeituras Municipais, quais sejam: Santa Quitéria, Imperatriz, Balsas, Riachão, Tutóia, Cajapió, Mirinzal, Lago da Pedra, Codó. Da mesma forma, foram disponibilizados um total **18** (dezoito) de policiais militares da reserva remunerada, a fim de incrementar o potencial de segurança institucional de Promotorias de Justiça do interior do estado e da Capital.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas ministeriais, tendo movimentado um **total de 12.795** (doze mil, setecentos e noventa e cinco) processos administrativos.

2.4 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares.

Tabela 2 – Atividades Administrativas do Colégio de Procuradores

Discriminação	2017	2016
<i>Sessões Realizadas</i>	20	19
<i>Processos Administrativos</i>	24	6
<i>Recursos Administrativos</i>	4	3
<i>Resoluções Aprovadas</i>	10	5

Fonte: CPJ/PGJ, 2016.

2.5 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

Em 2017 foram realizadas **23 sessões** no período, sendo **19 ordinárias** e **04 extraordinárias**.

Tabela 3 – Movimentação Processual do Conselho Superior

Movimentação	Quantidade
<i>Arquivamento Homologado e Devolução à origem</i>	473
<i>Encaminhamento ao MPF</i>	99
<i>Sindicâncias e PAD</i>	03
<i>Convertidos em Diligência (nas Sessões)</i>	18
<i>Autorização para Afastamento</i>	43
<i>Relatórios de Vitaliciamento</i>	03
<i>Pedidos de prorrogação de prazo</i>	543
<i>Remoções</i>	11
<i>Pedido de Vista</i>	01

Fonte: CSMP/PGJ, 2017.

Tabela 4 – Distribuição Processual (Biênio 2015-2017)

Conselheiro	Distribuídos	Julgados	Diligências	Ag. Pauta	Saldo
<i>Carlos Jorge Avelar Silva</i>	326	288	5	12	21
<i>Domingas de Jesus Froz Gomes</i>	231	203	5	1	22
<i>Francisco das Chagas Barros de Sousa</i>	282	245	2	7	28
<i>Joaquim Henrique de Carvalho Lobato</i>	156	155	1	0	0
<i>Regina Lúcia de Almeida Rocha</i>	100	100	0	0	0
<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	249	196	2	0	51
<i>Suvamy Vivekananda Meireles</i>	105	104	1	0	0
<i>Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf</i>	312	287	7	1	17
Total	1761	1578	23	21	139

Fonte: CSMP/PGJ, 2017.

A Secretaria do Conselho Superior vem buscando atender seu público interno e externo da melhor forma possível, visando principalmente atingir o melhor índice de excelência. Desde a nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir de 2016, a Coordenação de Modernização e Tecnologia da PGJ, disponibilizou a ferramenta *Youtube* para transmissão on-line das Sessões, sendo a Secretaria responsável pela publicação das notícias no site do Conselho, bem como àquelas tarefas de sua competência, tais como: pautas, atas, extratos acesso de link direto ao vídeo gravado.

Os Enunciados de n.º 09/2016 até o de n.º 19/2017, aprovados e publicados, foram criados com o objetivo de contribuir para uma maior integração institucional, de forma a possibilitar que todos trabalhem de forma integrada (Servidores, Apoios, Membros e Conselheiros), para que as rotinas e normas sejam conhecidas e obedecidas, sendo a comunicação eletrônica necessária e cada vez mais utilizada, tendo como meta a celeridade processual e a redução de custos, sem prejuízo das exigências processuais e regulamentares.

2.6 Corregedoria Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 5 – Atividades Administrativas da Corregedoria

Atividades	Quantidade
<i>Correições</i>	102
<i>Inspeções</i>	26
<i>Sindicâncias</i>	8
<i>Vitalicamento</i>	21
<i>Estágio Probatório</i>	32
<i>Recomendações</i>	1
<i>Exercício de Magistério</i>	19
<i>Ofícios Expedidos</i>	537
<i>Ofícios Circulares</i>	13
<i>Memorandos</i>	456
<i>Processos Despachados</i>	3494
<i>Provimentos</i>	2

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2.7 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991.

Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

Dados Estatísticos da Atuação Funcional das Procuradorias de Justiça - 2017

1ª Procuradoria Criminal

Tabela 6 – Atuação Funcional da 1ª Procuradoria Criminal

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Maria dos Remédios Serra*</i>	640	640
<i>Eduardo Jorge H. Nicolau (**)*</i>	216	216
<i>Suvamy V. Meireles (*)</i>	369	369
<i>Selene Coelho de Lacerda (*)</i>	525	519
Total	1.750	1.744

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2ª Procuradoria Criminal

Tabela 7 – Atuação Funcional da 2ª Procuradoria Criminal

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Regina Lúcia A. Rocha (**)* +</i>	544	544
<i>Lígia Maria Cavalcanti (*) (+)</i>	575	575
<i>Krishnamurti M. França</i>	440	440
<i>Regina da Costa Leite (*)</i>	1.061	1.061
Total	2.620	2.620

Fonte: CG/PGJ, 2017.

3ª Procuradoria Criminal

Tabela 8 – Atuação Funcional da 3ª Procuradoria Criminal

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Flávia Teresa de V Vieira</i> (*)	534	534
<i>Rita de Cassia Maia Batista</i> (**)(*)	539	539
<i>Maria de Fátima R Travassos Cordeiro</i> (*)	768	776
<i>Maria Luíza R. M. Cutrim</i> (*)	632	632
Total	2.473	2.481
Total Geral	6.843	6.845

* Responderam por mais de uma Procuradoria

** Exercendo os cargos de Corregedor-Geral do Ministério Público e Ouvidora-Geral
+ Substituído (a) por Promotor (a)

Fonte: CG/PGJ, 2017.

1ª Procuradoria Criminal

Tabela 9 – Atuação Funcional da 1ª Procuradoria Criminal

	Habeas Corpus	Apelação Criminal	Rec. Sent. Estrito	Outros
<i>Maria dos Remédios F. Serra</i>	104	342	68	126
<i>Eduardo Jorge Hiluy Nicolau</i>	77	86	17	36
<i>Suvamy Vivekananda Meireles</i>	88	187	39	55
<i>Selene Coelho de Lacerda</i>	137	305	38	45
Total	406	920	162	262

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2ª Procuradoria Criminal

Tabela 10 – Atuação Funcional da 2ª Procuradoria Criminal

	Habeas Corpus	Apelação Criminal	Rec. Sent. Estrito	Outros
<i>Regina Lúcia de Almeida Rocha</i>	147	272	41	84
<i>Lígia Maria da Silva Cavalcanti</i>	188	279	50	58
<i>Krishnamurti Lopes Mendes França</i>	102	233	45	60
<i>Regina Maria da Costa Leite</i>	255	593	86	127
Total	692	1.377	222	329

Fonte: CG/PGJ, 2017.

3ª. Procuradoria Criminal

Tabela 11 – Atuação Funcional da 3ª Procuradoria Criminal

	Habeas Corpus	Apelação Criminal	Rec. Sent. Estrito	Outros
<i>Flávia Teresa de Viveiros Vieira</i>	182	244	40	68
<i>Rita de Cassia Maia B. Moreira</i>	135	232	46	126
<i>Maria de Fátima R. T. Cordeiro</i>	201	422	52	93
<i>Maria Luíza Ribeiro Martins</i>	147	338	53	94
Total	665	1.236	191	381

Fonte: CG/PGJ, 2017.

1ª Procuradoria Cível

Tabela 12 – Atuação Funcional da 1ª Procuradoria Cível

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>José Antônio Oliveira Bents (+)</i>	1.227	1.225
<i>Domingas de Jesus Froz Gomes (*) (+)</i>	1.757	1.767
<i>Terezinha de Jesus G. Bonfim (*)</i>	897	879
<i>Marco Antônio A. Guerreiro (*)</i>	998	1.009
Total	4.879	4.880

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2ª Procuradoria Cível

Tabela 13 – Atuação Funcional da 2ª Procuradoria Cível

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Raimundo Nonato de C. Filho (*)</i>	1.284	1.284
<i>Clodenilza Ribeiro Ferreira</i>	1.137	1.093
<i>Sandra Lúcia A. Elouf (*)</i>	1.260	1.262
<i>Eduardo Daniel Pereira Filho (*)</i>	1.298	1.289
Total	4.979	4.928

Fonte: CG/PGJ, 2017.

3ª Procuradoria Cível

Tabela 14 – Atuação Funcional da 3ª Procuradoria Cível

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Iracy Martins Figueiredo Aguiar (*)</i>	1.411	1.413
<i>Ana Lídia de Melo e Silva Moraes (*)</i>	1.206	1.209
<i>Themis Maria Pacheco de Carvalho (*)</i>	1.490	1.459
<i>Mariléa Campos Santos Costa (**) (*)</i>	993	993
Total	5.100	5.074

Fonte: CG/PGJ, 2017.

4ª Procuradoria Cível

Tabela 15 – Atuação Funcional da 4ª Procuradoria Cível

Nome	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>José Henrique Marques Moreira (*) (+)</i>	1.226	1.167
<i>Francisco Barros de Sousa (**)</i>	952	928
<i>Paulo Roberto Saldanha Ribeiro (*)</i>	1.265	1.158
<i>Carlos Jorge Avelar Silva (*) (+)</i>	1.565	1.589
Total	5.008	4.842

Fonte: CG/PGJ, 2017.

5ª Procuradoria Cível

Tabela 16 – Atuação Funcional da 5ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Proc. Recebidos	Proc. Devolvidos
<i>Teodoro Peres Neto (**) (*)</i>	1.429	1.412
<i>Sâmara Ascar Sauáia (*)</i>	1.657	1.657
<i>Joaquim Henrique Lobato (*)</i>	1.254	1.191
Total	4.340	4.260
Total Geral	24.306	23.984

** Exercendo o cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

*Responderam por mais de uma Procuradoria

+ Substituído (a) por Promotor (a)

Fonte: CG/PGJ, 2017.

1ª Procuradoria Cível

Tabela 17 – Atuação Funcional da 1ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Mand. de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa necessária	Outros
<i>José Antônio Oliveira Bents</i>	16	195	940	49	27
<i>Domingas Froz Gomes</i>	23	239	1.134	65	296
<i>Terezinha Guerreiro Bonfim</i>	13	151	616	22	95
<i>Marco Antonio A. Guerreiro</i>	12	158	761	35	32
Total	64	743	3.451	171	450

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2ª Procuradoria Cível

Tabela 18 – Atuação Funcional da 2ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Mand. de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa necessária	Outros
<i>Raimundo Nonato de C. Filho</i>	21	220	948	37	58
<i>Clodenilza Ribeiro Ferreira</i>	15	155	885	48	34
<i>Sandra Lúcia A. Elouf</i>	24	188	944	57	47
<i>Eduardo Daniel Pereira Filho</i>	23	207	973	60	35
Total	83	770	3.750	202	174

Fonte: CG/PGJ, 2017.

3ª Procuradoria Cível

Tabela 19 – Atuação Funcional da 3ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Mand. de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa necessária	Outros
<i>Iracy Martins Figueiredo</i>	29	229	1.041	74	38
<i>Ana Lúcia de Melo Moraes</i>	18	212	889	49	38
<i>Themis Maria P. de Carvalho</i>	25	209	1.024	64	168
<i>Mariléa Campos S. Costa</i>	15	165	747	42	24
Total	87	815	3.701	229	268

Fonte: CG/PGJ, 2017.

4ª Procuradoria Cível

Tabela 20 – Atuação Funcional da 4ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Mand. de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa necessária	Outros
<i>José Henrique Moreira</i>	14	97	952	25	138
<i>Francisco Barros de Sousa</i>	16	143	734	32	27
<i>Paulo Roberto R. Saldanha</i>	18	191	962	55	39
<i>Carlos Jorge Avelar Silva</i>	26	237	1.146	67	89
Total	74	668	3.794	179	293

Fonte: CG/PGJ, 2017.

5ª Procuradoria Cível

Tabela 21 – Atuação Funcional da 5ª Procuradoria Cível

<i>Nome</i>	Mand. de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa necessária	Outros
<i>Teodoro Peres Neto</i>	21	189	926	60	233
<i>Sâmara Ascar Sauáia</i>	24	265	1.232	72	64
<i>Joaquim Henrique Lobato</i>	22	203	841	43	145
Total	67	657	2.999	175	442

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 22 – Atuação Funcional do Procurador Geral de Justiça (Tribunal Pleno)

<i>Mês</i>	Recebidos
<i>Janeiro</i>	36
<i>Fevereiro</i>	527
<i>Março</i>	65
<i>Abril</i>	32
<i>Maio</i>	40
<i>Junho</i>	66
<i>Julho</i>	69
<i>Agosto</i>	73
<i>Setembro</i>	64
<i>Outubro</i>	58
<i>Novembro</i>	44
<i>Dezembro</i>	37
Total	1.111

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Procurador Geral – Tribunal Pleno

Tabela 23 – Atuação Funcional do Procurador Geral de Justiça (Tribunal Pleno)

Processos Recebidos	Processos Devolvidos
1.111	1.083

Recesso Natalino – Dez/17 a Jan/18

Processos Recebidos	Processos Devolvidos
95	95

TOTAL GERAL:

Recebidos	Devolvidos	Saldo
32.355	32.007	348

Fonte: CG/PGJ, 2017.

2.8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 24 – Quantidade de Promotorias de Justiça – 2017

Nº Municípios	217
Nº Comarcas	112
Nº Promotorias de Justiça	309
Nº Promotores de Justiça	305

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 25 – Distribuição das Promotorias de Justiça – 2017

Entrância	Nº de Comarcas	Nº de Promotorias	Nº de Promotores
Final	1	117	111
Intermediária	35	117	121
Inicial	76	76	69
Substitutos	-	-	11
Total	112	310	312

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Quadro 1 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Final – 2017

Entrância Final – São Luís	
Promotorias de Justiça Cíveis: 23	
1ª Cível	1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
2ª Cível	3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
3ª Cível	5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
4ª Cível	7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal.
5ª Cível	1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível.
6ª Cível	2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível.
7ª Cível	3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível.
8ª Cível	4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível.
9ª Cível	5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública.
10ª Cível	1º Promotor de Interdição, Tutela e Ausência, 1ª Vara de Interdição.
11ª Cível	1º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
12ª Cível	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
13ª Cível	3º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
14ª Cível	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família da Família.
15ª Cível	5º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
16ª Cível	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
17ª Cível	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.

18ª Cível	8º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
19ª Cível	9º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
20ª Cível	10º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
21ª Cível	11º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Quadro 2 – Distribuição das Promotorias de Justiça Criminais da Entrância Final – 2017

Promotorias de Justiça Criminais: 34	
1ª a 14ª Criminais	Varas Criminais
15ª a 17ª Criminais	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
18ª Criminal	18º Promotor de Justiça Criminal
19ª a 22ª Criminais	1ª e 2ª Varas de Entorpecentes
23ª a 26ª Criminais	Tribunal do Júri
27ª a 30ª Criminal	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
31ª a 34ª Criminal	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados.

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Quadro 3 – Distribuição das Promotorias de Justiça Especializadas da Entrância Final – 2017

Promotorias de Justiça Especializadas:	
1ª e 2ª Especializada	Fundações de Interesse Social
3ª Especializada	Registro Público e de Massas Falidas
4ª e 5ª Especializada	Defesa da Educação
6ª Especializada	Justiça Militar
7ª e 8ª Especializadas	Meio Ambiente
9ª e 10ª Especializadas	Defesa do Consumidor
11ª Especializada	Defesa dos Direitos Humanos
12ª Especializada	Itinerante
14ª e 15ª Especializada	Defesa da Pessoa com Deficiência
16ª e 17ª Especializada	Defesa do Idoso
18ª a 20ª Especializadas	Defesa da Saúde
21ª e 22ª Especializadas	Defesa da Mulher
23ª a 25ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
26ª e 27ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
28ª a 31ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
32ª a 37ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
38ª e 39ª Especializadas	Conflitos Agrários
1ª e 20ª Substituição Plena	Substituição Plena

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Quadro 4 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Intermediária – 2017

Entrância Intermediária: 117 Promotorias de Justiça		
Açailândia	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal

	6ª	5ª Vara Criminal
Araíóses	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Bacabal	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Balsas	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Barra do Corda	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Buriticupu	Única	Única
Brejo	Única	Única
	1ª	1ª Vara
Caxias	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Saúde
	5ª	Defesa da Mulher
	6ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	7ª	Infância e Juventude
Chapadinha	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Codó	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Coelho Neto	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Colinas	Única	Única
Coroatá	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Estreito	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Grajaú	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
	1ª Cível	1ª Vara da Família
Imperatriz	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal

	8ª Criminal	Júri
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público e Probidade Administrativa
	7ª Especializada	Infância e Juventude
	8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	9ª Especializada	Defesa da Criança e Adolescente
Itapecuru-Mirim	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
João Lisboa	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Lago da Pedra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Maracaçumé	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Paço do Lumiar	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pedreiras	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pinheiro	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Porto Franco	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Presidente Dutra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Rosário	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Santa Helena	Única	Única
Santa Inês	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Santa Luzia	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
São José de Ribamar	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor

Timon	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Infância e Juventude
	2ª Especializada	Juizado Especial Cível e Criminal
Tuntum	Única	Única
Viana	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Vitorino Freire	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Zé Doca	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Quadro 5 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Inicial – 2017

Entrância Inicial:	76 Promotorias de Justiça
<i>Alcântara</i>	Olho D' Água das Cunhãs
<i>Alto Parnaíba</i>	Olinda Nova
<i>Amarante do Maranhão</i>	Paraibano
<i>Anajatuba</i>	Parnarama
<i>Arame</i>	Passagem Franca
<i>Arari</i>	Pastos Bons
<i>Bacuri</i>	Paulo Ramos
<i>Barão de Grajaú</i>	Penalva
<i>Barreirinhas</i>	Pindaré
<i>Bequimão</i>	Pio XII
<i>Bom Jardim</i>	Poção de Pedras
<i>Buriti</i>	Raposa
<i>Buriti Bravo</i>	Riachão
<i>Cândido Mendes</i>	Santa Luzia do Paruá
<i>Cantanhede</i>	Santa Quitéria do Maranhão
<i>Carolina</i>	Santa Rita
<i>Carutapera</i>	Santo Antônio dos Lopes
<i>Cedral</i>	São Bento
<i>Cururupu</i>	São Bernardo
<i>Dom Pedro</i>	São Domingos do Azeitão
<i>Esperantinópolis</i>	São Domingos do Maranhão
<i>Gov. Eugênio de Barros</i>	São Francisco do Maranhão
<i>Gov. Nunes Freire</i>	São João Batista
<i>Guimarães</i>	São João dos Patos
<i>Humberto de Campos</i>	São Luís Gonzaga
<i>Icatu</i>	São Mateus do Maranhão
<i>Igarapé Grande</i>	São Raimundo das Mangabeiras
<i>Itinga do Maranhão</i>	São Pedro da Água Branca
<i>Joselândia</i>	São Vicente de Férrer

Loreto	Senador La Roque
Magalhães de Almeida	Sucupira do Norte
Matinha	Tasso Fragoso
Matões	Timbiras
Mirador	Turiação
Mirinzal	Tutóia
Monção	Urbano Santos
Montes Altos	Vargem Grande
Morros	Vitória do Mearim



Quadro 6 – Distribuição das Promotorias de Justiça por Regiões – 2017

1ª Região – Comarca da Ilha de São Luís (01 Comarca)	
<i>São Luís (Capital)</i>	Raposa
<i>Paço do Lumiar</i>	São José de Ribamar

2ª Região – Pré-Amazonica (13 Comarcas)	
<i>Buriticupu</i>	Pindaré-Mirim
<i>Bom Jardim</i>	Santa Inês
<i>Cândido Mendes</i>	Santa luzia do Paruá
<i>Carutapera</i>	Santa luzia
<i>Governador Nunes Freire</i>	Turiaçu
<i>Maracaçumé</i>	Zê doca
<i>Monção</i>	

3ª Região – Baixada (16 Comarcas)	
<i>Alcântara</i>	Olinda Nova
<i>Bacuri</i>	Pinheiro
<i>Bequimão</i>	Penalva
<i>Cururupu</i>	Santa Helena
<i>Cedral</i>	São Vicente Ferrer
<i>Guimarães</i>	São João Batista
<i>Matinha</i>	São Bento
<i>Mirinzal</i>	Viana

4ª Região – Cocais (24 Comarcas)	
<i>Barão de Grajaú</i>	Passagem Franca
<i>Buriti bravo</i>	Presidente Dutra
<i>Caxias</i>	Paraibano
<i>Codó</i>	Parnarama
<i>Colinas</i>	Santo Antônio dos Lopes
<i>Coroatá</i>	São Francisco do Maranhão
<i>Coelho neto</i>	São João dos Patos
<i>Dom Pedro</i>	São Domingos do Maranhão
<i>Governador Eugênio Barros</i>	Sucupira do norte
<i>Matões</i>	Timbiras
<i>Mirador</i>	Timon
<i>Pastos Bons</i>	Tuntum

5ª Região – Mearim (16 Comarcas)	
<i>Arari</i>	Paulo Ramos
<i>Anajatuba</i>	Pedreiras
<i>Bacabal</i>	Pio XII
<i>Barra do Corda</i>	Poção de Pedras
<i>Esperantinópolis</i>	São Mateus
<i>Igarapé Grande</i>	São Luís Gonzaga
<i>Joselândia</i>	Vitorino Freire
<i>Lago da Pedra</i>	Vitória do Mearim

6ª Região – Baixo Parnaíba (18 Comarcas)	
<i>Araíoses</i>	Morros
<i>Barreirinhas</i>	Magalhães de Almeida
<i>Brejo</i>	Rosário
<i>Buriti</i>	Santa Rita
<i>Cantanhede</i>	Santa Quitéria
<i>Chapadinha</i>	São Bernardo
<i>Humberto de Campos</i>	Tutóia
<i>Icatu</i>	Urbanos Santos
<i>Itapecuru-Mirim</i>	Vargem Grande

7ª Região – Tocantina (11 Comarcas)	
<i>Açailândia</i>	Itinga do Maranhão
<i>Arame</i>	João Lisboa
<i>Amarante do Maranhão</i>	Montes Altos
<i>Estreito</i>	Porto Franco
<i>Grajaú</i>	Senador La Roque
<i>Imperatriz</i>	

8ª Região – Sul Do Maranhão (08 Comarcas)	
<i>Alto Parnaíba</i>	Riachão
<i>Balsas</i>	São Domingos do Azeitão
<i>Carolina</i>	São Raimundo das Mangabeiras
<i>Loreto</i>	Tasso Fragoso

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Dados Estatísticos da Atuação Funcional das Promotorias de Justiça – 2017 Resolução N° 74/CNMP

Tabela 26 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil e Procedimento Preparatório)

EXTRAJUDICIAL												
Classes: Inquérito Civil, Procedimento Preparatório												
Assuntos	Estatísticas						Movimentos					
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação	
							Sem TAC	Com TAC				
Concurso Público	23	6	3	26	0	0	1	1	1	8	0	
Controle Externo da Atividade Policial	2	3	1	4	0	0	0	0	0	0	0	
Direito da Criança e do Adolescente	146	236	177	205	11	0	46	0	18	156	1	
Direito do Consumidor	94	54	50	237	7	3	16	3	15	114	3	
Direito Eleitoral	45	48	38	55	8	0	31	0	0	77	0	
Direito Militar	8	1	2	7	0	0	3	0	3	11	0	
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Domínio Público	45	17	9	53	4	1	3	0	0	51	0	
Educação	80	91	58	362	2	2	16	1	26	242	37	
Improbidade Administrativa	966	919	364	2.027	88	5	131	18	32	506	11	
Licitações	143	106	49	200	171	0	15	0	5	103	8	
Meio Ambiente	167	127	57	376	40	1	12	6	20	304	12	
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ordem Urbanística	102	57	35	124	4	1	5	2	2	128	2	
Patrimônio Público	217	433	189	2825	169	1	140	1	5	1088	9	
Pessoa Idosa	6	21	13	107	5	1	14	0	4	111	87	
Pessoa com Deficiência	63	31	17	79	5	14	3	2	6	379	10	
Repasse Verbas Públicas	4	9	2	11	0	0	0	0	0	6	0	
Repasse Verbas SUS	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Responsabilidade Civil	27	20	4	43	3	1	1	0	0	49	0	
Saúde	158	115	67	469	22	3	16	3	11	166	20	
Servidor Público Civil	25	40	7	58	4	0	3	0	1	33	2	
Acessibilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais Assuntos	533	797	333	2069	213	28	148	22	104	1936	110	

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 27 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Administrativo)

EXTRAJUDICIAL												
Classe: Procedimento Administrativo												
Assuntos	Estatísticas					Movimentos						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requirição de Perícia	Recomendação	
							Sem TAC	Com TAC				
Concurso Público	6	7	7	6	2	0	0	0	0	0	0	
Controle Externo da Atividade Policial	2	20	10	12	0	0	1	0	0	8	0	
Direito da Criança e do Adolescente	231	579	252	804	22	2	5	0	25	239	47	
Direito do Consumidor	46	47	30	63	4	0	2	0	3	34	1	
Direito Eleitoral	21	63	12	72	1	0	0	0	1	5	0	
Direito Militar	2	5	2	5	0	0	1	0	0	9	0	
Direitos Indígenas	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Educação	30	66	20	76	2	4	1	0	2	34	4	
Improbidade Administrativa	448	674	160	962	27	4	5	1	2	199	5	
Meio Ambiente	55	51	19	87	0	1	1	0	0	49	3	
Minorias Étnicas	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	
Ordem Urbanística	18	12	10	20	1	1	0	0	1	4	1	
Patrimônio Público	245	277	125	397	21	0	24	0	9	166	11	
Pessoa Idosa	9	29	3	35	0	0	0	0	0	12	0	
Pessoas com Deficiência	23	37	9	51	0	0	0	0	1	72	3	
Responsabilidade Civil	4	10	2	12	0	0	0	0	0	4	0	
Saúde	164	194	99	256	5	6	10	0	7	242	21	
Servidor Público Civil	27	65	25	67	5	4	4	0	1	49	1	
Demais Assuntos	1,011	1,306	500	1,807	59	24	19	1	28	931	40	

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 28 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Peças de Informação)

EXTRAJUDICIAL									
Classe: Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação - PIC)									
Assuntos	Estatísticas				Movimentos				
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento			
Concussão	0	0	0	0	0	0			
Corrupção Ativa	2	2	1	3	1	0			
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	0			
Crimes contra a Ordem Tributária	33	16	1	48	2	2			
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	14	33	4	43	4	1			
Crimes da Lei de Licitações	31	55	0	86	5	0			
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	3	4	0	7	0	0			
Crimes de Responsabilidade	33	35	1	67	2	0			
Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral	14	13	1	26	1	1			
Peculato	11	3	0	14	0	1			
Tráfico de Drogas e Conduitas Afins	1	3	0	4	0	0			
Tráfico de Pessoas e Correlatos	0	0	0	0	0	0			
Família	0	7	0	7	0	0			
Demais Assuntos	645	1,022	135	1,532	65	38			

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 29 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)
EXTRAJUDICIAL

Classe: Procedimento Preparatório Eleitoral												
Assuntos	Estatísticas					Movimentos						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação	
							Sem TAC	Com TAC				
Administração da Justiça Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alistamento Eleitoral	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	
Diplomação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Direitos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Eleições	6	75	34	47	30	0	1	0	0	5	0	
Execução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Garantias Processuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Plebiscito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Requerimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 30 – Atuação das Promotorias de Justiça (Infância e Juventude – Seção Cível)

INFÂNCIA E JUVENTUDE														
Classes: Seção Cível														
Assuntos	Estatísticas					Movimentos								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Alimentos	1.725	2.445	61	4.109	76	1.215	8	0	199	2	5	2	0	0
Adoção	367	476	2	841	1	386	8	0	98	2	1	0	0	0
Guarda	1.532	2.046	12	3.566	18	1.227	12	0	284	4	4	1	0	0
Demais Assuntos	10.385	11.993	214	22.164	181	8.068	81	42	1.481	22	39	60	0	0

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 31 – Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Inquéritos Policiais)

CRIMINAL													
Classes: Inquéritos Policiais													
Assuntos	Estatísticas					Movimentos							
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa de Inquérito Policial: Com diligência; sem diligências	Manifestação	Transações penais oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento: com remessa ao judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncia: escrita; e oral				
Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente	42	44	0	86	4	33	0	2	8				
Crime/Contravenção contra Idoso	4	6	0	10	1	3	0	1	3				
Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Crimes Agrários	1	1	0	2	0	1	0	0	0				
Crimes Contra a Administração da Justiça	90	128	0	218	31	70	0	8	23				
Crimes contra a Administração Pública	189	340	50	494	22	170	0	14	78				
Crimes contra a Dignidade Sexual	598	1.405	220	1.797	211	765	10	58	451				
Crimes contra a Economia Popular	5	10	0	15	2	7	0	0	0				
Crimes contra a Fé Pública	388	802	0	1.190	193	349	0	26	169				
Crimes contra a Honra	510	605	1	1.114	68	255	0	40	154				
Crimes contra a Incolumidade Pública	64	76	0	140	15	53	0	2	17				
Crimes contra a Ordem Econômica	26	73	6	92	9	49	0	4	21				

Crimes contra a Ordem Tributária	29	99	2	126	6	30	0	2	6
Crimes contra a Organização do Trabalho	1	3	0	4	1	0	0	0	1
Crimes contra a Paz Pública	124	263	1	386	54	245	0	7	133
Crimes contra a Propriedade Intelectual	10	9	0	19	0	12	0	0	1
Crimes contra a vida	1.512	3.087	649	3.921	587	1.625	4	134	713
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra as Relações de Consumo	35	56	0	91	1	35	0	3	6
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	142	251	40	358	17	161	4	5	27
Crimes contra o Patrimônio	4.732	7.027	36	11.741	987	3.514	0	310	2.703
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	5	5	0	10	1	8	0	0	1
Crimes contra portadores de deficiência	0	3	0	3	0	1	0	0	1
Crimes da Lei de Licitações	3	13	7	9	0	14	0	1	14
Crimes de Abuso de Autoridade	38	114	0	152	5	94	0	5	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	3	2	0	5	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	4	36	26	9	4	14	0	3	29
Crimes de Tortura	47	53	5	95	7	29	0	1	8
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	809	2.159	471	2.520	167	825	18	18	1.596
Crime de Trânsito	1.600	2.121	373	3.328	208	753	14	55	853
Crimes de Sistema Nacional de Armas	1.058	2.045	420	2.693	316	731	1	31	1.273
Crimes Eleitorais	114	261	155	223	8	102	0	6	18
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	62	271	0	333	15	218	0	7	61
Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	103	391	63	429	35	282	2	6	124
Crimes Previstos no Estatuto do idoso	47	73	0	120	3	56	0	1	11
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor	1	3	0	4	0	0	0	0	3
Lesão Corporal	1.762	3.330	392	4.720	514	1.334	34	84	1
Parcelamento do solo urbano	1	8	0	9	0	7	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	513	2	690	1.444	137	402	0	38	783
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	1.938	2.254	1	4.191	222	1.210	3	110	665
Demais Assuntos	3.830	8.592	2.553	10.213	952	3.645	94	301	2.744

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 32 – Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Termos Circunstanciais)

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS										
Assuntos	Estadísticas					Movimentos				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações penais oferecidas	Promoção de Arquivamento: com remessa ao judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncia; escrita; e Oral		
<i>Crime/Contravenção contra a Criança/Adolescente</i>	7	5	0	12	4	0	0	1		
<i>Crime/Contravenção contra Idoso</i>	4	14	0	18	7	1	1	0		
<i>Crime/Contravenção decorrente do conflito fundiário coletivo</i>	0	1	0	1	0	0	0	0		
<i>Crimes Agrários</i>	0	1	0	1	0	0	0	0		
<i>Crimes Contra a Administração da Justiça</i>	174	173	0	347	97	5	3	26		
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	884	1.039	1	1.922	576	46	17	97		
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	31	25	0	56	12	1	0	3		
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	6	6	0	12	1	0	0	2		
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	18	26	0	44	15	1	0	3		
<i>Crimes contra a Honra</i>	1.648	1.411	0	3.059	453	28	12	28		
<i>Crimes contra a Incolunidade Pública</i>	31	65	0	96	24	1	0	2		
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	0	1	0	1	0	0	0	0		
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	0	2	0	2	2	0	0	0		
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	8	1	0	9	1	0	0	0		
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	10	11	0	21	4	1	1	1		
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	1	1	0	2	0	0	0	0		
<i>Crimes contra a Vida</i>	5	5	0	10	2	0	0	2		
<i>Crimes contra as Finanças Públicas</i>	0	1	0	1	0	0	0	0		
<i>Crimes contra as relações de Consumo</i>	23	5	0	28	5	0	0	0		
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	169	366	0	535	206	13	13	29		
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	536	540	0	1.076	244	19	10	43		
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	1	0	0	1	0	0	0	0		
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	0	0	0	0	0	0	0	0		
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	0	0	0	0	0	0	0	0		
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	97	78	1	174	38	0	2	9		

Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	4	2	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	150	385	0	0	535	140	25	1	39										
Crimes de Trânsito	871	1.225	0	0	2.096	770	75	10	122										
Crimes do Sistema Nacional de Armas	12	14	0	0	26	7	3	0	0										
Crimes Eleitorais	25	24	0	0	49	11	4	0	2										
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0										
Crimes Militares	13	21	0	0	34	8	2	0	1										
Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0										
Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	10	14	0	0	24	5	0	0	2										
Crimes Previstos no Estatuto do Idoso	42	28	0	0	70	16	0	0	2										
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	1	0	0	0	1	0	0	0	0										
Lesão Corporal	1.557	1.578	4	4	3.131	746	64	8	111										
Parcelamento do solo urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0										
Violência Doméstica Contra a Mulher	8	7	0	0	15	4	0	0	0										
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	2.018	1.970	4	4	3.984	882	74	19	122										
Demais Assuntos	3.095	3.508	1	1	6.602	1.407	143	24	225										

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 33 – Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Processos Criminais)
CRIMINAL – PROCESSOS CRIMINAIS

Assuntos	Estatísticas				Movimentos									
	Saldo Ant.	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente	26	22	0	48	12	3	0	0	3	0	1	3	0	0
Crime/Contravenção contra Idoso	5	14	0	19	11	2	0	0	1	0	0	1	0	0
Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	89	73	1	161	37	13	0	0	8	0	1	6	0	0
Crimes contra a Administração Pública	379	492	43	835	192	61	0	2	33	7	6	23	0	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	974	1.065	16	2.023	416	164	0	0	79	7	15	85	0	0
Crimes contra a Economia Popular	3	5	0	8	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Fé Pública	336	358	0	694	179	85	0	0	63	3	7	41	0	0
Crimes contra a Honra	432	586	9	1.009	250	53	0	2	39	1	5	4	0	0
Crimes contra a Incolumidade Pública	66	87	0	153	43	20	0	0	7	2	2	2	0	0
Crimes contra a Ordem Econômica	62	46	0	108	22	4	0	0	5	0	2	1	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	78	43	3	128	10	3	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	1	2	0	3	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	376	466	0	842	321	98	0	0	59	13	8	77	0	0
Crimes contra a Propriedade Intelectual	24	8	0	32	5	4	0	0	1	0	0	0	0	0
Crimes contra a Vida	3.386	4.335	966	6.792	1.689	639	0	20	59	3	26	397	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	2	8	0	10	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra as Relações de Consumo	46	31	0	77	13	8	0	0	3	0	1	0	0	0
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	185	258	86	372	102	15	0	6	6	0	0	10	0	0
Crimes contra o Patrimônio	7.919	7.549	22	15.449	3.394	1.593	0	12	1.118	82	104	885	0	0

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra portadores de deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crime da Lei de licitações	123	182	31	277	36	31	0	4	3	1	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	51	31	0	82	10	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	2	8	0	10	2	3	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidade	147	248	72	315	40	36	0	7	1	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	43	54	8	92	31	11	0	2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	3.295	3.449	527	6.234	933	942	0	394	53	67	315	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Trânsito	1.127	1.294	235	2.212	579	129	0	17	6	11	32	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	2.017	2.473	472	4.032	803	614	0	5	21	40	206	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Eleitorais	197	278	108	368	97	20	0	24	1	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	94	248	2	340	163	48	0	1	1	3	31	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	83	191	42	245	105	51	0	1	23	4	22	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previstos no Estatuto do Idoso	32	35	0	67	19	9	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	2	2	0	4	4	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	1.526	2.541	375	3.736	1.201	393	0	7	11	22	61	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcelamento do solo urbano	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	481	1.111	598	1.041	173	192	0	44	6	5	14	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	1.111	1.574	8	2.677	893	213	0	2	9	21	33	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	8.835	8.835	3.209	12.608	3.152	1.463	0	35	36	90	519	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 34 – Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Execução Criminal)
CRIMINAL – EXECUÇÃO PENAL

Assuntos	Estatísticas						Movimentos					
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores	
<i>Anistia</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
<i>Comutação de Pena</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<i>Conversão de Pena</i>	0	5	0	5	5	0	0	0	0	0	0	
<i>Excesso ou Desvio</i>	0	2	0	2	4	0	0	0	0	0	0	
<i>Indulto</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<i>Superveniência de Doença mental</i>	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
<i>Transferência entre estabelecimentos penais</i>	6	38	0	44	42	0	0	0	0	0	0	
<i>Unificação de penas</i>	2	4	0	6	4	0	0	0	0	0	0	
<i>Execução da Pena</i>	1.283	2.117	5	3.395	1.811	43	0	4	2	0	0	
<i>Execução Provisória</i>	38	105	1	142	137	0	0	0	1	0	0	
<i>Execução de Medida de Segurança</i>	4	11	0	15	9	0	0	0	0	0	0	
<i>Demais Assuntos</i>	1.334	2.283	6	3.611	2.012	43	0	4	3	0	0	

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 35 – Atuação das Promotorias de Justiça na Área Eleitoral
ELEITORAL

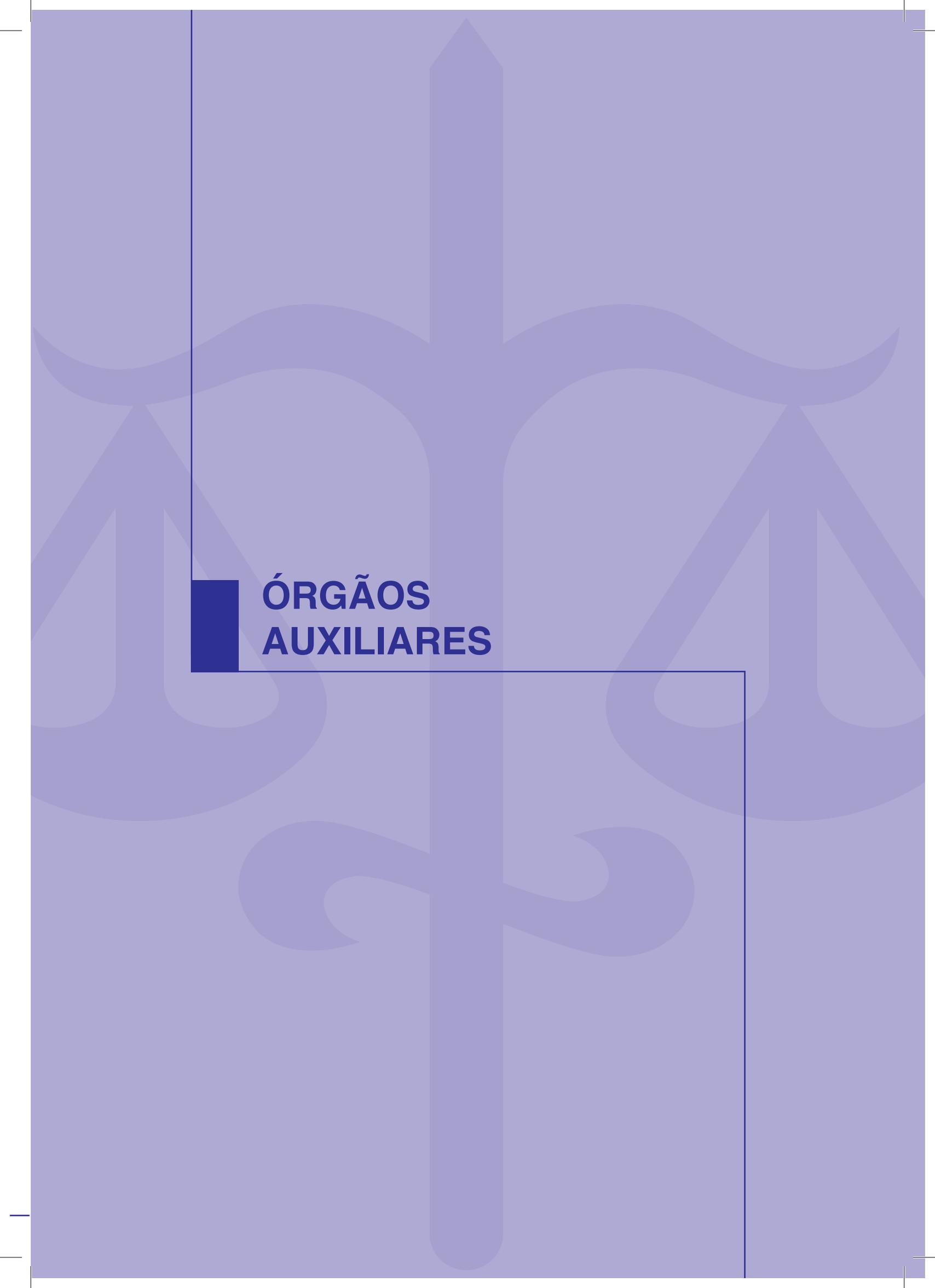
Classes: Processo Eleitoral, exceto Ação Penal Eleitoral Processos Cíveis/Eleitorais; Prestação de Contas; Registro de Candidatura; Recurso contra Expedição de Diploma; Representação; Propaganda Partidária; Recursos Eleitorais; e Consulta														
Assuntos	Estatísticas					Movimentos								
	Saldo Anterior	Recabidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Clência Favorável	Clência Parcialmente Favorável	Clência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Administração da Justiça Eleitoral	6	8	0	14	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alisamento Eleitoral	88	43	0	131	26	0	0	0	16	0	0	0	0	0
Diplomação	2	2	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	8.878	8.717	37	17.558	7.626	3	30	1	2.403	39	287	69	0	0
Direitos Políticos	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	45	2	0	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Processuais	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	108	173	0	281	62	0	0	0	23	0	0	0	0	0
Plebiscito	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requerimento	108	12	0	120	13	0	0	0	4	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	233	543	4	772	295	0	2	0	52	4	6	0	0	0
Demais Assuntos	506	616	6	1.116	365	0	12	1	92	3	43	10	0	0

Fonte: CG/PGJ, 2017.

Tabela 36 – Atendimento ao Público

Atendimento	
<i>Total realizado no período</i>	49.632
Notícia de Fato	
<i>Total de Instaurados no período</i>	30.505
Atividade Não Procedimental	
<i>Atendimento ao Público</i>	25.541
<i>Audiência Pública Participante</i>	36
<i>Consulta</i>	237
<i>Convites</i>	43
<i>Curso</i>	81
<i>Diligências</i>	15
<i>Homologação de Rescisão Trabalhista</i>	1
<i>Inspeção</i>	167
<i>Notificações</i>	15
<i>Ofícios</i>	1.121
<i>Participação em Grupo de Trabalho/Comissões</i>	33
<i>Representação Institucional em Evento</i>	81
<i>Representação Institucional em Órgão Colegiado</i>	0
<i>Representação Institucional em Palestra como Palestrante/Debatedor</i>	147
<i>Representação Institucional em Projeto</i>	10
<i>Reunião</i>	621
<i>Termo de Ajustamento de Conduta</i>	10
<i>Visita</i>	320
<i>Vistorias</i>	227

Fonte: CG/PGJ, 2017.



**ÓRGÃOS
AUXILIARES**



3 ÓRGÃOS AUXILIARES

3.1 Escola Superior do Ministério Público

A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar da Instituição e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

No ano de 2017, houve a realização de diversos eventos, além da modernização da Escola, com aquisição de novos servidores e tecnologia inovadora, com as inscrições, leitura de presenças e certificações automáticas. O Conselho Pedagógico da Escola fez-se presente, acompanhando o Curso de Ingresso e o planejamento de 2017.

Principais atividades desenvolvidas:

Em 2017 o planejamento da Escola foi realizado em parceria com os Centros de Apoio Operacionais e com todos os Órgãos Administrativos e em conformidade com o Planejamento Estratégico. Fundamental o apoio da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Assuntos Institucionais para a realização e êxito dos eventos. Houve uma concentração das atividades de capacitação na Escola, com a respectiva certificação, atendendo ao art. 37 da Lei Complementar nº 013/91.

Destaca-se, em relação aos anos anteriores, a maior interação entre membros, servidores e setores administrativos com a Escola Superior.

- Organizaram-se dois Cursos de Ingresso de novos Promotores de Justiça no decorrer do ano. Realização do 7º Congresso Anual do Ministério Público do Maranhão, sob o tema “*Ministério Público e o Cidadão no Combate à Corrupção*”, nos dias 04 a 06 de dezembro, com participação de membros, servidores e da comunidade jurídica e acadêmica. Nesse evento inaugurou-se um sistema moderno e inédito no Ministério Público brasileiro: controle de frequências por QR-Code e leitura dessa frequência por aparelhos celulares. Tudo foi automatizado, sendo, logo após a conclusão do Congresso, emitidos os certificados pelos próprios participantes com acesso à plataforma.
- Modernização da página na internet e implantação da plataforma EAD, com sistema de inscrição automática para todos os participantes. Com isso, iniciou-se a preparação para o Ensino a distância.
- Destaca-se a realização, sob a coordenação da Escola, do segundo processo seletivo para estagiários não obrigatórios. Ressalta-se ainda a parceria com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – que forneceu os cartões resposta e efetuou a leitura dos mesmos, para divulgação do resultado.

Tabela 37 - Processo Seletivo para Estágio não obrigatório São Luís

Polo/São Luís - MA	
CURSO	VAGAS
<i>Eletrônica/Informática</i>	10
<i>Administração</i>	5
<i>Biblioteconomia</i>	1
<i>Serviço social</i>	1
<i>Comunicação Social – Jornalismo</i>	1
<i>História</i>	1

Fonte: ESMP/PGJ, 2017.

Tabela 38 - Processo Seletivo para Estágio não obrigatório interior

Polo/Interior	Curso	Vaga
Açailândia	Direito	3
Balsas	Direito	4
Barra do Corda	Administração	2
Carolina	Direito	1
Codó	Direito	1
Coroatá	Administração	1
Coroatá	Direito	1
Estreito	Direito	2
Paço do Lumiar	Direito	1
São José de Ribamar	Direito	2
Timon	Direito	6

Fonte: ESMP/PGJ, 2017.

Tabela 39 - Atividades de Capacitação

Descrição	Número de participantes
Curso "Mapeamento das Competências Preliminares"- em parceria com a Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJMA.	15 participantes (14 Servidores Coordenadores e 01 Promotora de Justiça).
Lançamento do Projeto de Acompanhamento Psicossocial - em parceria com a PGJ e Corregedoria do MPMA.	19 participantes (19 membros do MPMA, sendo 12 Promotores de Justiça vitaliciandos).
Palestra "Direito de família contemporâneo: novos arranjos, métodos consensuais de dissolução, prevenção e sanção da alienação parental" e lançamento do livro "Temas Contemporâneos de Direito de Família, Infância e Juventude ".	60 participantes (15 promotores de Justiça, sendo 04 vitaliciandos; 18 servidores; 06 estudantes e 21 convidados).
Curso prático de negociação e mediação de conflitos para o Ministério Público.	29 participantes (16 Promotores de Justiça e 13 Servidores).
II Encontro da Magistratura e Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente do Maranhão - em parceria com o CAOUMA.	161 participantes (30 Promotores de Justiça, sendo 20 vitaliciandos, 01 Procuradora de Justiça, 13 servidores, 03 convidados e 114 estudantes).
I Workshop de Perícias Criminais, em parceria com o CAOp- Criminal.	111 participantes (57 Promotores de Justiça, sendo 20 vitaliciandos; 02 servidores; 52 convidados entre Magistrados, Delegados de Polícia, Peritos Criminais, Defensores Públicos).
Curso de ingresso de estagiários.	49 participantes.
Curso "Licitações e contratos – visão do TCU, in company".	28 participantes.
Seminário "Estupro de vulnerável e convivência marital: prevenção, abordagens e enfrentamento" - em parceria com o CAOp- Infância e Juventude.	200 participantes (25 Promotores de Justiça, sendo 13 vitaliciandos; 29 Servidores e 146 convidados, entre servidores de Instituições de Acolhimento, estudantes, Defensores Públicos etc.).
Curso de capacitação e treinamento no combate à corrupção e lavagem de dinheiro - em parceria com o PNLD.	232 participantes (100 Promotores de Justiça, sendo 29 vitaliciandos; 34 Servidores; 01 Estagiário do MPMA; 68 Convidados).
Seminário comemorativo do Cinquentenário da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.	Evento aberto.
I Oficina de Direito do Consumidor do Ministério Público do Maranhão - em parceria com o CAOp-Consumidor.	97 participantes (09 Promotores de Justiça, sendo 03 vitaliciandos; 01 Procuradora de Justiça; 22 Servidores; 65 público externo).
Seminário de Inteligência e Segurança Institucional.	44 participantes (33 Promotores de Justiça, sendo 11 vitaliciandos e 11 servidores).
Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Maranhão.	08 Promotores de Justiça vitaliciandos.
Curso de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.	21 participantes (10 Promotores de Justiça e 11 servidores).

<i>Minicurso de Atuação Extrajudicial: Classes Taxonômicas e Standards de Atuação Resolutiva alinhados à Carta de Brasília.</i>	52 Promotores de Justiça , sendo 15 vitaliciandos.
<i>Curso Administração Financeira e Orçamentária.</i>	26 participantes.
<i>Seminário sobre a população LGBT: Viva a vida, não julgue - em parceria com o CAOp-DH.</i>	144 participantes (19 Promotores de Justiça, sendo 09 vitaliciando, 06 Servidores, 21 Estagiários e 98 Convidados).
<i>Workshop sobre Monitoração Eletrônica - em parceria com o GAECO.</i>	72 participantes (40 Promotores de Justiça, sendo 11 vitaliciandos, 18 servidores, 08 estagiários e 06 convidados).
<i>Seminário de capacitação sobre gás e petróleo - em parceria com o CAOp-Consumidor.</i>	19 Promotores de Justiça , sendo 10 vitaliciandos.
<i>Oficina: Grupos de foco para mapeamento de competências - em parceria com a Secretaria para Assuntos Institucionais- SECINST.</i>	09 participantes (01 Promotora de Justiça e 08 servidores).
<i>I Oficina do grupo de apoio aos promotores de justiça com atuação no Tribunal de Justiça.</i>	54 Promotores de Justiça , sendo 22 vitaliciandos.
<i>Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Maranhão.</i>	05 Promotores de Justiça
<i>Congresso "Caminhos para a Justiça Adaptada para Criança e Adolescente no Brasil – 27 anos do ECA"- em parceria CAOp/IJ.</i>	335 participantes (62 Promotores de Justiça, sendo 22 Promotores de Justiça vitaliciandos, 46 servidores do MPMA, 224 estudantes e 05 convidados)
<i>Curso de Mediação Comunitária - em parceria com o Núcleo de Mediação Comunitária da PGJ/MA.</i>	26 participantes (02 Promotores de Justiça, 08 Servidores e 16 Agentes Comunitários da Divinéia)
<i>Palestra Mediação Comunitária- em parceria com o Núcleo de Mediação da PGJ/MA.</i>	52 participantes (21 Promotores de Justiça, sendo 05 vitaliciandos, 20 servidores e 11 convidados).
<i>Curso In Company – Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico para contratação de Obras e Serviços de Engenharia - em parceria com COEA, CPL, AJAD do MPMA.</i>	15 participantes
<i>Seminário Estadual sobre Saneamento Ambiental no Estado do Maranhão - em parceria com o CAOUMA.</i>	201 participantes (09 Promotores de Justiça, 12 Servidores e 180 público externo)
<i>Seminário "Atuação do Ministério Público na defesa da pessoa idosa e da pessoa com deficiência"- em parceria com o CAOp-PIPD.</i>	34 participantes (14 Promotores de Justiça, sendo 07 vitaliciandos, 05 servidores e 15 convidados)
<i>Seminário "16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra as Mulheres"- em parceria com a Promotoria de Imperatriz/MA – 8ª Promotoria Especializada de Imperatriz-MA.</i>	74 participantes (09 Promotores de Justiça, 09 servidores e 56 convidados)
<i>Workshop: Todos juntos por um Brasil mais acessível - em parceria com o CAOp-PIPD/CNMP.</i>	62 participantes (27 Promotores de Justiça, sendo 12 Vitaliciandos, 11 Servidores e 24 Público Externo)
<i>7º Congresso estadual do Ministério Público do Maranhão: "O Ministério Público e o Cidadão no Combate à Corrupção".</i>	232 participantes (108 Promotores de Justiça, sendo 22 vitaliciandos; 02 Procuradores de Justiça; 67 servidores, 02 estagiários e 53 público externo)

Fonte: ESMP/PGJ, 2017.

Quantitativo de Capacitados em 2017

Tabela 40 - Resumo das atividades de Capacitação

Resumo/Capacitados	Quantidade
<i>Membros</i>	809
<i>Servidores</i>	473
<i>Convidados</i>	1.166
<i>Estagiários</i>	81
Total de capacitados	2.529

Fonte: ESMP/PGJ, 2017.

* Carga Horária Total: 539 horas

ACERVO DIGITAL



Seletivo Estagiários



I Oficina de Direito do Consumidor



Curso dos novos Promotores de Justiça



Curso dos novos Promotores de Justiça



Curso Gestão por Competências



Curso Gestão por Competências



Workshop Perícias Criminais



Workshop Perícias Criminais



7º Congresso MPMA



Palestra de Ana Beatriz Barbosa durante o MP Cultural



MP Cultural

3.2 Ouvidoria Geral do Ministério Público

O Ministério Público do Estado do Maranhão criou a sua Ouvidoria por meio da Lei Complementar Estadual nº 83/2005, como um órgão auxiliar que integra a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo de contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

A Ouvidoria permite ao cidadão a sua permanente comunicação e interlocução com o Ministério Público maranhense, via recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, bem como a obtenção, por parte destes, de informações sobre ações desenvolvidas pela Instituição.

Caso seja apresentada ao órgão uma demanda referente à atribuição de outro, a Ouvidoria faz o devido encaminhamento, comunicando o interessado acerca deste fato.

Canais de atendimento da Ouvidoria:

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais:

- **Pessoalmente**, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP: 65076.820.
- **Por correspondência**, enviada à sede da Instituição.
- **Por telefone**: (98) 3219-1769/1769/1738 e 0800-098-1600
- **Por fax**: (98) 3231-2980
- **Pelo site**: <http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>
- **Por e-mail**: ouvidoria@mpma.mp.br

Estatísticas da Ouvidoria em 2017

Tabela 41 - Classes das demandas

	Quantidade	%
<i>Reclamação</i>	2.213	78,61
<i>Crítica</i>	25	0,89
<i>Sugestão</i>	10	0,36
<i>Elogio</i>	1	0,04
<i>Pedidos de Informação</i>	566	20,11
<i>Representações</i>	0	0,00
Total das demandas	2.815	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 42 - Detalhamento por assunto

Assunto	Quantidade	%
<i>Acessibilidade</i>	59	2,10
<i>Administração e funcionamento do Ministério Público</i>	35	1,24
<i>Atuação de Membros e Servidores</i>	35	1,24
<i>Concurso público</i>	84	2,98
<i>Consultas e dúvidas jurídicas</i>	657	23,34
<i>Consumidor</i>	23	0,82
<i>Controle externo da atividade policial</i>	133	4,75
<i>Crimes</i>	62	2,20
<i>Demandas alheias à competência do Ministério Público</i>	84	2,98
<i>Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental</i>	23	0,82
<i>Educação</i>	79	2,81
<i>Eleitoral</i>	4	0,14
<i>Execução penal</i>	35	1,24
<i>Idoso</i>	384	13,64
<i>Improbidade administrativa</i>	401	14,25
<i>Infância e juventude</i>	142	5,04
<i>Lei de acesso a informação</i>	84	2,98
<i>Meio ambiente</i>	92	3,27
<i>Outros</i>	178	6,32
<i>Residência na comarca e lotação de Membros</i>	0	0,00
<i>Saúde</i>	141	5,01
<i>Serviços públicos</i>	21	0,75
<i>Sindical e questões análogas</i>	0	0,00
<i>Violência doméstica</i>	59	2,10
Total de demandas	2.815	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 43 - Situação das demandas

	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Invalidadas	Encerradas
<i>Reclamações</i>	2.213	385	0	0	1.828
<i>Crítica</i>	25	4	0	0	21
<i>Sugestões</i>	10	1	0	0	9
<i>Elogios</i>	1	0	0	0	1
<i>Pedidos de informações</i>	566	5	0	0	561
<i>Representações</i>	0	0	0	0	0

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 44 - Meios de recebimento das demandas

Meios de recebimento	Quantidade	%
<i>Pessoalmente</i>	256	9,10
<i>Cadastro de manifestação</i>	635	22,56
<i>Disque Ministério Público (08000981600)</i>	343	12,18
<i>Correspondência</i>	13	0,46
<i>Email (ouvidoria@mpma.mp.br)</i>	163	5,79
<i>WhatsApp</i>	541	19,22
<i>Facebook</i>	2	0,07
<i>Instagram</i>	0	0,00
<i>Twitter</i>	0	0,00
<i>Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República</i>	149	5,29
<i>Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</i>	478	16,98
<i>Disque Denúncia Maranhão</i>	203	7,21
<i>SIC</i>	32	1,14
Total	2.815	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 45 - Informações sobre gênero do solicitante

Quanto ao gênero	Quantidade	%
<i>Feminino</i>	565	20,07
<i>Masculino</i>	796	28,28
<i>Anônimo</i>	1454	51,65
Total	2.815	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 46 - Quanto à Identificação das demandas

Identificação	Quantidade	%
<i>Sigilosas</i>	1.130	40,14
<i>Não Sigilosas</i>	683	24,26
<i>Anônimas</i>	1.002	35,60
Total	2.495	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.

Tabela 47 - Meios de resposta

Meios de resposta	Quantidade	%
<i>E-mail</i>	1.459	60,29
<i>Telefone</i>	791	32,69
<i>Pessoalmente</i>	170	7,02
Total de respostas	2.420	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2017.





**ÓRGÃOS DE
ASSESSORAMENTO**



4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

4.1 Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição. Foram emitidos pareceres em **1.263 processos e interpostas 82 ações**.

Tabela 48 – Ações Interpostas em 2017

<i>Interposições</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Denúncias</i>	16
<i>ADIN</i>	12
<i>Recurso Especial</i>	3
<i>Recurso Extraordinário</i>	1
<i>Alegações Finais</i>	2
<i>Agravo Interno</i>	18
<i>Embargos de Declaração</i>	12
<i>Mandado de Segurança</i>	1
<i>Contrarrazões</i>	16
<i>Suspensão de Liminar Junto ao STF</i>	1
TOTAL	82

Fonte: ASSESP/PGJ, 2017.

Tabela 49 – Manifestações em Processos Judiciais em 2017

<i>Manifestações em Processos Judiciais</i>	
<i>Precatórios</i>	886
<i>Mandado de Segurança</i>	108
<i>Ação Civil Pública</i>	5
<i>Incidente de Inconstitucionalidade</i>	1
<i>Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário</i>	5
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	18
<i>Conflito de Jurisdição</i>	3
<i>Cumprimento de Sentença</i>	4
<i>Exibição de Documentos ou coisas</i>	1
<i>Execução de Incompetência</i>	1
<i>Execução da Verdade</i>	2
<i>Embargos de Declaração</i>	14
<i>Petição</i>	1
<i>Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)</i>	49
<i>Ação Penal</i>	41
<i>Habeas Data</i>	1
<i>Habeas Corpus</i>	2
<i>Pedido de Prisão Temporária</i>	2
<i>Procedimento Administrativo Disciplinar</i>	1
<i>Reexame Necessário</i>	3
<i>Representação Criminal</i>	1
<i>Restituição de Coisas Apreendidas</i>	1
<i>Recurso Ordinário</i>	1
<i>Recurso Extraordinário</i>	6

<i>Inquérito Policial</i>	10
<i>Recurso Especial</i>	2
<i>Reclamação</i>	8
<i>Exceção de Suspeição</i>	2
<i>Agravo Regimental</i>	26
<i>Suspensão de Segurança</i>	1
<i>Suspensão de Liminar</i>	14
<i>Conflito de Competência</i>	12
<i>Termo Circunstanciado</i>	3
<i>Representação Criminal/ Notícia de Crime</i>	4
<i>Agravo de Instrumento em Recurso Especial</i>	4
<i>Execução de Título Extrajudicial</i>	1
<i>Conflito de Jurisdição</i>	2
<i>Cautelar Inominada Criminal</i>	2
<i>Procedimento Administrativo Disciplinar</i>	1
<i>Ação Rescisória</i>	2
<i>Procedimento Ordinário</i>	2
<i>Investigação Contra Magistrado</i>	2
<i>Incidente de Uniformização de Jurisprudência</i>	6
<i>Intervenção em Município</i>	2
TOTAL	1263

Fonte: ASSESP/PGJ, 2017.

4.2 Assessoria Técnica (ASTEAC)

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Tabela 50 – Manifestação em processos.

Pareceres	Quantidade
<i>Técnicos</i>	1.038
<i>Médicos</i>	45
<i>NAT Promotorias</i>	30
<i>NATAR Timon</i>	02
<i>NATAR Imperatriz</i>	00
Total	1.115

Fonte: ASTEC/PGJ, 2017.

Tabela 51 – Atividades Administrativas.

Atividades administrativas	Quantidade
Memorandos	
<i>ASTEAC</i>	61
<i>NAT Promotorias</i>	00
Total	61
Ofícios	
<i>ASTEAC</i>	533
<i>NAT Promotorias</i>	35
Total	568

Fonte: ASTEC/PGJ, 2017.

Tabela 52 – Atendimentos diversos.

Produção no período	Quantidade
Cálculos Financeiros	
ASTEC	12
NAT Promotorias	07
Total	19
Notas Técnicas	
ASTEC	2
NAT Promotorias	0
Total	2
Atendimento à Consultas	
ASTEC	2
NAT Promotorias	0
Total	2
Participação em Comissões	
Total	3 servidores

Fonte: ASTEC/PGJ, 2017.

Quadro 7 – Atividades de capacitação

Participação em atividades de capacitação, audiências e estudos	
Participação em Cursos, Palestras, Oficinas e Congressos	<ul style="list-style-type: none"> • Business Intelligence Sence Quick – 1 servidor; • XIII-Fórum Internacional de Sepse - Período: 07 e 08 04/16 – 1 servidor; • Oficina sobre os Enunciados do Eg. CSMP - Abril/17 - 9 servidores; • Seminário: Combate à corrupção e lavagem de dinheiro – Maio/17 - 8 Servidores; • Audiência Pública: Assunto: Control PKU-Componente Proteico. Período: 03/10 e 10/10 – 1 servidor; • XX Congresso Brasileiro de Infectologia. Período: 12 a 15/09 – 1 servidor; • Reuniões sobre Control PKU-Componente Proteico na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude – 1 servidor.
Participação em Audiências Judiciais	<ul style="list-style-type: none"> • 11 audiências – 01 servidor
Estudos e Sugestões	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MP/MA - 1 servidor; • Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o planejamento estratégico 2016/2021 - 1 servidor.

Fonte: ASTEC/PGJ, 2017.

Tabela 53 – Outras atividades

Participação em atividades externas	
Trabalhos Externos - Promotoria Itinerante (GPI)	03 servidores
Pareceres Técnicos elaborados	13
Trabalhos Externos - Fiscalização do Transporte Escolar (Operação Pau de Arara)	07 servidores
Pareceres Técnicos elaborados	03
Relatórios	05
Trabalho realizado junto à Promotoria de Justiça da Educação	01 servidor
Parecer Técnico elaborado	01
Assessoria em Reuniões	03 reuniões

Fonte: ASTEC/PGJ, 2017.

4.3 Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

Principais atividades desenvolvidas:

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2016, bem como do Plano Anual de Auditoria Interna 2017.
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações julgadas cabíveis, de Relatórios de Auditoria Interna das Áreas: Administrativa, Foco: Serviços Gerais (Trans-

- porte); Gestão Patrimonial, referente às Inspeções in loco nos Almojarifados (Material de Consumo); Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes; Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta; Gestão Patrimonial, Foco: Bens Imóveis; Folha de Pagamento, Foco: Membros do MPMA; Gestão de Pessoas, Foco: Estagiários;
- Elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público, referente ao 3º. quadrimestre de 2016, bem como do 1º e 2º quadrimestre de 2017, além da adoção das providências necessárias às devidas publicações/envios;
 - Participação nos estudos pertinentes à avaliação da viabilidade de implantação dos procedimentos de depreciação de bens pelo sistema GESP – Módulo Patrimônio;
 - Elaboração de Parecer Técnico, em atendimento à demanda formulada pela Ouvidoria do Ministério Público, no que tange à estruturação do sistema de controle interno no Ministério Público do Maranhão;
 - Elaboração de Parecer Técnico, pertinente à análise da minuta de Ato Regulamentar acerca dos procedimentos para contratação de perícias utilizando recursos oriundos do Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos;
 - Elaboração de Parecer Técnico, pertinente à análise da viabilidade de aplicação, no âmbito deste Ministério Público Estadual, do Manual Eletrônico de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Ministério Público Militar;
 - Emissão de parecer, ante o disposto no art. 278 da Lei Estadual nº. 6.107, quanto à possibilidade de se premiar os membros/servidores participantes das ações de qualidade de vida por meio de gratificações financeiras, materiais (notebooks, tablets etc.) ou folgas, tendo em vista o “Desafio MP Sustentável” e a eleição do “Servidor Destaque”;
 - Acompanhamento da implementação das recomendações contidas nos Relatório de Auditoria Interna;
 - Realização de atividades de controle na área de folha de pagamento, gestão patrimonial, gestão de pessoas
 - Realização de inspeções in loco, em 19/12/2017, nos almojarifados deste Ministério Público (localizados no prédio sede desta Procuradoria e nos Galpões do Bairro Monte Castelo (Estrada da Vitória), no intuito de avaliar os procedimentos adotados quanto à gerência e conservação dos bens de consumo deste Órgão Ministerial;
 - Atividades de auditoria interna, em andamento, destinadas à verificação do cumprimento da normatização atinente à concessão e ao pagamento de diárias a membros e servidores, destinadas ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando do deslocamento para fora da sede, em estrita necessidade de serviço, assim como das diárias para Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro deste Ministério Público.
 - Atividades de auditoria interna, em andamento, com escopo na área de Licitações e Contratos Administrativos, objetivando a verificação da observância, nos atos administrativos praticados, tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, com destaque às do egrégio Tribunal de Contas da União;
 - Participação em reuniões técnicas, ao longo deste exercício, a convite do Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), no intuito de coadunar ideias visando à implantação e gestão do SIC - Sistema Integrado de Custos, no âmbito deste Ministério Público;
 - Participação, em novembro/2017, nas reuniões técnicas destinadas à aferição das demandas desta Assessoria de Controle Interno e Auditoria no contexto da utilização das ferramentas de BI, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão;
 - Expedição de 61 (sessenta e um) memorandos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria e prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna;

4.4 Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa a se chamar *Assessoria Técnica da Administração*, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões.

Dando cumprimento ao inciso II, artigo 91, do Ato Regulamentar nº 020/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2016, foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno manifestações sobre os mais variados objetos:

- 1 Prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento);
- 2 Abono de permanência;
- 3 Aditivos / reajustes contratuais;
- 4 Empenho de despesas e pagamento a fornecedores;
- 5 Locação de imóveis;
- 6 Licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço);
- 7 Solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição;
- 8 Incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço;
- 9 Requisição de servidores;
- 10 Verbas indenizatórias;
- 11 Ajuda de custo; entre outros

No aspecto quantitativo, foram emitidas **1.820** manifestações durante o exercício de 2017, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 54 – Número de Manifestações/Pareceres discriminados por assunto - 2017.

Assunto	Total
<i>Pagamento de Obras, Materiais e Serviços</i>	760
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	301
<i>Abono de Permanência</i>	4
<i>Adesão a Ata de Registro de Preços</i>	19
<i>Aditivo Contratual</i>	49
<i>Ajuda de custo</i>	4
<i>Aposentadoria</i>	1
<i>Auxílio - Moradia</i>	5
<i>Celebração de Contrato</i>	2
<i>Condições Especial de Trabalho</i>	-
<i>Conversão em Pecúnia – Indenização de Férias</i>	12
<i>Dispensa de Licitação</i>	13
<i>Empenho</i>	305
<i>Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária</i>	19
<i>Inexigibilidade</i>	43
<i>Licitação – Fase Interna</i>	88
<i>Locação de Imóvel</i>	15
<i>Prestação de Contas do FEMPE</i>	6
<i>Reajuste Contratual</i>	7
<i>Reajuste Contratual de Locação</i>	33
<i>Reequilíbrio – Repactuação Contratual</i>	4
<i>Requisição de Servidor</i>	1
<i>Regularização de prestação de Contas de Adiantamento</i>	18
<i>Verbas Indenizatórias</i>	107
<i>Outros</i>	4
Total	1820

Fonte: ASSTECADM/PGJ, 2017.

A tabela seguinte fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2017 as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e outros:

Tabela 55 – Manifestações/Pareceres discriminados por grupo.

Grupo	Quantidade	%
<i>Execução Orçamentária</i>	1.390	76,37
<i>Gestão de Pessoas</i>	153	8,41
<i>Licitação</i>	273	15,00
<i>Outros</i>	4	0,22
Total	1.820	100,00

Fonte: ASSTECADM/PGJ, 2017.

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à **Gestão de Pessoas**, tivemos:

Tabela 56 – Pareceres relativos à Gestão de Pessoas/2017

Assunto	Quantidade	%
<i>Verbas Indenizatórias</i>	107	69,93
<i>Requisição de Servidor</i>	1	0,65
<i>aposentadoria</i>	1	0,65
<i>Abono de Permanência</i>	4	2,61
<i>Incorp. Desin. e Averb. de Tempo de Serv. e Cont.</i>	19	12,42
<i>Conversão em Pecúnia – Indenização de Férias</i>	12	7,84
<i>Ajuda de custo</i>	4	2,61
<i>Auxílio moradia</i>	5	3,27
Total	153	100,00

Fonte: ASSTECADM/PGJ, 2017.

Quanto a estes, podemos destacar o seguinte:

- Os processos administrativos (PA) referentes ao pagamento de verbas indenizatórias (por motivo de exoneração ou aposentadoria) prevaleceram sobre os demais tipos.
- Na análise dos PA de verbas indenizatórias nos deparamos com algumas dificuldades: i) ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcionais; ii) processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativamente ou até mesmo judicialmente, mesmo que seja somente para prestar esclarecimentos.

A respeito dos processos administrativos relativos à licitação, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 57 – Pareceres relativos à Licitação/2017

Assunto	Quantidade	%
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	43	15,75
<i>Locação de Imóvel</i>	15	5,49
<i>Celebração de Contrato</i>	2	0,73
<i>Reajuste Contratual</i>	7	2,56
<i>Reequilíbrio – Repactuação Contratual</i>	4	1,47
<i>Fase Interna de Licitação</i>	88	32,23
<i>Aditivo contratual</i>	49	17,95
<i>Dispensa de Licitação</i>	13	4,76
<i>Adesão Ata de Registro de Preço</i>	19	6,96
<i>Reajuste de Contratos de Locação</i>	33	12,09
Total	273	100

Fonte: ASSTECADM/PGJ, 2017.

Quanto a estes, conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos abaixo listados que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos:

- 1 Edição da Ordem de Serviço nº 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
- 2 Edição do Ato Regulamentar nº 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- 3 Edição do Ato Regulamentar nº 10/2013 – GPGJ, de 09 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada;
- 4 Edição do Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão; e
- 5 Edição do Ato Regulamentar nº 08/2015 – GPGJ que dispõem sobre a Gestão e Fiscalização de Contrato, Convênios, ajustes de outros instrumentos congêneres, celebrados no âmbito do MPMA.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 58 – Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária/2017

ASSUNTO	QUANTIDADE	%
<i>Pagamentos de Materiais, Obras e Serviços</i>	760	54,68
<i>Solicitação de Empenhos</i>	305	21,94
<i>Regularização de Prestação de Contas de Adiantamento</i>	18	1,29
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	301	21,65
<i>Prestação de Contas Mensal do FEMPE</i>	6	0,43
TOTAL	1390	100,00

Fonte: ASSTECADM/PGJ, 2017.

No tocante as solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento, destacamos:

- a) Considerando a necessidade de padronização de rotinas neste Ministério Público, a fim de dar celeridade aos atos administrativos por sugestão desta Assessoria de Controle Interno, foi adotado formulário padrão para solicitação de adiantamento, pela Administração Superior, em fevereiro com a edição do Ato Regulamentar nº 05/2014, no entanto várias foram as solicitações atendidas em desacordo com os Atos Regulamentares nº 04/2013 e 05/2014.
- b) Autorizações/concessões de solicitações formuladas em desacordo com os Atos Regulamentares nº 04/2013 e 05/2014.
- c) Aplicação de recursos diversa da finalidade solicitada (pronto pagamento; reparo, manutenção conservação e adaptação de bens móveis e imóveis e material permanente).
- d) Aplicação de recursos em elementos de gasto diverso do solicitado (material de consumo, material permanente, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica).
- e) Aplicação de recursos fora do período estabelecido na concessão.

4.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração (AJAD), referente ao exercício de 2017, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

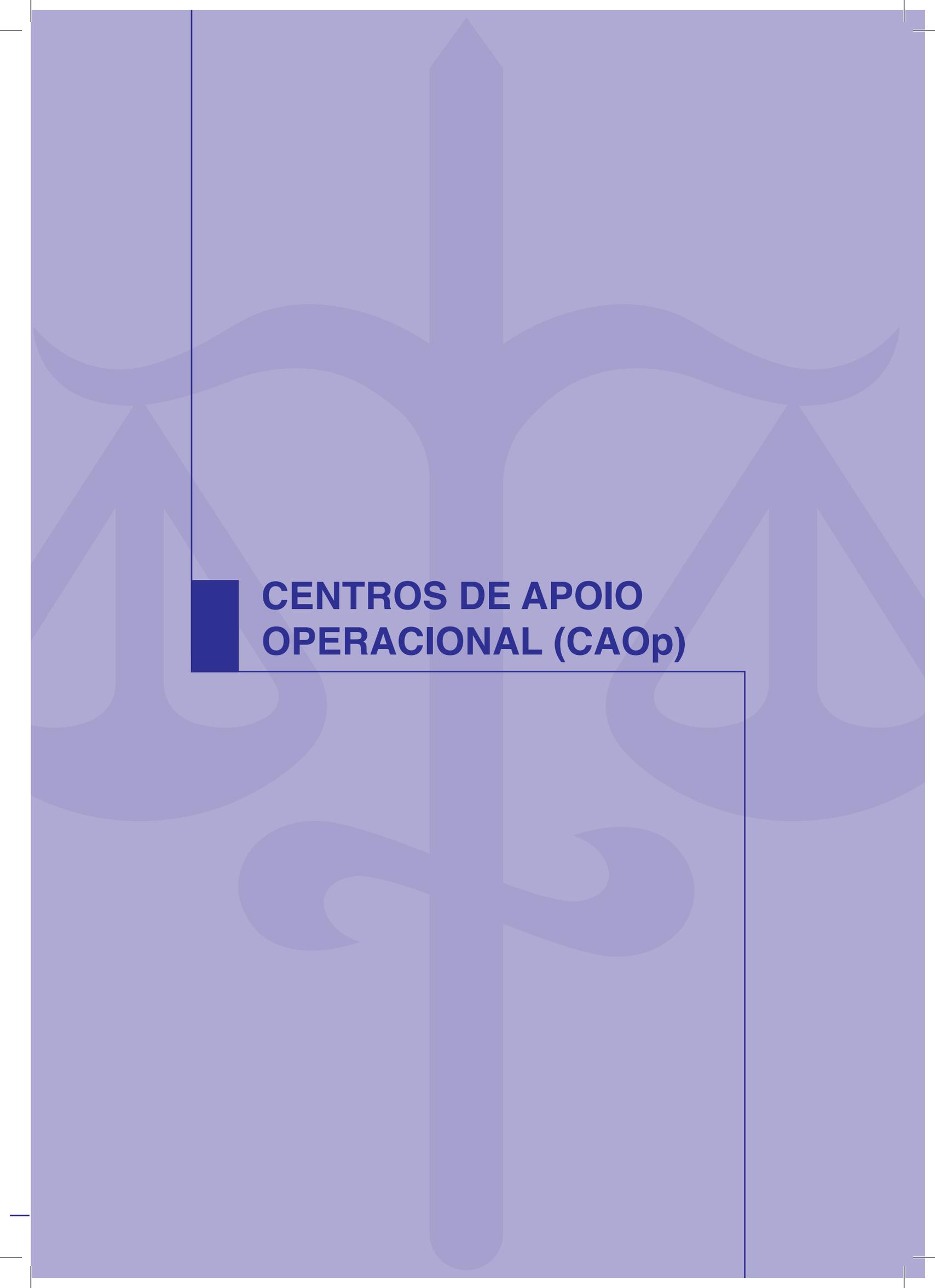
Tabela 59 – Movimentação Processual.

Movimentação	Quantidade
<i>Processos recebidos</i>	681
<i>Processos devolvidos</i>	670
<i>Processos remanescentes</i>	11

Fonte: AJAD/PGJ, 2017.

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exige desta Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do Edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

- Atendimento à inúmeras consultas formais e informais formuladas principalmente pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, acerca dos procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.
- Fez-se presente no gabinete da Diretoria Geral para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados.
- Participou ativamente, como integrante da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA e do grupo da ECOLIGA do Estado do Maranhão, de diversas reuniões e várias atividades foram desenvolvidas para implementações de programas e ações institucionais de responsabilidade socioambiental.
- Iniciativa e assistência na elaboração de minutas padronizadas de editais, contratos, e aditivos voltados para área de obras e serviços de engenharia, bem como para as locações de imóveis, o que contribuiu de forma significativa para celeridade dos processos licitatórios.



**CENTROS DE APOIO
OPERACIONAL (CAOp)**



5 CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOp)

Os Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOp) são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, instituídos com a finalidade de subsidiar os órgãos de execução, a exemplo dos promotores e procuradores de Justiça, por meio do estímulo à integração e ao intercâmbio entre esses órgãos que atuam na mesma área de atividade e/ou que tenham atribuições comuns. Outra finalidade é estabelecer o intercâmbio entre esses órgãos de execução com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para a obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho das funções dos promotores e procuradores de Justiça, entre outros.

5.1 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO)

Criado pela Resolução nº. 12/2013-CPMP² e implementado em agosto de 2013, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, tem, dentre as suas diversas atribuições legais, a atuação sistêmica e planejada na prestação de auxílio aos órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal, bem assim na instituição e aprimoramento de Políticas Públicas visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão, elaborando diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas, mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos à área de educação.

Além dessas atribuições legalmente previstas, compete também ao CAOp/EDUCAÇÃO a criação e disponibilização de instrumentos eficientes de apoio aos órgãos de execução e de assessoramento, favorecendo a criação de espaços permanentes de capacitação e troca de experiências entre Membros do Ministério Público Estadual, Federal e de Contas, bem assim com os Órgãos da Rede de Controle na busca permanente de adequada fiscalização dos recursos da educação, de modo a dar efetividade ao controle social na área da educação, inclusive por meio de ações definidas pelos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, dentre elas a definição de Campanhas e Programas Institucionais e Interinstitucionais objetivando a melhoria da qualidade da educação maranhense.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo CAOp/EDUCAÇÃO destacam-se:

Participações em Eventos e Reuniões:

- a) Reunião na PJEDE sobre elevado número de reprovados no Colégio CINTRA;
- b) Reunião de trabalho com os órgãos parceiros sobre o Ato Interinstitucional “O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO: Por uma Educação pública de qualidade para todos os maranhenses”;
- c) Entrevista coletiva para assinatura do Ato Interinstitucional Conjunto “O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO”, realizada no auditório do TCE;
- d) 1ª Reunião Ordinária do GNDH, em João Pessoa/PB;
- e) Encontros Regionais de Gestão – EREGs (Balsas, Imperatriz, Morros, Santa Inês, Timon, Pinheiro);
- f) Participação no Seminário “Reforma no Ensino Médio”, realizado pelo Ministério Público de São Paulo;
- g) Lançamento do Projeto João Cidadão, na sede da PGJ/MA;
- h) Lançamento do Projeto Ler, Escrever e Pensar, em Cajapió/MA;
- i) Participação no Seminário LGBT, promovido pelo CAOp/DH;
- j) Explicação sobre a campanha “O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO”, no Encontro Estadual de Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Convento das Mercês;
- k) Participação no Congresso “27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”, realizado pelo CAOp/IJ;

² Cria o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e dá outras providências.

Informativos do CAOp/EDUCAÇÃO:

No ano de 2017, o CAOp/EDUCAÇÃO passou a elaborar **Informativos** periódicos contendo matérias, decisões e informações sobre assuntos relacionados à educação para encaminhamento aos membros do Ministério Público. Os referidos informativos foram confeccionados na versão reduzida para o aplicativo *WhatsApp* e na versão virtual, endereçada aos membros por e-mail.



Planejamento Estratégico:

Reconhecendo a importância de realizar um planejamento estratégico que contemplasse os próximos cinco anos, o Ministério Público do Maranhão deu início ao seu novo ciclo de gestão estratégica, para o horizonte 2016-2021. Desse modo, o CAOp/EDUCAÇÃO foi incumbido da missão de estabelecer as linhas de atuação do MPMA na área de educação para o próximo quinquênio, priorizando, pois, a ampliação dos projetos que já estavam em execução, além de outras iniciativas inovadoras. Assim, com o escopo de cumprir os objetivos de contribuição, o CAOp/EDUCAÇÃO desenvolveu os seguintes Projetos, constantes do Plano Tático-Operacional.

Projetos Prioritários do CAOp/EDUCAÇÃO:

a) Programa Interinstitucional “Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses”.

O Programa Interinstitucional “Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses” tem o objetivo de assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos indicadores da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar, educação infantil, além do acompanhamento dos planos municipais de educação.

Em parceria com a Escola de Formação de Governantes - EFG, o Ministério Público do Maranhão realiza um levantamento da situação da educação nos municípios participantes, elaborando um diagnóstico preliminar de cada município, com base nos indicadores sociais e educacionais de âmbito nacional e estadual.

Esse levantamento é realizado por meio do SOMA (Sistema de Orientação Monitoramento e Avaliação), ferramenta informatizada, criada desde 2015, com o propósito de oportunizar o acompanhamento dos prazos e produtos dos TAC's (Termos de Ajustamento de Conduta) firmados com o poder público na expectativa de melhorar os índices, ora apresentados da educação municipal.

O Sistema SOMA, versão 2017, é dividido em 04 perfis (Administrador, MPE, Município e Visitante), sendo importante ferramenta para controle do cumprimento de metas e estratégias do PME por município, apresenta diversos indicadores e dados estáticos atualizados que permitem através de sua análise identificar as deficiências e problemas nas dimensões alimentação, transporte escolar, educação infantil e qualidade de ensino. O sistema permite, ainda, que o promotor personalize as informações que considerem mais relevantes, além de poder visualizar um calendário com metas e prazos já vencidos, enviado aos usuários alertas por e-mail.

Outro diferencial trazido é a parte de **capacitação a distância** através de uma plataforma *moodle* voltado a formação através do sistema *e-learning*, no qual aplica uma linguagem clara, objetiva e simples para qualificação em Gestão de Políticas Públicas.

Com esse levantamento em mãos, realiza-se o Encontro Regional de Educação, onde se explica a metodologia do Programa, propõe-se a formação das comissões municipais e realiza-se uma capacitação dos presentes, não somente quanto às ações do Programa, como também quanto ao monitoramento social dos gastos públicos, em parceria com a Controladoria Geral da União no Maranhão.

Atualmente, o Programa está sendo realizado em **24 municípios da Regional Pedreiras** e em **23 municípios da Regional Baixada Maranhense**, os quais, após a realização do diagnóstico, já estão em fase de elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta com o ente municipal, com base nos relatórios conclusivos elaborados pela EFG e repassados às Promotorias de Justiça.

b) Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça” -

Projeto criado em 2014, com o propósito de fiscalizar a prestação do serviço e a aplicação dos recursos públicos na área do transporte escolar, oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), por meio de auditorias *in loco* nos municípios com maior risco de fraude, em parceria com órgãos de fiscalização de âmbito estadual e federal, dentre eles: MPC, CGU TCE, TCU.

Até o momento, foram realizadas cinco etapas da operação, contemplando, no total, 33 (trinta e três) municípios. No ano de 2017, mais de **20 (vinte) milhões de reais** de recursos aplicados no transporte escolar foram fiscalizados pelas operações “Pau de Arara”, sendo que as irregularidades mais constantes foram: veículos inadequados para o transporte de escolares, desprovidos de equipamentos de segurança exigidos em lei, tais como cintos de segurança e tacógrafos, veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação, com manutenção precária (pneus carecas), não cumprimento das rotas e superlotação e motoristas sem habilitação ou com habilitação inapropriada para o transporte de estudantes.

Ressalte-se que, ainda como desdobramento do Projeto Transporte Escolar, o Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp/EDUCAÇÃO, provocou o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão - DETRAN-MA acerca da ausência de regulamentação do transporte escolar no estado. Após algumas reuniões entre o MPMA e o DETRAN foi instituída a Portaria Nº 1.117, de 20 de novembro de 2015, prevê, entre outras medidas que o condutor deverá ter idade mínima de 21 anos e carteira na categoria “D”, os veículos devem ter até 10 anos de uso; os cintos de segurança devem contemplar todos os lugares do veículo; o veículo deve ter faixa horizontal na cor amarela, com o dístico “Escolar” em cor preta. Determina, ainda, que a inspeção do transporte escolar será feita semestralmente e se dará em relação aos veículos e condutores e que os resultados serão disponibilizados em tempo real para consulta pública e o cronograma das inspeções obedecerá uma ordem, de acordo com o número final da placa do veículo.

FOTOS DA OPERAÇÃO



Fotos da Operação Pau de Arara

c) Projeto LER, ESCREVER E PENSAR: Conscientizar para transformar.

Com o propósito de conscientizar o cidadão acerca de seu papel social e da necessidade de dotá-lo de informações que o levem a atuar como agente de transformação social por meio de sua ativa participação nos meios social e político em que vive, levando-o a ser protagonista de sua história, a 2ª Promotoria de Justiça de João Lisboa criou o Projeto que foi imediatamente abraçado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando a relevância do tema abordado e as sucessivas campanhas institucionais já desenvolvidas tendo por temática o combate a corrupção.

O Projeto Ler, Escrever e Pensar utiliza a metodologia de distribuir junto aos inscritos, material que subsidiará a leitura e a produção textual além de integrar atividades como debates, discussões e palestras proferidas por membros do Ministério Público visando despertar a consciência crítica dos estudantes acerca da corrupção no Brasil, levando-os a conhecer sua realidade, num contexto pessoal, familiar, social e político e a posicionarem-se de forma consciente, sobretudo no momento atual em que a nação passa por grande turbulência em razão dos diversos atos de corrupção praticados principalmente pela classe política.

No decorrer do ano 2017, **386 escolas** aderiram ao projeto, abrangendo **37.402 estudantes em 24 municípios maranhenses**, números que traduzem a importância da iniciativa, a relevância da temática e a indispensabilidade de se focar em assuntos que motivem a participação popular, sobretudo do jovem, em busca de uma sociedade equânime.

d) Campanha Interinstitucional “O Dinheiro do FUNDEF é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses”.

A Lei nº. 9.424/1996, que instituiu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF, em seu art. 6º, estabeleceu o dever da União de complementar os recursos dos fundos regionais, sempre que não fosse alcançado um valor mínimo definido nacionalmente. No entanto, várias demandas judiciais foram protocoladas questionando o cálculo desta complementação feita pela União, sempre a menor. A questão chegou ao Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do REsp n. 1.105.015/BA, decidiu, pelo rito dos Recursos Repetitivos, pelo dever da União de efetuar o cálculo do VMAA na forma determinada em lei e repassar aos entes federados os valores que deixaram de ser complementados quando dos repasses dos recursos do FUNDEF.

Essa obrigatoriedade foi reconhecida no julgamento da Ação Civil Pública nº 1999.61.00.050616-0, manejada pelo Ministério Público Federal na 19ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que transitou em julgado em 2015, já estando em fase de cumprimento de sentença.

Nesse contexto, reconhecendo os vultosos recursos pendentes de recebimento, alguns escritórios de advocacia passaram a recrutar diversos municípios maranhenses, mediante contratação por inexigibilidade, a pretexto de suposta “singularidade dos serviços prestados”, prevendo, como pagamento pela prestação dos serviços, a título *ad exitum*, honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) do montante auferido com a execução do objeto do contrato, a ser pago no momento em que o Município perceber o crédito, chegando também à cifra de milhões de reais, incorrendo assim em tripla ilegalidade:

- 1 Contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação, contrariando a regra de realização de concurso público para contratação de procurador do ente público interessado, bem como a previsão de que a contratação por inexigibilidade é medida excepcionalíssima, que deve ocorrer quando configurada e comprovada a necessidade de serviços de profissional de notória especialização, nos termos do art. 25, II, § 1º, da Lei nº. 8.666/93;
- 2 Celebração de contrato de risco que não estabelece preço certo na contratação e que vincula a remuneração do contratado a um percentual sobre o crédito a ser auferido, em desacordo com os arts. 5º, 6º, VIII e 55, III e V, da Lei nº. 8.666/93, e
- 3 Previsão de pagamento do contratado com recursos que possuem destinação vinculada à manutenção e desenvolvimento da educação de qualidade.

Com a identificação, pelo Ministério Público de Contas (MPC), da publicação de contratos advocatícios com diversos municípios maranhenses, a grande maioria com um único escritório de advocacia, foi criada a Rede de Controle formada pelo MPMA, MPC, CGU, MPF e TCU, e resultou na assinatura do Ato Interinstitucional Conjunto nº. 01/2017 (13/03/2017), que instituiu a Ação Interinstitucional “O dinheiro do FUNDEF é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses”, e na representação conjunta do MPMA, MPF e MPC ao TCU.

Após a assinatura do Ato Interinstitucional, o Procurador-Geral de Justiça expediu a Recomendação nº 01/2017-GPGJ, aos Promotores de Justiça com atuação na defesa do direito à educação, sem caráter vinculativo, para que efetivem as ações necessárias no sentido de garantir que os recursos da educação sejam aplicados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento da educação, por meio da instauração de procedimento administrativo, ajuizamento de ação civil pública, celebração de TAC, instauração de inquérito civil público, dentre outras medidas necessárias.

A Rede de Controle atua articulada na fiscalização da correta aplicação dos recursos recebidos pelos municípios, por meio de precatório em 2017, solicitando a elaboração de um plano de ação com cronograma de despesas que englobe mais de um exercício financeiro, bem como apresentação à sociedade civil, a fim de estimular o controle social.

Outros Projetos e Iniciativas do CAOp/EDUCAÇÃO:

O MPMA dispõe, atualmente, de quatro projetos voltados à área de educação em seu Planejamento Estratégico 2016-2021, todos de iniciativa do CAOp/EDUCAÇÃO.

Além destes, no entanto, há que se registrar o Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC”, desenvolvido pelo Ministério Público Federal em parceria com o MPMA, Projeto “Educação Inclusiva”, Projeto “Acompanhamento e Monitoramento dos Planos Estadual e Municipais de Educação”, e a iniciativa do “João cidadão”, um projeto do CNMP de educação em direitos humanos, cujo lançamento no Ministério Público do Estado do Maranhão se deu no ano de 2017.

5.2 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd) foi instituído por meio da Resolução nº 02/97-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 03/2001 e 008/2011-CPMP. Possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e na persecução penal dos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária consumados por agentes públicos em todo espaço territorial maranhense.

Inicialmente, ressalta-se que, a partir de 07 de agosto de 2017, (Portaria nº 6932/2017-GPGJ) foi designado para exercer a função de Coordenador do Centro de Apoio, o Promotor de Justiça **Cláudio Rebêlo Correia Alencar** e no período de janeiro a julho de 2017, a coordenação foi exercida, respectivamente, pelo Procurador de Justiça **Carlos Jorge Avelar Silva** e a Promotora de Justiça **Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça**, de acordo com as Portarias nº 4600/2016-GPGJ, 1071/2017/GPGJ, 1072/GPGJ e Ofício nº 141/2017-1ªPJ/CÍVEL/SJR.

Para integrar o referido Centro de Apoio na qualidade de colaboradores foram designados os Promotores de Justiça, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, Nahyma Ribeiro Abas, Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, José Osmar Alves, Frederick Bacelar Ribeiro, Paulo Roberto Barbosa Ramos e Thiago de Oliveira Costa Pires, conforme Portarias nº 4600/2016-GPGJ, nº 7861/2016-GPGJ, nº 7862/2016-GPGJ e nº 7999/2016.

Com objetivo de criar e implantar ferramentas de apoio para atuações finalísticas dos Membros do MPMA, no combate a corrupção e à improbidade administrativa”, conforme determinam as Resoluções nº 02/97 CPMP e 03/2001-CPMP, foram elaborados projetos que se encontram consolidados no Planejamento Estratégico de MPMA 2016/2021, com ênfase para os Projetos: “Administração Pública Legal” e “Portal da Transparência”.

Projetos Prioritários no âmbito do Planejamento Estratégico:

- a) **Projeto “Portal da Transparência”:** com finalidade de promover ação integrada dos membros com atuação na defesa do Patrimônio Público, foi elaborado um *check-list* com 10 (dez) quesitos extraídos da Recomendação nº 01/2016-GPGJ, atribuindo-se 1,00 (um ponto) a cada quesito para realização de vistoria e atribuições de notas sobre os Portais das Transparências dos Poderes Executivos e Legislativos municipais referentes aos 217 (duzentos e dezessete) Municípios do Estado do Maranhão, concluindo-se que:

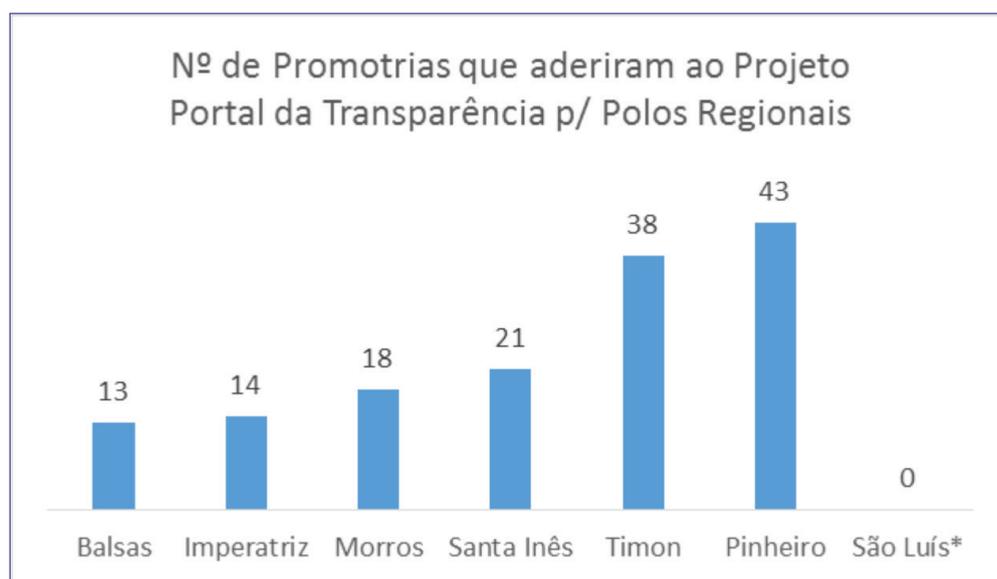
- **83,87%** dos Portais das Câmaras municipais e **80,64%** do Portais das Prefeituras municipais **não** estavam com informações atualizadas no site à época da avaliação;
- **86,47%** dos Portais das Câmaras municipais e **52%** do Portais das Prefeituras municipais **não** divulgaram informações quanto a receita, previsão e arrecadação;
- **83,17%** dos Portais das Câmaras municipais e **80,18%** do Portais das Prefeituras municipais **não** divulgaram informações quanto ao procedimento licitatório;
- **79,26%** dos Portais das Câmaras municipais e **70,96%** do Portais das Prefeituras municipais **não** divulgaram informações quanto a prestação de contas do exercício anterior;
- **80,18%** dos Portais das Câmaras municipais e **73,73%** do Portais das Prefeituras municipais **não** divulgaram informações quanto ao relatório estatístico com pedidos de informações;
- **75,11%** dos Portais das Câmaras municipais e **39,63%** do Portais das Prefeituras municipais **não** divulgaram informações quanto ao SIC-físico ao Cidadão;
- **68,66%** dos Portais das Câmaras municipais e **28,57%** do Portais das Prefeituras municipais **não** possibilitaram o envio de pedido de forma eletrônica (E-SIC);
- **70,04%** dos Portais das Câmaras municipais e **29,49%** do Portais das Prefeituras municipais **não** possibilitaram o acompanhamento posterior das solicitações;
- **68,66%** dos Portais das Câmaras municipais e **31,33%** do Portais das Prefeituras municipais exigiram identificações impossibilitando o pedido;
- **83,87%** dos Portais das Câmaras municipais e **72,81%** do Portais das Prefeituras municipais **não** disponibilizaram a estrutura organizacional e Folha de Pagamento dos servidores.

Esta análise sucedeu-se nos meses de abril e maio de 2017, onde constatada que **40** (quarenta) Prefeituras municipais e **170** (cento e setenta) Câmaras municipais ficaram com nota “**0**” e, no cômputo geral, a média de nota foi de **3,55** para Prefeituras municipais e **0,96** para Câmaras municipais.

Após análise dos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras municipais do Estado do Maranhão, o CAOP-ProAd encaminhou aos membros com atuação na área de defesa do Patrimônio Público, expediente e planilhas contendo notas atribuídas a cada Portal da Transparência e seus respectivos *prints* relacionados às irregularidades encontradas, bem como, modelos de TAC, ACP Obrigação de Fazer e ACP por Improbidade Administrativa.

No 2º semestre/2017, atendendo solicitação dos Membros, foram **reanalisados 28** (vinte e oito), Portais das Transparências das Prefeituras municipais de: Arari, Colinas, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jatobá, Montes Altos, Olinda Nova do Maranhão, Ribamar Fiquene, Timon, Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, São Domingos do Azeitão e São Vicente Férrer e das Câmaras municipais de: Arari, Colinas, Bacabeira, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jatobá, Olinda Nova do Maranhão, Presidente Dutra, Timon, Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Benedito Leite e São Vicente Férrer.

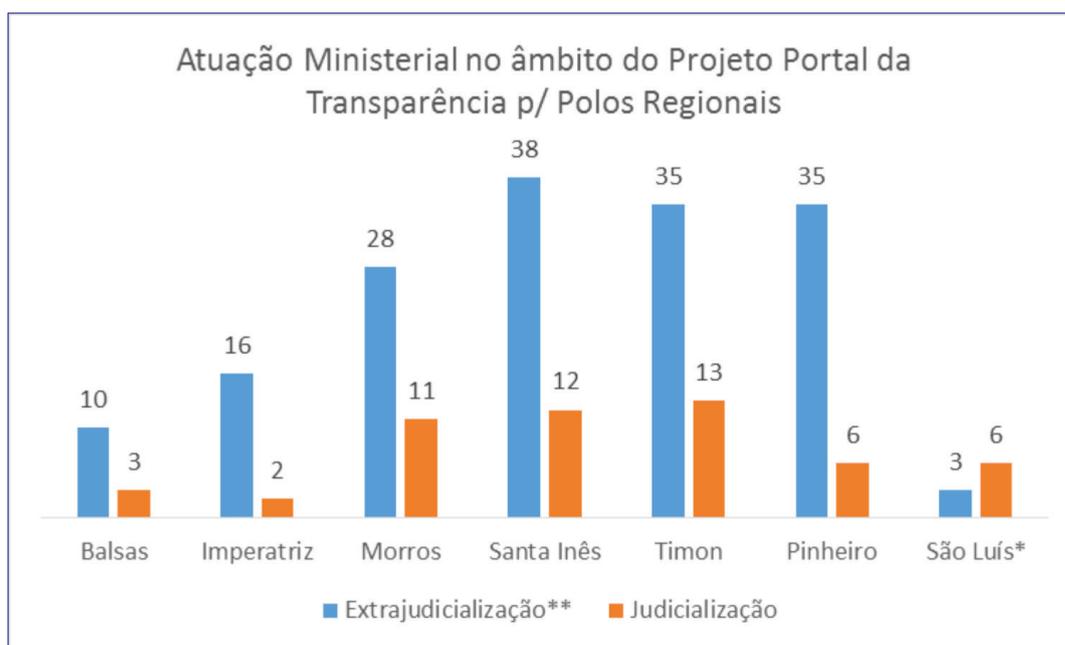
Gráfico 4 - Controle de Adesão das Promotorias ao Projeto Portal da Transparência



Fonte: CAOP-ProAd, PGJ, 2017.

* Encontro ainda não realizado;

Gráfico 5 - Atuação das Promotorias de Justiça frente ao Projeto Portal da Transparência



Fonte: CAOP/ProAd, PGJ, 2017.

* Encontro ainda não realizado;

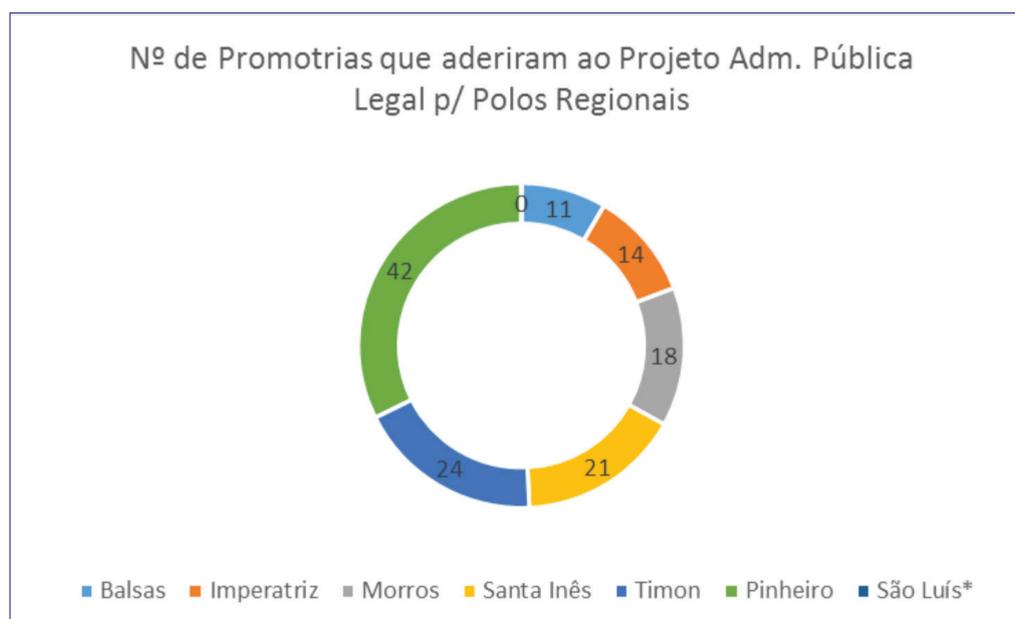
** Recomendações e TAC expedidas;

*** Informações enviadas pelos Membros.

b) Projeto “Administração Pública Legal”: com finalidade de promover ação coordenada dos Membros que atuam na fiscalização, no cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública e no combate aos atos de improbidade administrativa, foram encaminhados através do Ofício Circular nº 01/2017-CAOP-Proad modelos dos procedimentos administrativos e/ou ação judicial: *Procuradoria Municipal, Controle Interno, Nepotismo e Portal da Transparência*, bem como, Recomendação Conjunta nº 1/2017, assinada pelo Procurador Geral de Justiça, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e o Ministério Público de Contas:

- **155 (centro e cinquenta e cinco)** Municípios do Estado do Maranhão aderiram à “*Campanha pela transparência na transição municipal – A Cidade Não Pode Parar*”, com objetivo de execução da macroação estabelecido no Plano Estratégico do MPMA 2016/2021;
- **84 (oitenta e quatro)** Compromissos de Ajustamento de Conduta firmados com os Presidentes das Câmaras municipais - *Programa “Câmara em Dia”*, com finalidade do julgamento das contas do Poder Executivo do Estado do Maranhão ainda pendente de decisão, com objetivo de executar a macroação estabelecida no Plano Estratégico do MPMA 2016/2021:

Gráfico 6 - Controle de Adesão das Promotorias ao Projeto Administração Pública Legal



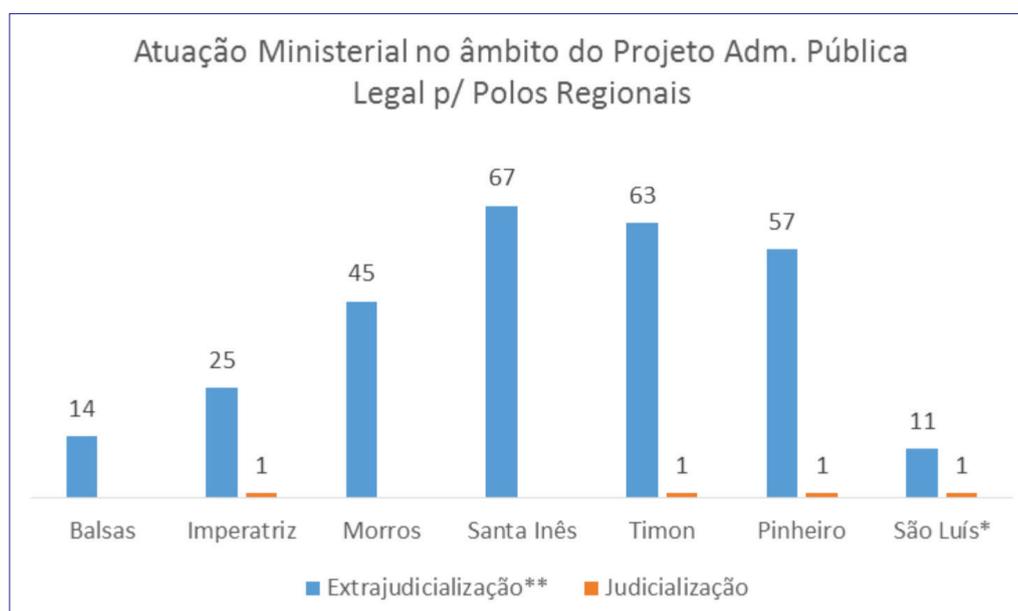
Fonte: CAOp/Proad, PGJ, 2017.

* Encontro ainda não realizado;

** Recomendações e TAC expedidas;

*** Informações enviadas pelos Membros.

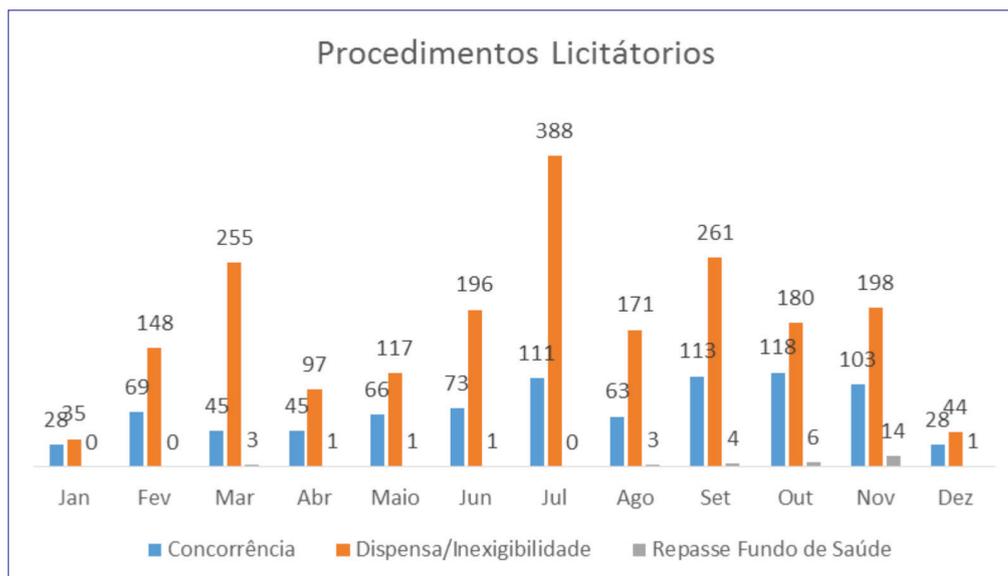
Gráfico 7 - Atuação das Promotorias de Justiça frente ao Projeto Administração Pública Legal



Outras ações e iniciativas executadas em 2017

a) **Controle de procedimentos licitatórios** na modalidade de concorrência e contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como os contratos realizados pela Administração Pública Estadual e Municipal, assim como os repasses ao Fundo de Saúde – Assistência à Saúde aos Municípios maranhenses:

Gráfico 8 - Procedimento licitatório



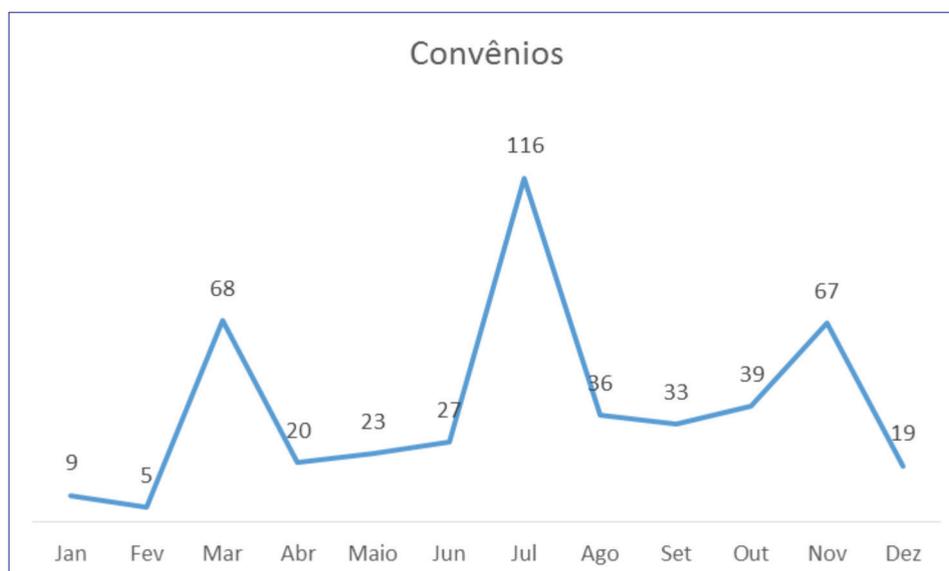
Fonte: CAOP/ProAd, PGJ, 2017.

Atividades desenvolvidas:

- Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Maranhão e FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão das publicações de avisos de licitações e contratos;
- Transposição das informações no quadro demonstrativo mensal e publicação no link do CAOP-ProAd – na pasta de Licitações e Contratos;

Controle de fiscalização de Convênios celebrados entre Governo do Estado do Maranhão e Prefeitura Municipal do Estado do Maranhão:

Gráfico 9 - Controle e fiscalização de Convênios



Fonte: CAOp/Proad, PGJ, 2017.

Atividades desenvolvidas:

- Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Estado do Maranhão dos Convênios celebrados pelos entes públicos nas esferas Estadual e Municipal que importem em transferência de recursos públicos;
- Transposição das informações no quadro demonstrativo mensal e publicação no link do CAOP-ProAd – na pasta de Convênios.

5.3 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde) foi instituído com o intuito de assumir o importante papel de instrumento de coordenação das atividades das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde em consonância com a política institucional de melhor estruturar, organizar e aparelhar o Ministério Público do Estado do Maranhão. Nesse sentido, o CAOp-Saúde visa consolidar a atuação do Ministério Público no combate a toda e qualquer espécie de violação de direitos referentes às políticas públicas de saúde.

As principais atividades desenvolvidas no período:

a) Reestruturação do CAOp-Saúde

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde encontra-se atualmente instalado no 1º (primeiro) andar do Prédio Anexo da Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, bairro Centro.

Conforme a Portaria nº 4607/2016- GPGJ, o **Dr. Herberth Costa Figueiredo**, titular da 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde de São Luís/MA, é o Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde, e, em consonância com a Portaria nº 2929/2016-GBPJ, são membros integrantes do CAOp-Saúde o **Dr. Newton de Barros Bello Neto**, titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Comarca de Imperatriz, a **Dra. Dailma Maria de Melo Brito**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas e o **Dr. Wladimir Soares de Oliveira**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias.

b) Participação em Eventos, Reuniões e Inspeções

- Participação nos Encontros Regionais de Gestão Estratégica: *o Ministério Público contra a Corrupção*, realizados no município de Balsas, Imperatriz, Morros, Santa Inês, Timon e em Pinheiro. No que concerne ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde), foram apresentados os projetos “Mediação Sanitária e Ministério Público” e “Direito à Saúde e Ministério Público”, a fim de propiciar a concretização dos objetivos estratégicos nº 04 “Fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária” e nº 07 “Exigir a integralidade, a universalização e a qualidade das ações e dos serviços públicos de saúde”, tendo contado com a adesão de 75 (setenta e cinco) Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde do MPMA;
- Participação no Encontro Estadual de Gestão Estratégica, realizado no dia 20 de novembro de 2017, evento promovido pelo Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, como sucedâneo dos Encontros Regionais de Gestão Estratégica, com o objetivo de fomentar a solução extrajudicial dos conflitos envolvendo a gestão estadual, oportunidade na qual o CAOp-Saúde discutiu, junto com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA), os seguintes temas: 1) Elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS); 2) Celebração do Contrato Organizativo das Ações e dos Serviços de Saúde; 3) Construção e funcionamento dos Centros de Diálise; 4) Reestruturação do Hemomar; 5) Dificuldades para a viabilização do Tratamento Fora do Domicílio Interestadual; 6) Óbices para a realização de cirurgias cardiovasculares; 7) Regulação Efetiva da Leitos. Na área de saúde, também foram celebrados acordos preliminares entre a Secretaria de Estado da Saúde e a 5ª Promotoria Especializada na Defesa da Saúde da Comarca de Imperatriz; a 4ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Comarca de Timon/MA; a Promotoria de Justiça de Execução Penal da Comarca de Imperatriz; a Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia do Paruá; e a Promotoria de Justiça da Comarca de Cedral e Porto Rico;
- Participação na Reunião do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Estado do Maranhão (CEPMMIFMA), realizada no dia 11 de dezembro de 2017, na qual foi debatida a importância de fortalecimento da vinculação à Maternidade para que haja efetiva Regulação do Fluxo, a fim de evitar a peregrinação de gestantes em busca de um Estabelecimento Assistencial de Saúde onde possam realizar o parto, situação que, infelizmente, acontece em todo o Estado do Maranhão, o que concorre para o aumento dos índices de mortalidade materna, infantil e fetal.

c) Acompanhamento das Políticas Públicas de Saúde:

- Tratamento Fora do Domicílio (TFD) Intermunicipal

O Procedimento Administrativo nº 02/2017 – CAOp-Saúde foi autuado, por meio da Portaria nº 02/2017 – CAOp-Saúde, com vistas a acompanhar as Políticas Públicas de Saúde no que pertine ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD) Intermunicipal pelos Órgãos de Execução.

- **Programação Geral das Ações e dos Serviços de Saúde (PGASS)**

O CAOp-Saúde instaurou procedimento administrativo visando acompanhar a adoção de providências pelas Promotorias de Justiça com Atribuição na Defesa da Saúde do MPMA sobre a elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS), instrumento de negociação e pactuação intergestores em que são definidos os quantitativos físicos e financeiros das ações e dos serviços de saúde a serem desenvolvidos no âmbito das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão.

- **Inclusão dos indicadores referentes à tuberculose nos Planos de Saúde, Programações Anuais de Saúde e Relatórios de Gestão.**

O CAOp-Saúde instaurou procedimento administrativo para acompanhar as providências adotadas pelas Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde do MPMA acerca da inclusão dos indicadores referentes à tuberculose nos instrumentos de planejamento da saúde, vale dizer, nos Planos de Saúde, Programações Anuais de Saúde e Relatórios de Gestão, conforme enunciado nº 01/2017 da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) /Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH).

- **Sexta Diretriz da Resolução nº 554, de 15 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde (CNS)**

Foi instaurado procedimento administrativo pelo CAOp-Saúde visando a identificar e acompanhar a adoção de providências pelas Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde no que pertence ao cumprimento da Sexta Diretriz da Resolução nº 554, de 15 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que inadmita à autoridade máxima do Sistema Único de Saúde (SUS), em sua esfera de atuação, cumular o exercício de Presidente do Conselho de Saúde respectivo, a fim de privilegiar o princípio da segregação das funções de execução e fiscalização da Administração Pública.

- **Saúde Mental**

O CAOp-Saúde instaurou procedimento administrativo, tendo em vista o Ofício nº 068/17/ABP/SEC da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina (CFM), contendo Recomendação versando sobre a necessidade de que as Políticas Públicas de Saúde Mental e o tratamento aos portadores de transtornos mentais obedeçam e apliquem a Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; as Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1952/2012, 2056 e 2057/2013, 2073/2014, 2116/2015 e 2147/2016; e as sugestões das Diretrizes para um Modelo de Atenção Integral em Saúde Mental no Brasil, elaborado pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e instituições parceiras.

- **Combate ao mosquito *Aedes Aegypti***

O CAOp-Saúde instaurou Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar as providências adotadas pelas Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, com vistas a averiguar a situação epidemiológica de suas Comarcas, em especial no tocante à implementação, pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de medidas efetivas de vigilância no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

- **Atendimento médico de urgência e emergência no Estado do Maranhão**

O CAOp-Saúde instaurou procedimento administrativo para acompanhar a fiscalização, por parte dos Órgãos de Execução, acerca do cumprimento das Portarias do Ministério da Saúde e da Resolução CIB/MA nº 204/2011 que regulamentam o atendimento médico de urgência e emergência no Estado do Maranhão, principalmente quanto às transferências de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) de São Luís/MA.

- **Prática de atos privativos de médicos por optometristas**

Foi instaurado procedimento administrativo pelo CAOp-Saúde, visando acompanhar a fiscalização pelos Órgãos de Execução sobre a prática de atos privativos de médicos por optometristas, bem como da prática de venda casada por óticas, tendo em vista a Representação, formulada pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), em que informa sobre o recebimento de constantes denúncias acerca da atuação de profissionais não médicos (optometristas) e do prejuízo que tem sido gerado à saúde da população brasileira, ora por prática de venda casada com óticas, ora pela realização de atos privativos de médicos oftalmologista.

- **Funcionamento de Farmácias Irregulares no Estado do Maranhão**

O CAOP-Saúde encaminhou às Promotorias com atribuição na Defesa da Saúde cópia da lista dos estabelecimentos ilegais e irregulares enviada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão (CRF/MA), para fins de ciência e adoção de providências a seu encargo no tocante às farmácias listadas.

- **Disponibilização das ações e serviços de saúde que compõem o Perfil Mínimo de cada Município considerado como Porta de Entrada, Região e Macrorregião de Saúde**

O CAOP-Saúde abriu procedimento administrativo tendo em vista a necessidade de monitorar a implementação das políticas de saúde mediante a celebração de TAS, TACs, Pacto pela Saúde, COAPs, a expedição de Recomendações Administrativas pelos Órgãos de Execução do MPMA e a implementação das ações e serviços de saúde, principalmente nas Macrorregionais e Regionais de Saúde, de maneira que atenda ao Perfil Mínimo de cada Regional de Saúde, vinculadas aos projetos constantes do Planejamento Estratégico do MPMA, que possuem como finalidade mobilizar de forma proativa todos os segmentos da sociedade em defesa da saúde, na resolução célere dos problemas, através da Mediação Sanitária.

d) Planejamento Estratégico

Como desdobramento dos objetivos estratégicos nº 04 e 07, constantes do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão referente ao período 2016-2021, consistentes em *“fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária”* e *“exigir a integralidade, a universalização e a qualidade das ações e serviços públicos de saúde”*, o CAOP-Saúde desenvolveu o Projeto nº 1: *“Mediação Sanitária e Ministério Público”* e o Projeto nº 02: *“Direito à Saúde e Ministério Público: Intersetorialidade e resolutividade das políticas públicas nas Regiões de Saúde”*.

Aos Projetos do CAOP-Saúde aderiram 75 (setenta e cinco) Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde do MPMA, sendo que foram expedidas 19 (dezenove) Recomendações e celebrados 09 (nove) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), com vistas à melhoria na prestação de ações e serviços públicos de saúde em todo o Estado do Maranhão.

5.4 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

O Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural foi instituído pela Resolução nº 002/1997 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão e instalado em dezembro de 2004. Subsidiar os órgãos de execução em áreas como a fiscalização do ordenamento urbano, do planejamento e parcelamento do solo urbano, e do uso de bens públicos imóveis, controle do poder de polícia administrativa dos órgãos ambientais e de fiscalização urbanística, mobilidade urbana, defesa da fauna silvestre e doméstica, defesa das florestas e demais formas de vegetação, proteção das unidades de conservação, fiscalização da administração ambiental, proteção dos bens ambientais como a água, a qualidade do ar, os bens culturais materiais tombados ou não, as manifestações do patrimônio cultural imaterial e o controle do licenciamento ambiental. Todos esses temas são abordados nos aspectos cíveis, criminais e administrativos, inclusive de improbidade conforme prevê o art.225§3º da Constituição da República.

a) Principais atividades desenvolvidas:

O CAO-UMA promoveu dois seminários estaduais com público superior a 100 participantes em cada um deles:

- Em **31 de março de 2017** foi realizado o **“II Encontro da Magistratura e Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente do Maranhão”**, visando a capacitação de Promotores de Justiça com o objetivo de discutir a Resolução Consensual de Conflitos Ambientais.
- **Contemplando as ações do Planejamento Estratégico 2016-2021**, o CAO-UMA idealizou uma reunião e um seminário para atender o objetivo estratégico nº 5 (intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural), assim como os Projetos “Valorização de Resíduos Sólidos” e “Capacitação em Resíduos Sólidos”. A Reunião foi realizada no dia 18 de agosto de 2017 sob a temática **“Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos”**, tendo como objetivo discutir a logística reversa de embalagens de agrotóxicos no Maranhão e o uso indiscriminado e/ou abusivo de agrotóxicos. O **Seminário Estadual sobre Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão** foi realizado no dia 27 de outubro de 2017 com a parceria do Ministério do Meio Ambiente e da ABRAMPA

(Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente) e o apoio da FUNASA e do Instituto Trata Brasil.

O CAO-UMA esteve presente nas reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e nas reuniões da Comissão Temporária de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como maioria das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA.

Prestou apoio técnico às promotorias por meio de Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

b) Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico:

A equipe do Centro de Apoio participou das reuniões do Planejamento Estratégico: dia 05 de abril, com a SEPLAG (Secretaria de Planejamento) para a apresentação do panorama das adesões dos projetos; 12 de junho, referente a Reunião de Análise Tática (RAT); 05 de julho com SEPLAG sobre o andamento das ações relacionadas aos projetos contemplados no planejamento estratégico; 11 de setembro referente a Reunião de Análise Estratégica (RAE); 30 de novembro, referente a apresentação da ferramenta de BI e sua funcionalidade para construção de painéis interativos, utilizando banco de dados de diversas áreas (Dados sociais de Órgãos Públicos, sistemas internos como SIMP).

O CAO-UMA também participou do “*Encontro Estadual de Gestão Estratégica – diálogos para autocomposição*” realizado no dia 20 de novembro de 2017 que teve como intuito atender o objetivo estratégico 5 (intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural). Os Promotores de Justiça de Açailândia, Samira Mercês dos Santos; de Matinha, Júlio Magalhães Borralho, de Anajatuba, Carlos Augusto Soares, de Porto Rico, Ariano Tércio Silva de Aguiar apresentaram demandas referentes as suas respectivas comarcas ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Marcelo de Araújo Costa Coelho e assessor jurídico, Fábio Elias de Medeiros Mouchrek.

5.5 Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOPCrim

O Centro de Apoio Operacional Criminal foi instituído por meio da Resolução nº 02/97-CPMP e alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP. O CAOPCrim possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense com atuação na área criminal, bem como promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

a) Projetos em Execução:

- **Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico – SIGS (Georreferenciamento de CVLIS e CVNLIs) com Diagnóstico Criminal.**

O Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOPCrim) visando contribuir com os órgãos do Estado, na área de Segurança Pública, como interlocutor indispensável na formulação das políticas públicas, divulgou as estatísticas do primeiro semestre de 2017, da Grande Ilha de São Luís, formada pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que contabilizaram 357 (trezentos e cinquenta e sete) mortes resultantes de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

A fonte primária desses dados é o livro de registro de mortes do Instituto Médico Legal (IML) que, após a coleta, são confrontados com os registros do CIOPs (Centro Integrado de Operações de Segurança do Estado do Maranhão).

A justificativa para comparação, a partir do ano de 2013, se dá pela adoção da metodologia CVLI, sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, onde ocorre um maior detalhamento dos tipos de crimes ocorridos.

A partir dos dados coletados, verificou-se que a maior incidência de crimes letais se origina do uso de arma de fogo, sendo o público-alvo o sexo masculino, principalmente na faixa etária de 18 a 22 anos de idade.

Para as ocorrências do CVLI, constata-se que os maiores quantitativos de ocorrências provêm do Município de São Luís, especialmente das regiões com grande concentração de comércio e trânsito de pessoas (cita-se como exemplo: os bairros do Centro e Cidade Operária). O principal tipo de crime identificado foi o

roubo, com mais de 80% dos registros, vitimando principalmente pessoas do sexo feminino. Levando em consideração o horário dos crimes, o maior percentual foi registrado no período noturno.

No que tange aos assaltos ocorridos nos coletivos, concluiu-se que os ônibus da empresa Primor são os que sofre mais assaltos, e que o principal bairro é o Centro de São Luís. Acrescenta-se também que o fato dos terminais de integração estarem na lista dos 10 locais com mais incidências de assaltos.

Ainda sobre assaltos ocorridos em linhas de ônibus coletivos, em valores absolutos, a linha que obteve maior número de assaltos foi a Vicente Fialho, que contabilizou 19 ocorrências. Foi constatado que as linhas da Estiva e Maracanã apresentaram as maiores médias. Conclui-se, portanto, que as linhas de ônibus que circulam nos bairros das periferias apresentam maiores números de assaltos.

b) Projeto de Integração do Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service.

O projeto foi instituído após a assinatura de um Termo de Cooperação e visa garantir a interoperabilidade entre os sistemas de informações disponíveis pelo Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e a Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação, através da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública. Atualmente o presente projeto está em fase de reuniões para posteriormente ser dado início a execução.

c) Projeto “Promotorias Especializadas de Segurança Pública”

O Projeto Promotorias Especializadas de Segurança Pública objetiva implementar no âmbito do MPMA um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

O objetivo é o da construção de um Ministério Público reflexivo, proativo e resolutivo, ou seja, uma instituição que assuma uma identidade proativa específica; uma instituição que em sua atividade mais tradicional, a área criminal, reúna como atributos indispensáveis o dinamismo, a intersetorialidade, a relação interna dialógica, o planejamento e a gestão de resultados.

Esse redimensionamento de atribuições propõe uma atuação criminal do Ministério Público orientada por estratégias proativas de tutela difusa da segurança pública.

Com a implementação desta estratégia de inteligência, o Ministério Público estará preparado para intervir de forma planejada no fenômeno criminal e assumir a responsabilidade de promover a mediação entre os órgãos estatais, a sociedade civil e, quando o caso, a iniciativa privada, no sentido de alcançar a mudança ou o aprimoramento das políticas públicas destinadas à segurança pública.

Diante desse cenário, o CAOPCrim propôs a revisão da estrutura atual das Promotorias de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e a ampliação, dentre as atribuições institucionais, do olhar sobre a segurança pública numa perspectiva de tutela coletiva.

Nesse aspecto, a atribuição central deste novo modelo de Promotoria de Justiça será a busca do consenso: colaborando com o poder público na implementação e adoção de políticas públicas; mediando as tratativas entre os agentes comprometidos com os problemas no meio social; e fiscalizando a execução dos serviços públicos.

Para tanto, precisará ter acesso a instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, que lhe proporcionem a condução da investigação a partir do inquérito civil, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e da expedição de Recomendações. A judicialização dos conflitos, portanto, somente sairá da inércia quando fracassarem as tentativas de alcançar o resultado pelo consenso.

d) Ações integradas e Ordenamento Urbano-Segurança Pública

O Programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente a da segurança pública, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação – e, se necessário, repressiva – aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e atuações ao representante do Ministério Público –, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo, civil e penal.

Por meio dessas ações integradas, busca-se a preservação da ordem pública, exercendo os serviços de fiscalização e proteção, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

Como instrumento para consecução das ações já citadas foram apresentadas nos EREGS (Encontros Regionais Gestão Estratégicas) etapas do Ordenamento Urbano e Segurança Pública, os passos a passos do projeto saber:

- Identificar os parceiros existentes na comarca – Órgãos Públicos Municipal e Estadual e, se possível, incluir órgãos federais (PRF, SPU, Etc.);
- Assinatura do “Termo de Cooperação Técnica”;
- Identificar os crimes a serem combatidos;
- Priorizar os crimes a serem combatidos;
- Definir área de atuação – recortes da cidade;
- Montar grupos de ações integradas;
- Criar grupo de *WhatsApp* para facilitar troca de informações e documentação;
- Planejar e traçar estratégias de atuação;
- Realizar reuniões preparatórias para cada operação;
- Realizar briefing antes da realização das ações integradas;
- Participar das ações ou determinar a elaboração de relatórios circunstanciados de cada operação;
- Realizar reuniões para avaliação da última operação e reavaliação do projeto;
- Definir novas ações.

Algumas regionais já aderiram ao projeto Ordenamento Urbano e Segurança Pública. Cita-se como, exemplo, as regionais de Balsas, Imperatriz, Morros, Santa Inês, Timon e Pinheiro. Conforme tabela abaixo as citadas regionais vêm dando andamento ao presente projeto:

Quadro 8 - Situação da execução do Projeto Ordenamento Urbano por Região

<i>Polos</i>	<i>Ordenamento Urbano e Segurança Pública</i>
<i>Balsas</i>	Sem registro
<i>Imperatriz</i>	Previsão de assinatura de Termo de cooperação
<i>Morros</i>	Previsão de assinatura de Termo de cooperação
<i>Santa Inês</i>	Ação Civil Pública
<i>Timon</i>	Sem registro
<i>Pinheiro</i>	Sem registro

Fonte: CAOp-Criminal/PGJ, 2017.

Exposto o andamento do projeto, restou aprendido que há uma grande dificuldade no retorno das solicitações às regionais, o que acarreta falha na execução do projeto. Surgiu então a necessidade de unir forças com a Administração Superior para solucionar o entrave do retorno de informações. Tal necessidade foi abraçada pela Corregedoria Geral de Justiça no sentido de se cobrar o andamento.

Registra-se a participação da Secretaria Estadual de Segurança Pública, a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil, Prefeitura Municipal de São Luís, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Urbanismo, Blitz Urbana, Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

e) Sistema de Controle de Inquéritos do CAOPCrim (IPOL)

- **Informatização do controle de inspeções de inquéritos:** No processo de inspeções, o cálculo da produtividade das delegacias de polícia era realizado manualmente. Tal processo se mostrava demorado e moroso. Com a criação de um sistema para controle de inquérito, os dados dos inquéritos permaneceram no sistema e o cálculo da produtividade será realizado em minutos.
- **Otimizar o processo de pesquisa e retorno de informações:** Com o sistema para controle de inquéritos, o retorno das informações desejadas ocorrerá de forma mais rápida, pois será possível consultar a partir de diversas chaves de pesquisa, como número do inquérito, delegacia, delegado responsável, data e tipo de instauração do inquérito, dentre outras.
- **Utilização de Banco de Dados informatizados para substituição de planilhas convencionais:** Em lugar de planilhas comuns, permite utilizar das características dos SGBD (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados), como a persistência (capacidade de se manter o dado), normalização das tabelas

(procedimentos que tornam as pesquisas mais confiáveis e rápidas) e a possibilidade de integração com outros sistemas.

- **Geração de relatórios:** Com o sistema de inquéritos, será permitida a geração de relatórios a partir de cada delegacia, onde serão mostradas as quantidades de inquéritos das duas últimas inspeções, produtividade e status do inquérito (Dentro ou Fora do Prazo).

f) Outras atividades realizadas e/ou acompanhadas pelo CAOPCrim:

- Participação em reunião sobre o Sistema Penitenciário Maranhense, realizada em 18 de janeiro de 2017, no Tribunal de Justiça com a presença de representantes de diversas Instituições.
- Participação em reunião sobre o “Observatório da Violência - Diagnóstico Criminal”, com a participação da MPMP, IMESC, UFMA, ESMP, TJ e UNDB.
- Participação nos Encontros Regionais de Gestão: MP contra a Corrupção;
- Realização do I Workshop sobre Perícia Oficial do Maranhão, no dia 10 de abril de 2017, com participação de membros, delegados, peritos e magistrados.
- Participação nas reuniões do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, ao longo de 2017;
- Participação na reunião Ordinária da ENASP, no Conselho Nacional do Ministério Público, para tratar do Cadastro Nacional de Violência Doméstica na cidade Fortaleza CE, nos dias 10 e 11 de maio de 2017.
- Participação no 4º Encontro de Coordenadores de Centro de Apoio Criminais, em 26 de maio de 2017, na cidade de Santa Catarina/SC.
- Participação na reunião sobre Observatório Nacional de Direitos Humanos, em 06 de maio de 2017.
- Participação em reunião de apresentação dos dados relativos às mortes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos últimos 07 (sete) anos, na data de 19 de julho de 2017.
- Participação em reunião no Palácio dos Leões para tratar sobre monitoração eletrônica, em 24 de julho de 2017.
- Participação no VII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, bem como do 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizados na cidade de Brasília/DF, no período de 01 a 04 de agosto de 2017.
- Participação na reunião para apresentação do relatório de atividades do Centro de Apoio à Administração Superior, na oportunidade foram apresentados os Sistemas IPOL, Webservice e demais sistemas em aprimoramento para avanço institucional, em 10 de agosto de 2017.
- Participação em audiência de custódia em 12 de agosto de 2017.
- Participação em reunião preparatória sobre Workshop “Monitoramento Eletrônico” com a participação de diversas autoridades ligadas à Segurança Pública, em 15 de agosto de 2017.
- Realização do Workshop sobre Monitoramento Eletrônico – Vídeo Tutorial, no dia 21 de agosto de 2017, com participação de membros, assessores e estagiário do Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Defensoria Pública. Foram palestrantes os Promotores de Justiça José Cláudio Almada Marques, Pedro Lino Silva Curvelo, Delegado de Polícia Cível Maymone Barros Silva Rodrigo e Coronel da PM Luís Carlos Vaz.
- Apresentação do desenvolvimento do Projeto Ordenamento Urbano – Segurança Pública realizado no dia 01 de setembro de 2017.
- Participação na reunião no Palácio do Governo Estadual para tratar do Projeto de Integração do Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal-Web Service, na data de 28 de setembro de 2017.
- Participação em reunião na Secretaria de Segurança Pública para tratar sobre o sistema de mutirão e instalação das VPIs - Verificação Preliminar de Investigação, em 18 de outubro de 2017.
- Participação em audiência Pública sobre “Diagnóstico da Criminalidade” na Grande Ilha de São Luís em 14 de novembro de 2017.
- Apresentação do levantamento de ocorrências de CVLI e CVNLI para análise de criminalidade em decorrência de saídas temporárias de apenados da Justiça, na grande Ilha de São Luís Maranhão.
- Participação no 1º ENCONTRO ESTADUAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, no dia 20 de novembro de 2017, com participação de membros do Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria Estadual de Administração de Penitenciária.
- Participação no Seminário sobre Municipalização do Trânsito, realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, ocasião em que foi lançado o *Projeto Todos pela Vida no Trânsito*, no dia 20 de novembro de 2017.

- Participação na reunião de definição de metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP, bem como no Seminário Internacional Brasil-União Europeia no Enfrentamento à Violência Doméstica, em Brasília/DF, nos dias 22 e 23 de novembro de 2017.
- Realização de reunião com os Coordenadores Regionais, Núcleos de Execução Penal e Júri, para tratar dos projetos e ações do CAOPCrim para 2018.
- Participação no 7º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.
- Participação na reunião sobre a situação de violência e prevenção, realizada no Gabinete da Presidência do Instituto Maranhense de Estudo Socioeconômico e Cartográficos – IMESC.
- Participação na reunião de definição do Workshop sobre “Pacto pela Paz”, a ser realizado em fevereiro de 2018, com participação do MPMA, IMESC, SEDIHPOP, DPEMA, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Idoso e Defensoria Pública.
- Expedição de Recomendações:
 - Recomendação nº 01, 11 de maio de 2017;
 - Recomendação nº 02, 10 de março de 2017(recomendação conjunta);
 - Recomendação nº 03, 01 de junho de 2017;
 - Recomendação nº 04, 21 de junho 2017;
 - Recomendação nº 05, 10 de agosto de 2017;
 - Recomendação nº 06, 14 de agosto de 2017.

g) Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA:

O CAOPCrim divulgou relatórios de estatísticas referentes às ocorrências, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com morte, relatórios de Unidades Prisionais e Delegacias de Monitoramento Carcerário.

Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos corridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.

Merece ser destacada a ampla publicidade dada pelo CAOPCrim aos promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial, por intermédio tanto de e-mail (via mala direta) quanto pela divulgação no sítio da Instituição, dos prazos estipulados pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP, para realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia, dos formulários de visita técnica a serem utilizados nas referidas vistorias e outras informações relevantes para alimentação do sistema do CNMP com os dados obtidos nas inspeções.

h) Atuação na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP:

A ação proposta pelo CNMP no âmbito da ENASP tem o objetivo de agilizar a investigação e o julgamento dos crimes de homicídio. Para isso, foram fixadas três metas:

- A Meta 2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos instaurados até 31.12.2007.
- A Meta 2.1 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 01.01.2008 a 31.12. 2008.
- A Meta 2.2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 01.01.2009 a 31.12. 2009.

As metas foram cumpridas conforme determinação do CNMP, por meio da coleta de dados e alimentação do sistema informatizado do CNMP (Inqueritômetro), com informações relativas ao enfrentamento a mortes decorrentes de Intervenção Policial, além de Femicídio, de todos os municípios do Estado do Maranhão.

5.6 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)

Para além dos limites do apoio técnico às Promotorias de Justiça, o CAOp/DHC, em 2017, se inseriu no debate e na proposição de ideias e ações voltadas às questões sociais no Estado, celebrando a parceria com diversos órgãos governamentais e não governamentais, com vistas à consecução de 03 (três) projetos encampados, sendo dois instituídos a partir do Planejamento Estratégico do Ministério Público Estadual, a saber, “Conhecendo a História Africana e Afro-Brasileira” e “Viva a Vida e Não Julgue”, e outro, intitulado “Se-

tembro Amarelo”, que, muito embora não constante do Planejamento Estratégico, foi incorporado pelo Centro de Apoio, ante a sua relevância e identificação com as matérias de atribuição deste órgão.

a) Projeto “Conhecendo a História Africana e Afro-Brasileira”

- **Objetivo:** iniciado em 2017, busca criar meios para a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da temática “história e cultura africana, afro-brasileira e indígena” no currículo oficial da rede de ensino. O projeto Conhecendo a História visa concluir ações que já vinham sendo desenvolvidas pelo CAOp/DHC desde o ano de 2014, quando ofícios e recomendações foram enviados às comarcas do Estado, no sentido de que os municípios, a partir dos seus Planos Municipais de Educação, observassem a orientação das Leis supracitadas.
- **Público-Alvo:** alunos do nível de ensino da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos.
- **Parcerias:** Secretaria da Igualdade Racial (SEIR); SEDUC; SEMED - São Luís; Conselho Estadual de Educação; Escolas Estaduais e Municipais; Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos; UEMA/NEAB; UFMA/NEÁFRICA; Fórum de Educação e Diversidade Étnico-racial do Maranhão – FEDERMA; Movimento Negro; Fundação Josué Montello; CAOp/Educação; Conselho Municipal das Populações Afrodescendentes - COMAFRO/São Luís; UNIQUITA - União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim; IFMA.
- Total de Promotorias que aderiram: **56**

Alguns resultados do projeto:

- **9** Promotorias expediram Recomendação às Secretarias Municipais de Educação, na qual consta a obrigatoriedade do ensino da temática nas escolas públicas municipais e estaduais;
- **6** Promotorias instauraram Procedimento Administrativo e Inquérito Civil para investigar o implemento do conteúdo programático;
- **2** Promotorias enviaram ofício solicitando informações sobre o ensino da temática;
- **4** Prefeituras e Secretarias Municipais encaminharam informações acerca do ensino da temática;
- **11** Municípios enviaram Instrumento Diagnóstico respondido.

b) Projeto “Viva a Vida, Não Julgue” – destinado a assegurar à população LGBT o direito ao uso do nome social perante as instituições públicas e privadas no Estado do Maranhão, o projeto atingiu 90% de execução das ações planejadas em parceria com as diversas instituições e movimentos sociais.

- **Objetivo:** promover a integração de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na sociedade, tendo em vista ser este grupo historicamente marginalizado e desamparado pelas políticas públicas. Busca-se garantir a defesa dos seus direitos fundamentais através de ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra LGBT, visando, por exemplo, sua inserção no mercado de trabalho, a efetivação do direito ao uso do nome social para travestis e transexuais, o atendimento com respeito no sistema público de saúde e nas demais instituições públicas, o incentivo a trabalho educativo junto à sociedade sobre o respeito que devemos ter aos direitos das pessoas LGBT.
- **Público-Alvo:** População LGBT
- **Patrocinador:** Administração Geral da PGJ
- **Parcerias:** Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Grupos LGBT; Gestores Municipais.
- **Gestor:** CAOp/DHC

Ações realizadas: várias reuniões com o movimento LGBT, visando a conclusão do projeto:

- Edição do Ato Regulamentar nº 010/2017, que determina, no âmbito do MPE, o respeito ao nome social;
- O debate e a parceria com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, nas ações com vistas a garantir o uso do nome social;
- A participação e o debate, em Audiência Pública, com a Assembleia Legislativa do Maranhão e os movimentos sociais maranhenses, para propor medidas legais, como a edição da Lei Estadual para garantir o uso do nome social;
- A elaboração de folder explicativo sobre o uso do nome social e outras políticas voltadas ao segmento LGBT;
- Oficina, para os membros do MPE e estagiários do curso de direito, sobre as políticas, ações e medidas voltadas ao público LGBT, realizada no dia 18/08/17;

- No dia 18/08/17, na parte da tarde, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi realizado o seminário destinado a membros, movimentos sociais e movimentos LGBT e sociedade civil, onde se promoveu o debate acerca do direito ao nome social e outras políticas voltadas à população LGBT.
- Em 2018, será editada Recomendação – que já está minutada –, para ser remetida às promotorias nas diversas comarcas estaduais, para que, por sua vez, como órgãos executores, recomendem aos municípios observarem e assegurarem, no âmbito de suas administrações, à população trans, o uso do nome social.
- No total **27 promotorias aderiram ao Projeto Viva Vida, Não Julgue.**

c) Projeto “SETEMBRO AMARELO, Uma Campanha de Valorização da Vida” – este projeto, trazido ao CAOp/DHC pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão, no ano de 2017, foi imediatamente instituído com apoio de diversos parceiros, sendo realizadas várias atividades, as quais objetivam a implantação, no Estado de Maranhão, de um Centro de Valorização da Vida, considerando a urgente necessidade dessa política de saúde, quando os índices evidenciam a quantidade de suicídios, ocasionados por diversos fatores.

d) Outras atividades e ações desenvolvidas pelo CAOp/DHC em 2017:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações étnico-raciais, idosos, apoio às vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, diversidade sexual, defesa dos direitos da mulher, defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- Envio de comunicações, notícias e ofícios circulares, via e-mail, a todos/as os/as Promotores/as de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Secretarias Estaduais, Nacionais e Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Atividades do Projetos do Plano Estratégico MPMA;
- Divulgação aos Promotores de Justiça, via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos.

e) Participação em Comissões, Conselhos e Comitês:

- COPEVID, COPEDH, Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo, COETRAE, CETP, PROVITA/MA, CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão, CEEH/MA, CECT, Comitê Gestor de População em Situação de Rua - Comitê Interinstitucional – Diálogo Inter Religioso.

5.7 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

Norteados especialmente pelas diretrizes estabelecidas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, especialmente o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos marcos internacionais correlatos, bem como normativa expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Infância e Juventude (CAOp/IJ) atua para efetivar direitos dos quais são titulares crianças e adolescentes, no sentido de assegurar a proteção integral e a prioridade absoluta, com as quais tais direitos devem ser implantados.

Principais ações desenvolvidas:

a) Plano Estratégico, Projetos Prioritários e Encontros Regionais

Destacam-se as principais atividades desenvolvidas em cada projeto, ao longo de 2017, englobando as atividades realizadas a partir dos Encontros Regionais de Gestão Estratégica, ressaltando que os temas



Promotores de Justiça integrantes em reunião de planejamento das atividades anuais do CAOp/IJ

da Adoção, Planos Decenais de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e Fundo da Infância, receberão enfoque em 2018.

Família Acolhedora

O MPMA, através do CAOp/IJ, vem desenvolvendo a ação institucional “Família Acolhedora” desde 2015, com todos os Promotores de Justiça da Infância e da Juventude para dar cumprimento à previsão do §1º, do art. 31 c/c o art. 260, §2º, ambos do ECA, que instrumentalizam o acolhimento familiar como primeira alternativa após as tentativas de fortalecimento de vínculos familiares (ECA, arts. 19 e 23), afastamento de abusador (ECA, art. 130), ou, colocação em família extensa (ECA, art. 25 e parágrafo único). No sentido de fortalecer essa demanda, buscando uma estruturação mais prática, foi firmada uma parceria em prol dessa causa com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e com a Coordenadoria da Infância do TJMA, a fim de somar forças para esse objetivo comum.

Conforme levantamento realizado pelo CAOp/IJ, após os Encontros Regionais de Gestão Estratégica, 46 municípios informaram sobre a existência de ações de acolhimento familiar. Desses, 28 já deflagraram as atividades de alguma forma: seja realizando reunião com atores legais, expedindo recomendação aos gestores, propondo termo de ajustamento de conduta ou mesmo ação civil pública, tudo no sentido da implantação do serviço de família acolhedora nos municípios maranhenses.

Medidas Socioeducativas

O CAOp/IJ vem realizando sistemático acompanhamento da situação do sistema socioeducativo no Maranhão. Conforme panorama acerca da tramitação de ações judiciais sobre a temática e suas principais decisões levantado pelo Centro de Apoio, evidencia-se que o sistema socioeducativo no Maranhão vem passando por uma série de intervenções judiciais que culminaram, em algum momento, em interdições totais ou parciais nas unidades de atendimento, em delegacias especializadas, algumas perdurando até os dias atuais. Pontua-se que, atualmente, o Estado do Maranhão conta com unidades de internação provisória masculina apenas na capital e em Imperatriz, sendo que esta última sofreu interdição parcial, por força de liminar deferida no bojo de Ação Cautelar impetrada pelo Ministério Público.

Monitoramento permanente sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo (PMASE).

Essa atividade é realizada constantemente, uma vez que o CNMP cobra sistematicamente o envio de informações sobre os referidos Planos. Conforme levantamento apurado pelo CAOp/IJ em 2017, um total de 96 municípios começaram de alguma forma as atividades de elaboração do PMASE. Desses, 39 já possuem o PMASE com a elaboração finalizada. Também foram emitidos cinco pareceres técnicos específicos sobre análise de PMASE, acerca da sua conformidade e condições de execução.

Justiça Restaurativa

O CAOp/IJ vem atuando sistematicamente nessa temática, através da participação no Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa, da Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU) e também compondo o quadro de facilitadores do Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR) do Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV) da capital. Além disso, atualmente está incumbido de pensar



Encontro Estadual de Gestão Estratégica



Reunião preparatória – Núcleo de Justiça Restaurativa do CIJJUV (Funac)

um modelo de desenvolvimento da temática no âmbito do MPMA. Importa salientar que no Brasil a temática da Justiça Restaurativa completou dez anos de prática, formal. Esse marco foi amplamente comemorado e difundido, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que lançaram em maio/2017 a campanha nacional “Justiça Restaurativa do Brasil: a paz pede a palavra”, alusiva aos 10 anos.

Disque 100

O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012. Essa atividade é realizada diariamente, mediante monitoramento constante e remessa das denúncias recebidas para as promotorias de justiça competentes. Diante de algumas dificuldades encontradas no manejo do sistema de apuração das denúncias e solicitando intervenção para a melhoria do serviço, o CAOp/IJ encaminhou um memorando ao Procurador-Geral de Justiça visando a composição de um plano de atuação, perpassando pela necessidade de capacitação dos servidores no manejo do sistema, o que inclusive se tornou um objetivo estratégico no Plano Estratégico 2016/2021.



Treinamento do MCA – Açailândia

Convivência familiar e comunitária

Módulo Criança e Adolescente: a implantação do sistema em Açailândia-MA, projeto-piloto³, se desdobrou em:

Treinamento presencial no Rio de Janeiro (2016), em que participou Dr. Gleudson Malheiros, Promotor de Justiça, acompanhado do seu assessor Ronnedy Carvalho e da assessora técnica do CAOp/IJ, Naissandra Mota;

Cessão de suprimentos de informática da PGJ, mediante termo de doação, para a Promotoria de Açailândia, conforme Ordem de Serviço nº 001/2012 - GPGJ, na forma do seu art. 5 e incisos, disposto nos autos do Processo Administrativo nº 3779AD/2015 que versa sobre o MCA.

b) Outras atividades do CAOp/IJ:

- **Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão;**
- **Participação em comitês, redes focais e grupos de trabalho** - Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), Comitê de Monitoramento da Violência Sexual, Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA), Rede Maranhense de Justiça Juvenil e Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa



Reunião do Grupo de Trabalho de Escuta Especial – Recebendo a equipe do CPTCA na PGJ

³ Expectativa de expansão para outras comarcas que possuam instituições de acolhimento, conforme Plano Tático do CAOp/IJ, no Planejamento Estratégico 2016-2021.

- **Eventos promovidos pelo CAOp/IJ:**
 - **Seminário “Estupro de vulnerável e Convivência Marital: Prevenção, Abordagens e Enfrentamento”**, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em maio/18, com a presença de 200 pessoas.



Seminário “Estupro de vulnerável e Convivência Marital: Prevenção, Abordagens e Enfrentamento”

- **Congresso “Caminhos para a Justiça Adaptada para Criança e Adolescente no Brasil – 27 anos do ECA”**, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, com a participação de 337 pessoas.



Congresso “Caminhos para a Justiça Adaptada para Criança e Adolescente no Brasil

- **Oficina: “Segurança, ética e cidadania na Internet: educando para boas escolhas online”**, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, com a participação de 114 pessoas.



Oficina: “Segurança, ética e cidadania na Internet: educando para boas escolhas online”

- **Seminário: Potencial da Justiça Restaurativa na Construção da Cultura de Paz**, com a presença de 159 participantes.



Juiz Marcelo Salmaso (TJSP) participa do Seminário da REMAJU

c) Articulações internas e externas

O CAOp/IJ, na qualidade de órgão auxiliar do MPMA, desenvolve uma atuação coordenada, planejada no sentido de apoiar os órgãos de execução ministerial, no que tange as normativas legais que permeiam a área da infância e juventude, de alguma forma, em todas as esferas, e a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Nesse sentido, destacamos as seguintes articulações com outras Instituições:

Procuradoria Regional do Trabalho

A Procuradoria Geral de Justiça, ante provocação do CAOp/IJ, firmou o Termo de Cooperação Técnica nº 11/2017, com a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 16ª Região, que tem por objetivo a destinação de recursos oriundos de acordos, decisões judiciais ou multas impostas em Termos de Ajustamento de Conduta, em dissídios individuais ou coletivos, para o Centro de Perícias Técnicas para a Criança e Adolescente, aos Conselhos Tutelares do Estado do Maranhão, além da entrega de correspondências e notificações expedidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) relacionadas a prática de trabalho infantil.



Juiz Marcelo Salmaso (TJSP) participa do Seminário da REMAJU

PLAN Internacional: Dia da Menina

A ONG Plan Internacional integra uma rede mundial de desenvolvimento comunitário, que visa, dentre outras coisas, promover a campanha global “Por Ser Menina”, cujo enfoque se dá no sentido de propiciar que meninas no mundo todo possam vivenciar a experiência de aprender, liderar, decidir e progredir. Posto isso, a data 11 de outubro foi fixada como *Dia Internacional da Menina*, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando são realizadas, no mundo todo, ações para marcar a igualdade de direitos entre meninos e meninas.



Auditório da PGJ – Dia da Menina no Congresso ‘Justiça Adaptada para Crianças e Adolescentes’

SEDES: Capacitações da Política de Assistência Social

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), visando fortalecer o atendimento socioeducativo no âmbito da Política de Assistência Social no Maranhão, através do aprimoramento técnico do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, realizou eventos de capacitação em formato regionalizado para gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social dos Municípios que possuem CREAS, das quais participaram membros do MPMA: em São Luís, Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, Dr. Raimundo Nonato Leite e assessoria do CAOp/IJ; em Codó, Dra. Valéria Chaib Amorim de Carvalho; em Imperatriz, Dr. Alenilton Santos Júnior.



Capacitação SEDES – Escola de Governo (EGMA)



Capacitação SEDES – Escola de Governo (EGMA)

5.8 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor foi criado através da Resolução nº 2/97-CPMP e atua no sentido de prestar atendimento e orientações, além de subsidiar e divulgar a atuação dos membros do Ministério Público, dentre outras atividades relativas à esfera consumerista. Tem se empenhado no cumprimento do Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão e, para tal, trabalha na execução dos seguintes projetos:

a) Projeto “Nota Fiscal Integral”:

- **Objetivo:** Estimular o cumprimento da legislação quanto à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal ao consumidor, bem como, para que nela constem todas as informações devidas.
- **Principais ações realizadas:**
- Reunião preparatória das atividades de fiscalização das Companhias Aéreas sobre as novas regras estabelecidas pela ANAC, Resolução nº 400/2016, realizada no dia 27/07/2017, na Sala de Reuniões da PGJ, com a presença de membros da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Maranhão e representantes do Procon-MA.



Reunião sobre fiscalização das novas regras da ANAC



Reunião com Procon e OAB sobre fiscalização das companhias aéreas

- Blitz Nacional nos Aeroportos, realizada no dia 28/07/2017, no Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado, das 09h às 12h, coordenada pelo CAOp/Consumidor com participação do PROCON/MA, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão. O objetivo foi verificar o cumprimento das novas regras estabelecidas pela Resolução nº 400/2016 da ANAC, especialmente, sobre as cobranças de bagagens despachadas, franquia de bagagem, respeito às regras do atendimento prioritário, dever de fornecimento de informações claras, objetivas, inequívocas e ostensivas sobre os serviços prestados, etc.



Blitzen nos aeroportos sobre cumprimento das regras da ANAC

- Realização de fiscalização do serviço bancário com o Ministério Público Estadual nos municípios de Balsas/MA e Açailândia/MA, dia 15/08/2017. E, mediante a orientação do Ministério Público Estadual, nos municípios de Imperatriz/MA e Pindaré-Mirim/MA.



Reunião com Procon e OAB sobre fiscalização das companhias aéreas

- Fiscalização preventiva nos serviços de transporte aquaviário do FERRY BOAT, no dia 04/09/2017. A ação foi orientada pelo Ministério Público Estadual e realizada em parceria com a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) e a Marinha do Brasil. Na oportunidade foram fiscalizados: o cumprimento do horário de partida e chegada dos ferrys, condições higiênicas, inclusão do nome dos passageiros nos bilhetes, validade e quantidade dos coletes, uso dos boxes no Cujupe, emissão de nota fiscal e outros aspectos. As empresas ServPorto e Internacional Marítima foram autuadas por não emitirem nota fiscal e por não incluírem o nome dos passageiros nos bilhetes, contrariando o artigo 44, inciso IX, do Regulamento do Serviço Público de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros do Maranhão.



Fiscalização no terminal de Ferry boat



Atividade de fiscalização conjunta do CAOp/Com e Procon

- No dia 11/09/2017, foi realizada uma fiscalização em shoppings centers de São Luís, em parceria com o Procon/MA, denominada Operação BLITZ. O objetivo foi a verificação da prática de venda de produtos com diferenciação de preços de bens e serviços, de acordo com o prazo ou forma de



Blitz em shoppings centers de São Luís, em parceria com o Procon/MA



Fiscalização em shoppings

pagamento (à vista, nos cartões de débito e de crédito e oferecimento de descontos de que trata a Lei nº 13.455/17), mediante o fornecimento de informações claras, objetivas, inequívocas e ostensivas. Estiveram presentes, acompanhando a operação, os coordenadores do CAOp/Consumidor, Drs. Nacor Paulo Pereira dos Santos, Alessandra Darub Alves, Camila Gaspar Leite e Karine Guará Bruzaca Pereira.

- No dia 24/11/2017, foi realizada uma reunião dos coordenadores do CAOp/Consumidor, Nacor Paulo Pereira dos Santos e Alessandra Darub Alves, com representantes do Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Estado do Maranhão sobre as aspirações da categoria para o desempenho das suas funções de fiscalização da qualidade de produtos agropecuários e sobre a situação dos Matadouros Clandestinos no Estado do Maranhão.

b) Projeto “Telecomunicações: Conexão com a Cidadania”.

- **Objetivo:** Promover a educação para a cidadania para que as pessoas (físicas e/ou jurídicas) utilizem os serviços de telecomunicação com responsabilidade.

- **Principais ações realizadas:**

- O Centro de Apoio Operacional realizou, no dia 02/05/2017, uma mesa redonda com o tema “Bloqueio da Internet banda larga fixa”, no auditório da Faculdade Pitágoras, em São Luís. O evento teve como parceiros a referida Instituição de ensino e o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Também participaram da mesa o presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/MA, Hugo de Assis Passos, a Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Pitágoras, Patrícia de Freitas Reis Vilela Ribeiro, e a Secretária-Geral da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/MA, Patrícia Barros de Sousa.



Mesa redonda com o tema “Bloqueio da Internet banda larga fixa”, na Faculdade Pitágoras

- Em decisão manifestada pelo Secretário do Conselho de Usuário da TIM-NORDESTE, no dia 30 de junho/17, foi acolhida a proposta, pioneira, da criação do canal direto com a operadora junto ao Ministério Público brasileiro, tendo o CAOp-Consumidor indicado as seguintes Promotorias de Justiça para iniciar o projeto-piloto: Alto Parnaíba, Governador Nunes Freire, Olho d’Água das Cunhãs, Paraibano, Passagem Franca, Pindaré Mirim, São Bento, São Mateus, São Francisco do Maranhão, Tasso Fragoso e Urbano Santos.

- Realização, no dia 09/06/2017, da “1 Oficina de Direito do Consumidor” no auditório da sede da PGJ. O evento aconteceu em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e contou com renomados palestrantes da área do direito do Consumidor, dentre eles: o Promotor de Justiça José Augusto Peres Filho, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, que falou sobre o “Contrato eletrônico de consumo: da confiança à enganiosidade” e o Promotor de Justiça Guilherme Magalhães Martins, do Ministério Público do Rio de Janeiro. O Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e o advogado Marcelo Tapai, presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da OAB/SP, abordaram os contratos imobiliários e o direito do consumidor.



Oficina de Direito do Consumidor” no auditório da sede da PGJ

- No dia 19 de julho de 2017, aconteceu uma reunião na Procuradoria Geral de Justiça, em que foram discutidas estratégias para a melhoria dos serviços de telecomunicações no Maranhão.
- No dia 29 de agosto foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Passagem Franca e o Município de Passagem Franca, para a criação

do Laboratório de Informática visando a instalação da internet gratuita nas escolas, pelo Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), cujo objetivo é conectar todas as escolas públicas urbanas, rurais e comunitárias à internet à rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.



Reunião do CAOp/Com sobre melhorias no serviço de telecomunicações no MA

c) Projeto “Educação Financeira: Instrumento de Cidadania”.

- **Objetivo:** Implementar ações de educação, proteção e inclusão financeiras dos consumidores, com objetivo de disponibilizar à sociedade informações que lhe possam assegurar melhor eficiência nas relações de consumo.

- **Principais ações realizadas:**

- Audiência Pública com o departamento de promoção da cidadania financeira do Banco Central do Brasil, realizada na Sede do Banco Central em Brasília, no dia 25/05/2017, com objetivo de tratar acerca de entendimentos para a inclusão do Projeto Cidadania Financeira junto às entidades comunitárias e similares do Estado do Maranhão, escolas da rede pública, privada e comunitárias, além de entidades sindicais.



Audiência Pública sobre o Projeto Cidadania Financeira

- Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta entre a Promotoria de Justiça de Passagem Franca com o Município de Passagem Franca, no dia 29/08/2017, com a participação do CAOp/Consumidor, que consiste em realização de premiação anual aos alunos da rede pública municipal para a escolha da melhor redação, com o tema “Como valorizar o meu dinheiro” e premiação do professor mais dedicado.



Premiação de alunos no concurso de redação apoiado pelo CAOp/Com

- Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta pela Promotoria de Justiça de Passagem Franca com o Município de Lagoa do Mato, com a participação do CAOp/Consumidor, no dia 30/11/2017, que consiste em realização de premiação anual aos alunos da rede pública municipal para a escolha da melhor redação, cujo tema do ano de 2018 “O valor do meu dinheiro” e premiação do professor mais capacitado.



Assinatura de TAC e premiação de concurso de redação em Lagoa do Mato

- Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, entre a Promotoria de Justiça de Buriti Bravo e o Município de Buriti Bravo, com a participação do CAOp/Consumidor, no dia 30/11/2017 que consiste em realização de premiação anual aos alunos da rede pública mu-



Assinatura de TAC e premiação de concurso de redação em Buriti Bravo

nicipal para a escolha da melhor redação, cujo tema do ano de 2018 “O valor do meu dinheiro” e premiação do professor mais capacitado.

d) Projeto “Municipalização da Defesa do Consumidor”.

- **Objetivo:** Fomentar a criação e implantação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, constituído pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, pelo Fundo Municipal de Defesa do Consumidor e pelo Procon Municipal.
- **Principais ações realizadas:**
 - Audiência Pública realizada no dia 31/05/2017, na cidade de Pindaré Mirim, para tratar da criação do sistema municipal de proteção e defesa do consumidor.
 - No dia 29/08/2017, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta pela promotoria de Passagem Franca e o Município de Passagem Franca para a criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON Municipal, Conselho Municipal e Fundo Municipal).



Assinatura de TAC e premiação de concurso de redação em Buriti Bravo

5.9 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPD)

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução nº 10/2011 do Colégio Procuradores do Ministério Público do Maranhão, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de Justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos dos idosos bem como o direito da pessoa com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

a) Participações em Eventos e Reuniões

O CAOp-PIPD esteve presente em diversas reuniões e eventos no ano de 2017, seja como participante, seja tendo um de seus integrantes como palestrantes. Dentre as atividades citadas, merecem destaque:

- Participação, na palestra “A curatela no Estatuto da Pessoa com Deficiência e no CPC”, ministrada pelo professor e Procurador de Justiça Nelson Rosenvald, que ocorreu no auditório do Fórum de São Luís, no dia 29/09/2017;
- Palestrante no curso de preparação e aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do MP, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, dia no 27/09/2017.
- Realização de palestra do projeto “LBI nas escolas”, ocorrida na escola CINTRA, no dia 09/11/2017, pelo coordenador do CAOp-PIPD, Dr. Carlos Augusto Soares;
- Participação nos Encontros Regionais de Gestão e no Encontro Estadual de Gestão Estratégica. Na ocasião, foi firmado Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado da Educação, com vistas a obter daquela Secretaria uma diretriz para toda a rede estadual no sentido das alterações das propostas pedagógicas, nos termos do objeto do Projeto “Adequando Currículos”.

b) Planejamento Estratégico

Com vistas a realizar um planejamento estratégico para o período de 2016-2020, o MPMA deu início ao seu novo ciclo de gestão estratégica, ficando a cargo do CAOp-PIPD, instituir e implementar políticas e práticas eficazes de orientação e execução da atuação finalística dos membros do Ministério Público, focadas na proteção ao idoso e pessoa com deficiência.

Assim, o CAOp-PIPD, no ano de 2017 desenvolveu os seguintes Projetos, constantes do Plano Tático-Operacional:

Projetos Prioritários do CAOp-PIPD

• Projeto “Adequando Currículos”

O objetivo do projeto é propor adequação dos currículos escolares mínimos às necessidades especiais e contribuir com sua implementação. Durante os Encontros Regionais, **84 Promotorias de Justiça** aderiram formalmente ao projeto, das quais **20** iniciaram a execução. Os principais resultados até setembro de 2017 são os seguintes:

Tabela 60: Resultados do Projeto “Adequando Currículos”

Ação realizada	Resultado
<i>Seminário</i>	01 realizado
<i>Reunião</i>	01 realizada
<i>Procedimento Administrativo</i>	03 instaurados
<i>Proposta Pedagógica</i>	01 elaborada
<i>Recomendações</i>	21 emitidas
<i>Termo de Ajustamento de Conduta</i>	01 assinado

Fonte: CAOp/PIPD, PGJ, 2017

• Projeto “Efetivando Conselhos”



Reunião com Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência



Reunião com Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência

O objetivo do projeto é promover a efetivação dos Conselhos Municipais do Idoso, da Pessoa com Deficiência e de Assistência Social. Dentre outras atividades, foram realizadas reuniões com o Conselho Estadual do Idoso do Maranhão e com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, objetivando estabelecer parceria com vistas a promover o fortalecimento dos conselhos municipais nas comarcas.

Durante os Encontros Regionais de Gestão Estratégica promovidos pelo MPMA, **103 Promotorias de Justiça** aderiram formalmente ao projeto, das quais **40** iniciaram a execução. Os principais resultados até setembro de 2017 são os seguintes:

Tabela 61: Resultados do Projeto “Adequando Currículos”

Ação realizada	Resultado
<i>Audiência Pública</i>	01 realizada
<i>Reunião</i>	01 realizada
<i>Procedimento Administrativo</i>	07 instaurados
<i>Inquéritos Cíveis</i>	02 instaurados
<i>Ofícios</i>	34 expedidos
<i>Recomendações</i>	21 emitidas
<i>Termos de Ajustamento de Conduta</i>	04 assinados

Fonte: CAOp/PIPD, PGJ, 2017

b) Outros Projetos desenvolvidos:

Desenvolvimento/acompanhamento do projeto do CNMP “Ação Nacional de Promoção da Igualdade” – envio do projeto, material de consulta/apoio, acompanhamento das informações acerca da execução das ações nos municípios maranhenses.

c) Campanhas/Eventos de iniciativa do CAOp-PIPD

- O Centro de Apoio durante o ano de 2017 promoveu importantes campanhas, cujo objetivo foi combater a violência contra idosos, bem como a conscientização do preconceito contra a pessoa com deficiência, além de seminário, workshop e audiência pública, merecendo destaque os seguintes:
- **“Idade não é nada. Respeito é tudo!”** No mês de junho/17, foram confeccionados 5 cartazes, slides, spot e pesquisa sobre homicídios de pessoas idosas, os quais foram compartilhados, via e-mail, com as Promotorias, e mídias sociais do MPMA. Além disso, a Dra. Gabriele Gadelha, respondendo pelo CAOp-PIPD, concedeu entrevista à Rádio Justiça e à TV Evangelizar, para divulgar a campanha e falar sobre a violência contra o idoso;
- No dia 21 de setembro/17, o CAOp-PIPD deflagrou a campanha **“Dia Nacional da Pessoa com Deficiência”**. Foram confeccionados 3 cartazes que foram enviados por e-mail para as Promotorias e compartilhados nas mídias sociais do MPMA;
- No dia 1º de outubro/17, foi deflagrada a campanha pelo **“Dia internacional do Idoso”**. Foram confeccionados 3 cartazes e um spot que foram enviados por e-mail para as Promotorias e compartilhados nas mídias sociais do MPMA;
- No dia 19 de dezembro/17, foi realizada uma Audiência Pública promovida pelo CAOp-PIPD, na Sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Anajatuba, para a sensibilização da sociedade civil da referida comarca quanto às matérias relativas ao idoso e à pessoa com deficiência, em vista da necessidade de reativação do Conselho Municipal do Idoso e de criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.



Audiência Pública realizada em Anajatuba sobre a reativação do Conselho do Idoso



Na audiência pública também foi discutida a situação do Conselho da Pessoa com Deficiência

- Seminário **“A Atuação do Ministério Público na Defesa da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência”**. Evento realizado no dia 06 de novembro, pelo CAOp-PIPD, na sede da Escola Superior do MPMA, que contou com palestras e oficinas. (06/11/2017)



Reunião com Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência

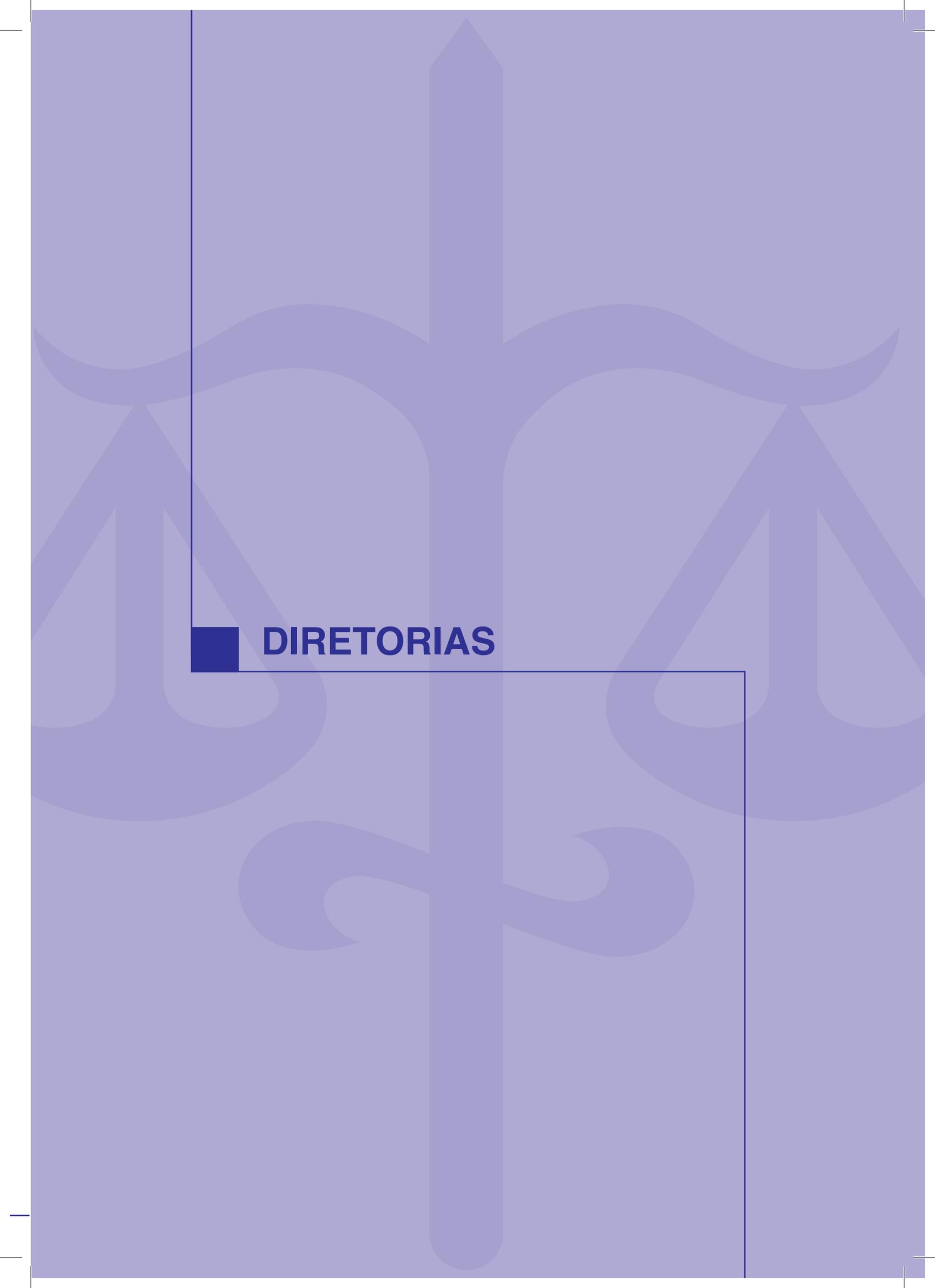
- Workshop **“Todos juntos por um Brasil mais acessível”**, realizado em parceria pelo CAOp-PIPD, CNMP/NEACE e ESMP, no dia 04 de dezembro de 2017.



Membros do MPMA e do CNMP participaram do workshop sobre acessibilidade



Figura 1 Representantes do CNMP foram certificados pela ESMP e CAOp/PIPD



DIRETORIAS



6 DIRETORIAS

6.1 Diretoria Geral (DG)

A Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, conjuntamente com as coordenadorias e assessorias que compõem a estrutura administrativa, têm atuado para oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições possíveis para o desempenho eficiente de suas atribuições, utilizando boas práticas de gestão pública, adotando um modelo gerencial de administração voltado para resultados efetivos, investindo cada vez mais em modernização dos processos, aperfeiçoando o quadro de pessoal e controle das ações empreendidas, resultando na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade.

Ao longo do ano de 2017 a Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, com o apoio das unidades que compõem a estrutura administrativa da PGJ/MA, buscou oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições para o desempenho de suas atividades, de modo a refletir na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade.

Principais ações:

- A Diretoria Geral tem atuado em conjunto com as unidades da PGJ/MA, tais como a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA), Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG), Coordenadoria de Administração (CAD) e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), visando adotar as medidas necessárias para melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão;
- No intuito de atender às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade, no ano de 2017 foram realizadas várias melhorias na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, de modo a proporcionar aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população;
- Quanto à sede definitiva das Promotorias de Justiça da Capital, localizada na Av. Professor Carlos Cunha - Jaracati, ao lado da nova PGJ, está em fase de finalização, estando a obra de reforma em estágio avançado, restando pendente apenas a refrigeração e o cabeamento lógico e estruturado, com previsão de conclusão para março de 2018. Além disso, foram inaugurados sala de gestão e videoconferência, espaço laboral, LAB – Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, estrutura da SEPLAG e adaptação da Assessoria Especial;
- Em relação à reforma do prédio da antiga sede da PGJ, na Rua Osvaldo Cruz - Centro, local que abrigará, dentre outros setores, o novo Memorial do MPMA e a sede da Escola Superior do MP, encontra-se em andamento com previsão de conclusão para maio de 2018;
- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos que refletem na modernização do Ministério Público, tais como a aquisição de computadores, notebooks (ultra books), monitores, certificados digitais, *tokens*, baterias seladas, switches, equipamentos de videoconferência, solução do *Business Intelligence* (BI), solução de backup/recovery para Datacenter e licenças *Vmware*. Foram realizadas melhorias/ajustes nos Módulos GESP Patrimônio, Recursos Humanos, Material, Médico-odontológico. Desenvolvimento do Sistema de Votação Eletrônica e Assinador Digital;
- Em 2017 foi dada continuidade ao processo de migração da velocidade de conexão com a internet em todas as comarcas do Estado, de 512 Kbps para 2 Mbps na maioria das Promotorias e de 2 Mbps para 10 Mbps em algumas cidades, de acordo com a capacidade permitida para a localidade e a infraestrutura de equipamentos, restando apenas 15 (quinze) promotorias para realizarem a migração;
- No ano em comento, foram adquiridos pela PGJ, 12 (doze) equipamentos completos de videoconferência, que foram instalados nas Promotorias de Justiça de entrância intermediária, além de outros equipamentos individuais tais como: *webcam* e *headset*, visando a utilização do Programa HANGOUT, além da utilização da plataforma do Google (GSUITE);
- Como parte do Programa de Sustentabilidade Institucional (Integrar), que busca desenvolver ações voltadas a preservação do meio ambiente, e conseqüentemente, a racionalização dos recursos públi-

cos, a PGJ no ano de 2017, adquiriu 30 (trinta) aparelhos purificadores de água com filtro, objetivando a substituição dos garrafões de água de 20L, bem como as garrafinhas (*squeezes*), visando a substituição dos copos plásticos;

- No tocante a frota de veículos oficiais do MPMA, foram adquiridos 25 (vinte e cinco) veículos da marca Toyota e 04 (quatro) S10, objetivando atender as necessidades das diversas unidades ministeriais;
- Em 2017 a Diretoria Geral expediu 120 (cento e vinte) notificações, sobretudo destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano 05 (cinco) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

Compete à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público; distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados na área jurídica; exercer o acompanhamento da produção legislativa de interesse institucional; auxiliar na elaboração de atos normativos internos; elaborar minuta de projeto de lei; secretariar o Fórum Permanente do Ministério Público, instância informal de consulta para subsídio não vinculativo do processo de decisão do Procurador-Geral de Justiça, dentre outras atribuições.

Tabela 62: Atividades Administrativas da SECINST 2017

Movimentação Processual	Quantidade
<i>Número de processos criados/movimentados</i>	1.209
<i>Número de documentos criados no Digidoc</i>	527
<i>Alimentação no site das Escalas de Plantão de Membros</i>	62
<i>E-mails recebidos</i>	5.016
<i>E-mails enviados</i>	2.700

Fonte: SECINST/PGJ, 2017

Dentre as principais atividades desempenhadas pela Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais destacamos:

a) Auxílio na celebração de parcerias Institucionais

No ano de 2017 o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Procuradoria Geral de Justiça, firmou **34 Termos de Cooperação Técnica** com várias instituições, dentre elas: Secretaria de Segurança, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Educação, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público do Estado do Piauí, Universidade Estadual do Maranhão, Conselho Estadual de Farmácia, Companhia Energética do Maranhão, Ministério Público Militar. Os referidos acordos ou foram elaborados pela equipe da SECINST ou receberam manifestação/adequação no setor.

b) Divulgação das principais ações no site setorial

A SECINST promoveu a divulgação das principais ações desenvolvidas pela unidade em página na internet de acesso aberto ao público. Ao todo, 86 notícias foram veiculadas no decorrer de 2017, contando com mais de 5.000 acessos.

c) Estágio Obrigatório

Dentre as atividades desempenhadas pela SECINST tem-se o atendimento aos estudantes interessados em realizar estágio obrigatório no Ministério Público do Estado. Trata-se de modalidade não remunerada, vinculada à grade curricular da instituição de ensino. Seu ingresso não necessita de realização de processo seletivo pelo interessado e apenas se torna viável mediante a existência de convênio com a Instituição de Ensino Superior, a apresentação de três vias do termo de compromisso e do plano de atividades (fornecidos pela IES), bem como de cópia de documento oficial com foto (RG, CNH, dentre outros).

No ano de 2017 foram firmadas **07** parcerias com Instituições de Ensino Superior. Fora viabilizada, ainda, a realização de **56 estágios curriculares**, sendo **28** no primeiro semestre e **28** no segundo. A relação dos estagiários é disponibilizada mensalmente no portal da transparência do Ministério Público maranhense.

d) Uso de Arma de Fogo

Compete à SECISNT o recebimento da documentação encaminhada pelos membros para aquisição e renovação de arma de fogo e munição de uso restrito, instauração de procedimento administrativo e posterior envio do pedido ao órgão competente. Em 2017, somente duas solicitações dessa natureza foram apresentadas e providenciadas pela Secretaria.

e) Disponibilização das decisões de conflitos de atribuição

O Ato Regulamentar nº 09/2016, de 17 de junho, dispôs sobre a publicação das decisões proferidas nos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público do Maranhão. A fim de possibilitar o acesso de todos os membros e servidores do *Parquet*, as matérias são disponibilizadas na intranet da instituição no portal setorial da SECINST.

f) Disponibilização das decisões de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação

O Ato Regulamentar nº 28/2017 dispôs sobre a publicação das decisões do Procurador-Geral de Justiça relativo aos casos de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informação, nos termos do art. 28 do CPP ou do art. 397 do CPPM. Todas as matérias são disponibilizadas na intranet da instituição no portal setorial da SECINST para acesso de todos os membros.

g) Eventos e Campanhas institucionais

Compete, ainda, à Secretaria para Assuntos Institucionais, o desenvolvimento de campanhas e eventos da instituição, os quais são direcionados aos setores competentes para execução das demandas e monitoradas por esta Secretaria até a finalização do evento.

As Coordenadorias de Comunicação e de Documentação e Biblioteca são ligadas à Secretaria para Assuntos Institucionais e todas as demandas de atribuição destes referidos setores são direcionadas à SECINST para autorização pelo diretor. Dentre as diversas solicitações destacam-se a confecção de materiais gráficos, serviços de cerimonial, cobertura jornalística, agendamento de reuniões, entre outros.

Para apresentação dos eventos e campanhas institucionais foram desenvolvidos *hot sites*, com produção da arte gráfica feita pela Coordenadoria de Comunicação e disponibilização no site institucional pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, proporcionando maior visibilidade dos eventos e facilidade nas inscrições.

• MP CONTRA A CORRUPÇÃO;



h) Gerenciamento do Portal da Transparência do MPMA

Durante o ano de 2017 houve o gerenciamento rigoroso da qualidade do Portal da Transparência do MPMA. Através do constante diálogo com os setores responsáveis por alimentar o Portal, o Ministério Público foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país. Na avaliação relativa ao 1º trimestre de 2017, o MPMA foi classificado como excelente, com índice de transparência de 98,58%, correspondendo ao grupo de unidades mais transparentes do Ministério Público brasileiro.

i) Acompanhamento da implantação de Sistemas Informatizados

Em 2017 foi iniciada a implantação do sistema DIGIDOC no Ministério Público do Estado do Maranhão sob coordenação da SECINST. O sistema tem por objetivo implantar tecnologia na instituição, eliminando processos físicos e otimizando as atividades realizadas.

Após a realização de treinamentos por várias unidades ministeriais do Estado, o DIGIDOC é atualmente de uso obrigatório nos municípios de: São Luís, Imperatriz, Açailândia, Senador La Roque, João Lisboa, Timon, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, Raposa, Rosário Morros, Icatu, Humberto de Campos e Barreirinhas, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Vargem Grande, Chapadinha, Tutóia, Araioses, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Coelho Neto, Buriti, Caxias, Anajatuba, Arari, Vitória do Meirim, Monção, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Bom Jardim, Zé Doca, Urbano Santos, Pio XII, Olho D'água das Cunhas, Vitorino Freire, Paulo Ramos, Lago da Pedra, Bacabal e São Luís Gonzaga.

A Secretaria para Assuntos Institucionais também deu início, em 2017, aos treinamentos do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nas promotorias de justiça de entrância intermediária previstas para receber a implantação do sistema, conforme cronograma elaborado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão na Portaria-Conjunta nº 6/2017.

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, Dr. Marco Antonio Santos Amorim, ministrou treinamentos do PJE nas seguintes Comarcas: Barreirinhas, Bom Jardim, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Estreito, Imperatriz, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, São Domingos do Maranhão e Tuntum. Ainda, foram ofertados três dias de curso divididos em turmas nos turnos matutino e vespertino, ocorridos na sede da Procuradoria Geral de Justiça e direcionados aos membros e servidores da entrância intermediária e aos promotores de justiça da entrância inicial, nos dias 28 de agosto, 04 de setembro e 13 de novembro. Fizeram-se presentes 71 promotores de justiça e 30 servidores.

Essas iniciativas da SECINST objetivaram capacitar a maior quantidade possível dos atuais e futuros usuários do sistema. Além dos treinamentos a Secretaria disponibiliza o serviço de *help desk* através do e-mail institucional e contato telefônico, bem como é responsável pela troca de informações com a equipe de suporte do TJ/MA.

Houve, destarte, a ampliação de implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), que atualmente encontra-se em funcionamento nas Promotorias de Justiça dos municípios de Açailândia, Amarante Do Maranhão, Araioses, Bacabal, Balsas, Barreirinhas, Bequimão, Bom Jardim, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Cândido Mendes, Cantanhede, Caroli-



Atividade de capacitação de membros e servidores no SIMP



Reunião sobre uso do PJE, na sede da PGJ-MA



Capacitação do SIMP na Promotoria de XXXX

na, Carutapera, Caxias, Cedral, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Cururupu, Estreito, Humberto De Campos, Icatu, Igarapé Grande, Imperatriz, João Lisboa, Matinha, Montes Altos, Morros, Paço Do Lumiar, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Pinheiro, Porto Franco, Raposa, Riachão, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Quitéria, Santa Rita, São Bernardo, São Domingos Do Maranhão, São João Batista, São José De Ribamar, São Luís, São Raimundo Das Mangabeiras, Senador La Roque, Timon, Tutoia, Vargem Grande, Viana, Zé Doca, Itapecuru Mirim, Anajatuba, Vitorino Freire, Olho D'água Das Cunhãs.

j) Desenvolvimento de Programas e Projetos Institucionais

O ano de 2017 foi marcado pela implantação de diversos projetos e campanhas por todo o Estado. Como destaque citamos:

• Programa Gestão por Competências

O Programa de Gestão por Competências está sob a coordenação da Secretaria para Assuntos Institucionais e vem sendo paulatinamente implementado no âmbito do MPMA, cumprindo as etapas previstas no planejamento estratégico. Em 2017 houve a realização de curso ministrado pela professora Maria Júlia Pantoja de Britto sobre as técnicas necessárias para a extração das competências comuns preliminares, via análise documental dos principais documentos estratégicos do Ministério Público do Estado do Maranhão: Plano Estratégico 2016-2021, Regimento Interno, Repensar (documento oriundo do Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça), Modelo de Gestão e Carta de Brasília.

Concluído os trabalhos foram extraídas as competências comuns preliminares de Planejamento, Orientação para resultados, Inovação e Integração, que serão submetidas a integrantes do MPMA, via grupos de foco, para serem futuramente validadas ou reformuladas.

Visando promover estudos especializados para elaboração de uma análise técnica sobre a realidade organizacional atual do MP, os macroprocessos administrativos, a atualização do regimento interno - com descrição mais detalhada das funções -, avaliação da cultura organizacional e mensuração do nível de satisfação dos integrantes do MP com a instituição, foram realizados encontros de trabalhos com a Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Federal do Maranhão, no sentido de contar com a experiência e conhecimentos dessas instituições na elaboração desses estudos em conjunto com o Ministério Público, cujos entendimentos para assinatura de Termos de Convênios estão em fase de finalização.

Dando continuidade aos trabalhos de validação das competências comuns preliminares foi realizada no período de 20 a 22 de setembro, oficinas de preparação para condução dos grupos de foco - reunião de integrantes do MP onde ocorre a apresentação das competências comuns preliminares, para posterior discussão sobre a validade ou não dessas competências – sendo realizadas oficinas com membros no dia 21 de setembro e com os coordenadores no dia seguinte.

Foram realizadas no mês de outubro oficinas de grupos de foco com os demais coordenadores, com Analistas e Técnicos da PGJ e promotorias da capital. No mês de novembro foram realizadas oficinas de foco com membros e servidores nos seguintes municípios: 06 e 07.11 em Santa Inês e Presidente Dutra; 09 e 10 em Pinheiro e Timon.



Oficinas de preparação para condução dos grupos de foco do Programa de Gestão por Competências

• Projeto de Gestão Ambiental “INTEGRAR”

O Programa de Sustentabilidade do MPMA, instituído pelo Ato Regulamentar nº 019/2016-GPGJ, e denominado como INTEGRAR, visa promover a conscientização interna por parte dos membros e servidores do MPMA e desenvolver uma eficiente política institucional de práticas sustentáveis.

No ano de 2017, dentre as principais ações desenvolvidas, cita-se: adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) junto ao Ministério do Meio Ambiente; realização da “Blitz da Sustentabilidade” pela



Adesão do MPMA à Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente



Adesão do MPMA à Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente

Comissão Socioambiental na PGJ; Campanha “Adote uma Caneca”; reativação do coral “Vozes do MP”, contratação de empresa para realização de ginástica laboral; adesão do MPMA à Ecoliga do Maranhão; instituição do prêmio “Desafio MP Sustentável”; reconhecimento do TJMA do programa de qualidade de vida do MPMA; implantação da carona solidária na PGJ; substituição dos galões de água por filtros mais econômicos; e a destacada publicação de ato normativo que visa combater o desperdício, promover o uso racional dos recursos públicos e a observância do princípio da eficiência na Administração Pública.

Todas as ações foram disponibilizadas pela SECINST através da página online do programa INTEGRAR. Ao todo, 37 notícias foram devidamente veiculadas.



Reativação do coral “Vozes do MP”



Implantação da carona solidária na PGJ



Contratação de empresa para realização de ginástica laboral



Campanha pela diminuição do uso de copos descartáveis

• **Projeto “Ler, Escrever e Pensar – conscientizar para transformar”**

A SECINST participou da elaboração de termo de cooperação com o Governo do Estado para que houvesse a premiação dos alunos e escolas vencedoras; participou, destarte, de dezenas de eventos de lançamento e premiação do projeto, muitas delas na condição de palestrante; deu todo o suporte através da Coordenadoria de Comunicação, bem como da Chefia de Cerimonial.



Diretor da SECINST, Marco Amorim





O diretor da SECINST, Marco Amorim, ministrou palestra sobre combate a corrupção

• **Projeto “Câmara Em Dia”**

Coube à Diretoria da SECINST a elaboração do ato que criou o programa, realização de palestras para Presidentes de Câmara de dezenas de municípios maranhenses, sensibilização de membros para aderirem ao projeto, criação de *hot site* e etc.



• **Lei Brasileira de Inclusão (LBI) na Escola**

Na área da acessibilidade, o MPMA, em parceria com a SEDUC e a DPE, lançou a campanha Lei Brasileira de Inclusão – LBI na escola. O objetivo do projeto é levar aos alunos da rede pública o conhecimento sobre as normas de inclusão social, causando assim o empoderamento das pessoas com deficiência. O projeto alcançou 24 escolas em 2017.



Lançamento da campanha Lei Brasileira de Inclusão – LBI na escola



A campanha visa difundir as normas de inclusão social e empoderar as pessoas com deficiência

• **Rede de Controle**

Durante o ano de 2017 diversas ações em parceria com a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Maranhão foram desenvolvidas, dentre elas as audiências de controle social pelo Estado, a campanha Interinstitucional “O Dinheiro do Fundef é da Educação”, a campanha “A Cidade não pode parar”, bem como a *Corrida de Combate à Corrupção*, dentre outras. O Diretor da SECINST, Marco Amorim, integra a comissão executiva da Rede, juntamente com os representantes do TCU e da CGU.



Várias audiências públicas sobre controle social foram realizadas pela Rede em todo o Estado



Premiação dos participantes da Corrida de Combate à Corrupção

- **Audiências Públicas da Rede de Controle da Gestão Pública** – No 1º semestre/2017 foram realizadas audiências públicas da Rede de Gestão nos municípios de Rosário (17/03), Barra do Corda (20/04), Tutoia (19/05) e Santa Luzia do Paruá (09/06), já no 2º semestre foram realizadas nos municípios de Vargem Grande (12/08), Chapadinha (25/08), São João Batista (01/09), Açailândia (29/09), Balsas (06/10) e Pedreiras (10/11). *Atividades: Mobilização dos membros, elaboração e envio de e-mails, ofícios e memorandos a membros e instituições envolvidas, confecção de folders, disponibilização de serviços de cerimonial e cobertura jornalística, participação do Diretor da SECINST como palestrante.*



Premiação dos participantes da Corrida de Combate à Corrupção

- **Encontro Regional de Gestão (EREG)** - Realizado em Balsas (20 e 21/03), Imperatriz (23 e 24/03), Morros (25 e 26/04), Santa Inês (27 e 28/04), Timon (22 e 23/05) e Pinheiro (06 e 07/06). *Atividades: A Secinst organizou e determinou as atividades para cada setor, com a abertura de processos e encaminhamento de memorandos aos setores envolvidos, além da elaboração de e-mails e ofícios a órgãos externos. O Diretor ainda participou na condição de palestrante em todos os Encontros Regionais.*



Durante os EREGs, o diretor da SECINST, Marco Amorim, falou sobre o combate a corrupção

- **Encontro Estadual de Gestão Estratégica – Diálogos para Autocomposição** - O evento oportunizou o diálogo entre os promotores de justiça e gestores do Governo do Estado para a solução de demandas sociais. *Atividades: Além da organização do espaço físico, disponibilização de equipamentos/informática, a SECINST organizou e determinou as atividades para cada setor, com a abertura de processos e encaminhamento de memorandos aos setores envolvidos, além da elaboração de e-mails e ofícios a órgãos externos.*



O evento oportunizou o diálogo e a pactuação de TACs entre o MPMA e o Executivo Estadual

- **7º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão – tema “O Ministério Público e o cidadão no combate à corrupção”**– Evento realizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP. *Atividades: Atuação conjunta com a ESMP para escolha dos palestrantes e contato com os mesmos, além da organização de cerimonial, vídeo convidando para o evento, contato e sensibilização de membros e servidores, ajuste de agenda com o Judi-*

ciário, deflagração de processo para a expedição de portaria de afastamento e envio a todos os membros do MPMA.



O 7º Congresso do MPMA contou com ampla participação de membros e servidores, além de estudantes e demais representantes da sociedade civil organizada.

Além desses, todos os eventos destacados na tabela abaixo tiveram participação da Secretaria para Assuntos Institucionais, em muitos deles com palestras ministradas pelo Diretor da Secretaria, Marco Antonio Santos Amorim.

Quadro 9 - Lista dos Projetos acompanhados pela SECINST em 2017

Projetos e Campanhas com a participação da SECINST	
1.	Lançamento da Campanha “ <i>Quem escolhe seu Caminho? Você ou as Drogas?</i> ”
2.	Audiências de instalação e encerramento da Promotoria Itinerante
3.	Campanha Institucional 18 de Maio
4.	II Encontro da Magistratura e Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente do Maranhão
5.	Lançamento da Campanha Ler, Escrever e Pensar
6.	Capacitação/Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
7.	Seminário sobre Violência e Ocupação nas Escolas (CAOp/Educação)
8.	Reuniões GAEPROAD e NAEPACs
9.	Seminário de Educação (CAOp/Educação) - Projeto João Cidadão
10.	Lançamento Projeto “Parceiros da Paz” e Campanha Maranhão na Prevenção das Drogas
11.	Seminário LGBT – Projeto “Viva a Vida não Julgue”
12.	Projeto Memorial – Visita das Escolas
13.	Projeto “Combate à Corrupção: Capacitando o Cidadão” - Itapecuru-Mirim
14.	I Oficina de Direito do Consumidor do MPMA
15.	Curso de Segurança Institucional e Inteligência - CAEI
16.	Campanha Maria da Penha em Ação
17.	Campanha Conversando com Elas
18.	I Workshop sobre Monitoração Eletrônica no Maranhão
19.	XI Diálogos Críticos – Direitos Humanos
20.	Audiência Pública CAOp/Educação
21.	Seminário sobre Gás e Petróleo – CAOp/Consumidor
22.	Congresso “Caminhos para a Justiça Adaptada para Criança e Adolescente no Brasil – 27 Anos do ECA (CAOp/Infância e Juventude)”
23.	Seminário Lei Brasileira de Inclusão – LBI
24.	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
25.	Eleição Conselho Superior
26.	Congresso Nacional de Prostitutas
27.	Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres
28.	Capacitação Mediadores Comunitários
29.	1ª Corrida Imperatriz
30.	Seminário Novembro Afro – Projeto “Conhecendo a História Afro-Brasileira”
31.	Seminário “Todos pela Vida no Trânsito – A Preferência é da Vida” - Municipalização do Trânsito
32.	Workshop “ Todos juntos por um Brasil mais acessível”
33.	Projetos do CAOp/Consumidor
34.	Programa Institucional “De Olho na Constituição”.

Fonte: SECINST/PGJ, 2017.

6.3 Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)

Ao Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira, por sua vez, cabe acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, destinação e alienação dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à execução de obras e serviços realizados pela Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades inerentes à aquisição, utilização, manutenção, consumo, controle e

guarda dos veículos de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão de recursos humanos da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados da execução das atividades relacionadas à documentação, como ainda da aquisição, controle, guarda e atualização do acervo bibliográfico da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento da Procuradoria Geral de Justiça; bem como exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

6.4 Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) no ano de 2017 atuou prioritariamente na implementação do Plano Estratégico 2016-2021 e desenvolvimento do Plano Geral de Atuação (PGA) 2017/2018, assessorando os órgãos da instituição na execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria.

Algumas atividades tiveram ampla divulgação e destaque, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão estratégica, conforme segue:

a) EREG's – Encontro Regional da Estratégia



Abertura do Encontro Regional de Gestão Estratégica em Balsas



O EREG da Região Tocantina foi realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz

Nesses encontros uma grande equipe composta pelo PGJ e membros da Administração Superior, coordenadores de CAOP's, Corregedoria, Ouvidoria, GAECO, representante do Colégio de Procuradores, diretoria da AMPEM e equipes de apoio como Comunicação, Serviços Gerais, dentre outros, se deslocou até os polos Balsas, Imperatriz, Morros, Santa Inês, Pinheiro e Timon apresentando os projetos do PGA 2017/2018 para os promotores, prefeitos e representantes da sociedade civil o que contribuiu positivamente para a imagem do Ministério Público junto à comunidade e aproximação de membros e servidores daquelas regiões.

b) Realização da 1ª RAE – Reunião de Análise da Estratégia

Em setembro foi realizada a 1ª Reunião de Análise da Estratégia, oportunidade em que os CAOP's apresentaram para o Procurador Geral de Justiça e demais membros da Administração Superior, os primeiros resultados de seus projetos, as dificuldades encontradas para sua implementação e adesão, além de apontarem algumas oportunidades de melhoria.



1ª RAE-Reunião de Análise da Estratégia

c) Desenvolvimento do SIC – Sistema Integrado de Custos

No ano de 2017 foi iniciada a implementação do SIC – Sistema Integrado de Custos, por meio da ferramenta BI, projeto que tem como objetivo a racionalização e uso mais eficiente dos recursos públicos, contribuindo para o gerenciamento e tomada de decisão.



Capacitação na ferramenta BI

d) Desdobramento do Plano Estratégico 2016-2021

Elaboração dos Planos Tático-operacionais das áreas: **GAECO** – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, **CAEI e SSI** - Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência e Secretaria de Segurança Institucional, **COF** – Coordenadoria de Orçamentos e Finanças, **COEA** – Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, **ESMP** – Escola Superior do Ministério Público, **Corregedoria, CAOP/Consumidor**.



Elaboração do Plano Tático-operacional da Corregedoria

e) Participação em reuniões promovidas pelo CNMP:

Reunião do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), como integrante do Grupo de Trabalho de Planejamento do Comitê de Gestão de Política Administrativa (CPGA) realizadas em Brasília/DF, no mês de fevereiro de 2017;

Participação no Workshop de Indicadores Estratégicos em Cuiabá-MT

f) Capacitação da Equipe SEPLAG nos cursos promovidos pela Instituição com consultores internos:

- Administração Financeira e Orçamentária
- SIMP

g) Capacitação da Equipe SEPLAG nos cursos promovidos pela Instituição com consultores externos:

- Grupos de foco e Análise documental do Programa Gestão por Competências com a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Capacitação no sistema de monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico – STRATEC, ministrada pelo consultor Almir Mendes



Capacitação da equipe da SEPLAG na ferramenta de monitoramento da estratégica - STRATEC

l) Capacitação da Equipe SEPLAG em cursos externos:

- Portal da Transparência do Estado
- Sistema de Orçamento do Estado
- Gestão por competências ministrado pela consultora Maria Odete Rabaglio
- Agenda A3P Ambiental

i) Elaboração de Relatórios e Boletim Interno:

- Relatório Anual de Atividades MPMA/2016, Relatório de um ano de gestão do PGJ, Boletim Informativo da Secretaria de Planejamento e Gestão

j) Apresentação da Secretaria de Planejamento e Gestão para os novos promotores: Composição da Equipe, principais atividades, Plano Estratégico 2016-2021, PGA 2017/2018, Projetos, etc.

k) Participação em diversas Comissões e reuniões no âmbito do MP

- Comissão do Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Gestão por Competências
- Implantação do SIC – Sistema Integrado de Custos
- Orçamento 2018
- Planejamento da SEPLAG para 2018

l) Participação na entrega do Prêmio CNMP “O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal” em Brasília – 1º Lugar na categoria



Entrega do Prêmio CNMP – Brasília

m) Intercâmbio com órgãos externos e com outros MPs:

- Visita do Coordenador dos CAOP's do **MP do Rio Grande do Norte** às instalações dos CAOP's na antiga sede da PGJ
- **SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento** para migração de dados a serem utilizados na implementação do Sistema Integrado de Custos – SIC no âmbito do MPMA



Reunião com a equipe da SEPLAN para troca de informações do Portal da Transparência

- Capacitação dos integrantes da SEPLAG em Mapeamento de Processos, intercâmbio com a servidora do **MP de Rondônia**



Reunião com a equipe da SEPLAN para troca de informações do Portal da Transparência



Capacitação da equipe em Mapeamento de Processos

- n) **Visita ao Almoxarifado Central do MPMA para conhecer as instalações, equipe e processos.**
- o) **Palestra do Diretor da SEPLAG aos estudantes de escolas públicas no Memorial do MP**



Palestra do Diretor da SEPLAG no Memorial do MP para estudantes de escolas públicas

p) Participação em diversos eventos da Instituição:

- Evento de Adesão do MP à Ecoliga Sustentabilidade
- Apresentação do Projeto Integrar à toda Instituição
- Seminário “Todos pela vida no trânsito” – A preferência é da vida”

q) I Encontro Estadual de Gestão - Auto composição, com a presença dos secretários de Estado



I Encontro Estadual de Gestão

r) Participação no Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, realizado no mês de dezembro/17, em São Luís

s) Participação no Lançamento do Projeto MP Cultural

t) Participação no Encerramento da Campanha Maranhão contra as drogas

u) Participação no Lançamento do Projeto “ De Olho na Constituição”

v) Inauguração da Sala de Gestão

- Sala ambientada com monitores para acompanhamento da gestão estratégica e vídeo conferência.



Inauguração Sala de Gestão

x) Inauguração do LAB – LD – Laboratório de Tecnologia contra lavagem de dinheiro

y) Apresentação do Projeto de capacitação em EAD da ESMP – Escola Superior do Ministério Público



Apresentação do Projeto EAD

z) Inauguração do Espaço Laboral

6.4.1 Planejamento Estratégico 2016-2021

O Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão elaborado para o período 2016-2021, visando um horizonte temporal até 2030, foi pensado como uma importante ferramenta de gestão para dar suporte à Administração Superior na tomada de decisões. Vale registrar que durante a fase de elaboração do plano estratégico houve o envolvimento da grande maioria dos setores da Instituição e, atualmente, membros e servidores vêm participando ativamente das ações de desdobramento e monitoramento.

Nesse sentido, destacamos as principais atividades relacionadas à execução dos objetivos, indicadores e metas estratégicos, que se desdobram em planos táticos-operacionais das áreas meio e finalística do MPMA, quais sejam:

a) Plano Geral de Atuação do MPMA 2017/2018

- O Plano Geral de Atuação (PGA), utilizado no âmbito do Ministério Público do Maranhão, pode ser entendido como um planejamento de curto prazo que se traduz nas prioridades extraídas dos demais instrumentos de planejamento de longo e médio prazos, estabelece os resultados a serem alcançados por meios da execução de programas, projetos, iniciativas, indicadores e metas prioritizados para 2017/2018, assim identificados a partir do Plano Estratégico Institucional (PEI), definido para o período de 2016-2021.
- No nível de execução, foram definidos mais de 100 projetos a serem implementados até o ano de 2021. Desses, 40 são referentes à atuação finalística, levantados pelos membros Coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais (CAOps) e respectivos servidores.
- Em oficina realizada com a presença da Alta Administração e da Câmara de Coordenadores de CAOps resultou Portfólio de **19 Projetos** classificados como prioritários para execução no âmbito do PGA 2017-2018. Cada Projeto consta de um Plano de Ação com descrição de objetivo geral, patrocinador, parcerias, público-alvo resultados esperados, riscos, fatores críticos, indicadores e metas, ações a serem executadas, responsáveis e datas de início e fim.

b) Combate à corrupção

- O combate à corrupção foi o tema prioritário em 2017 e esteve presente no *Plano Geral de Atuação (PGA) 2017/2018*. O esforço empreendido pelos membros e servidores no desdobramento do tema, levou a Instituição a ganhar o **1º Lugar** na categoria combate à Corrupção, no **Prêmio CNMP**, com o projeto “**O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal**”.

c) Encontros Regionais de Gestão Estratégica (EREGs)

- De março a junho, foram realizados os *Encontros Regionais de Gestão Estratégica (EREGs)*, nos polos Balsas, Imperatriz, Morros, Santa Inês, Pinheiro e Timon. Durante os encontros, a Administração Superior e os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (CAOps) apresentaram aos promotores, gestores municipais e representantes da sociedade civil local, os projetos prioritários do Plano Estratégico, inscritos no PGA 2017/2018. Na oportunidade aconteceu a adesão aos projetos institucionais pelas promotorias de justiça.

- Também em 2017, no mês de novembro foi realizado em São Luís o **I Encontro Estadual de Gestão - Autocomposição**, com a presença dos secretários de Estado.

d) 1ª RAE - Reunião de Análise da Estratégia

- Foi realizada em setembro, na sala do Colégio de Procuradores, e na oportunidade os CAOPs apresentaram ao Procurador Geral de Justiça e demais membros da Administração Superior, os primeiros resultados com a implantação dos projetos priorizados no PGA 2017/2018, bem como as dificuldades encontradas e oportunidades de melhoria.

e) Desdobramento do Plano Estratégico 2016-2021

- Como o Planejamento Estratégico não é estático e requer um trabalho coletivo, várias áreas que ainda não tinham participado, puderam elaborar seus projetos a fim de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição: **GAECO** – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, **CAEI e SSI** - Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência e Secretaria de Segurança Institucional, **COF** – Coordenadoria de Orçamentos e Finanças, **COEA** – Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, **ESMP** – Escola Superior do Ministério Público, **Corregedoria e CAOP/Consumidor**. A SEPLAG, junto com o Instituto SAGRES, esteve presente na condução e orientação do trabalho, que resultou em mais sete Planos Táticos-operacionais prontos para execução.
- As áreas administrativas que iniciaram a execução do Plano Tático-operacional, como a Coordenadoria de Administração, contaram com a SEPLAG para escrever sua Missão, conhecer seus processos e visitar o Almoxarifado Central com o intuito de propor melhorias.

f) Plano de Comunicação da Estratégia

- Para dar cumprimento ao Plano de Comunicação da Estratégia foi lançado a mascote do Planejamento Estratégico, que recebeu o nome de **Estrategito**, utilizado nas peças de divulgação como: o Informativo eletrônico “**PLANEJAMENTO EM DIA**”, publicado periodicamente com as principais atividades e ações da **SEPLAG** - Secretaria de Planejamento e Gestão; nas **agendas** de 2017 e 2018, distribuídas pela Adm. Superior do MPMA aos membros e servidores; **mouse pads** e nas comunicações do sistema de **mídia in door**, na sede da PGJ.

g) Desenvolvimento do SIC – Sistema Integrado de Custos

- Em 2017 também foi dado um grande passo para a modernização da gestão administrativa no MPMA, com o desenvolvimento e implementação do Projeto **SIC – Sistema Integrado de Custos**, por meio da ferramenta, recém adquirida, **BI – Business Inteligent**. A partir de sua implantação, os gestores da Instituição poderão monitorar seus custos, permitindo a racionalização e uso mais eficiente dos recursos públicos, e contribuindo para o gerenciamento e tomada de decisão.

h) Inauguração da Sala de Gestão

- Para facilitar o acompanhamento e aproximar os gestores das promotorias de Justiça, lotados em diversos municípios do estado, foi inaugurada a **Sala de Gestão**, ambientada com monitores para acompanhamento da gestão estratégica e aparelhada para videoconferência.

Estatísticas do Planejamento Estratégico MPMA 2016/2017

Tabela 63 - Cumprimento dos Objetivos Estratégicos até dez/2017

<i>Situação dos Objetivos Estratégicos</i>	
<i>Total de Objetivos Estratégicos</i>	28
<i>Concluídos</i>	7
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	16
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	3
<i>Cancelados</i>	0

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2017.

Tabela 64 - Metas Estratégicas

Objetivos com metas e indicadores definidos	28
<i>Metas Estratégicas definidos</i>	71
<i>Alcançadas</i>	22
<i>Em andamento com cronograma no prazo</i>	31
<i>Em andamento com cronograma em atraso</i>	2
<i>Não iniciadas com cronograma no prazo</i>	1
<i>Não iniciadas com cronograma em atraso</i>	4
<i>Cancelados</i>	0

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2017.

Tabela 65 - Projetos priorizados para desdobrar o Plano Estratégico – PGA 2017/2018

Descrição	Total
<i>Nº de Projetos PGA</i>	19
<i>Concluídos – cronograma 2017</i>	7
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	12

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2017

Tabela 66 - Projetos criados para desdobrar o Plano Estratégico

Descrição	Total
<i>Nº de Projetos criados*</i>	126
<i>Concluídos</i>	28
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	20
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	4
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	60
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	11
<i>Cancelados</i>	3

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2017.

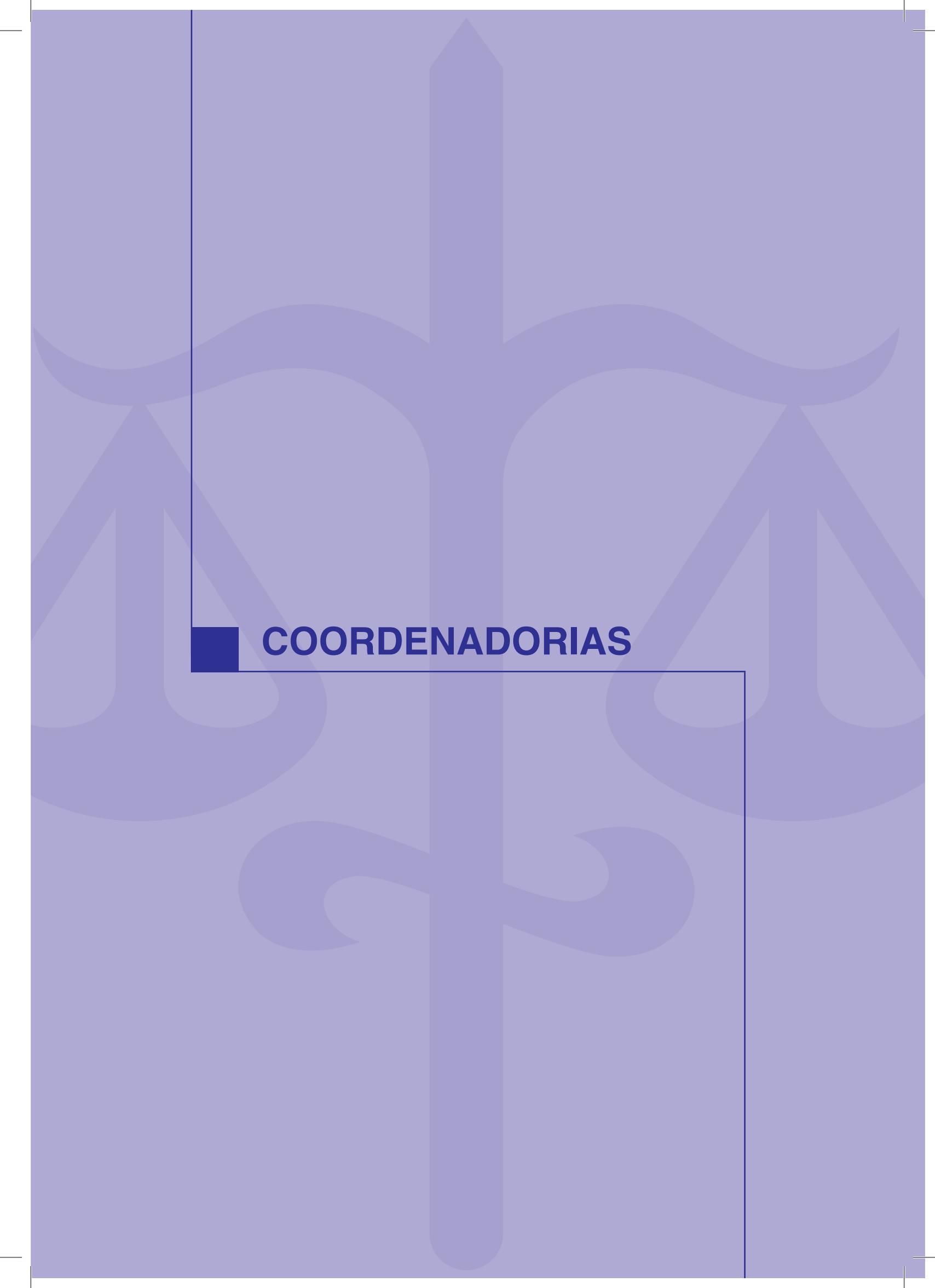
* **104** (criados na elaboração do Plano) + **21** (inseridos posteriormente pela CMTI) + **01** (inserido posteriormente: Ler, Escrever, Pensar).

Quadro 10 - Projetos priorizados pela Adm. Superior no PGA 2017-2018

Projetos Prioritários		
CAOp/Consumidor	1	Projeto Municipalização da Defesa do Consumidor
	2	Projeto Nota Fiscal Integral
CAOp/Crim	3	Projeto Ordenamento Urbano
CAOp/DH	4	Projeto Conhecendo a História
	5	Projeto Viva a Vida, não Julgue
CAOp/Educação	6	Projeto Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses
	7	Projeto Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça
	8	Projeto O Dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses
CAOp/IJ	9	Projeto Ler, Escrever e Pensar: conscientizar para transformar
	10	Projeto Execução de Medidas Socioeducativas
	11	Projeto Família Acolhedora
CAOp/PIPD	12	Projeto Adequação de Currículos
	13	Projeto Efetivando Conselhos
CAOp/PROAD	14	Portal da transparência
	15	Projeto Administração Pública Legal
CAOp/Saúde	16	Projeto “Mediação Sanitária e Ministério Público
	17	Projeto Direito à Saúde e Ministério Público
CAOUMA	18	Projeto Valorização de Resíduos
	19	Projeto Capacitação em Resíduos Sólidos
SECINST	20	Projeto Quem escolhe o seu caminho: Você ou as drogas?

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2017.





COORDENADORIAS



7 COORDENADORIAS

7.1 Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração da Procuradoria Geral de Justiça, conforme determinado nos arts. 69 e ss. do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, tem por incumbências regimentais as atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

Com o advento da Lei Estadual nº. 9.688/2012 e artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é composta por três Seções: *Seção de Patrimônio*, encarregada do controle dos bens de natureza permanente; *Seção de Material*, incumbida de gerir os materiais de consumo, e *Seção de Compras*, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

Com o desdobramento do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão no decorrer do ano de 2017, a Coordenadoria de Administração em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão, possibilitou a delimitação da Missão da CAD – “*Promover a aquisição, guarda e movimentação de materiais, gerindo de forma eficiente e sustentável os bens da Instituição*”, para que possa contribuir com a visão estabelecida para o MP.

a) Melhorias implementadas em 2017:

Atendendo determinação da Diretoria Geral da PGJ e solicitações oriundas das diversas Unidades Ministeriais, a Coordenadoria de Administração providenciou a aquisição de móveis e equipamentos tais como: mesas, armários, condicionadores de ar, cadeiras operacionais, cafeteiras, centrais telefônicas, máquinas fotográficas, televisores dentre outros.

Deu-se continuidade, em 2017, na política institucional de desfazimento de bens inservíveis, em parceria com a Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, Promotores de Justiça no exercício da função de Diretor de Promotorias atuantes nas Unidades de Execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2012-GPGJ, que trouxe inúmeros benefícios para o Ministério Público e entidades de interesse sociais situadas em todo o Estado. Nesse sentido ressaltamos que:

- Foram autuados cerca de **11 procedimentos administrativos** para viabilizar o desfazimento de bens inservíveis para o funcionamento do Ministério Público do Maranhão, que culminaram na doação e inutilização de **767 itens**, contemplando, até o presente momento, *8 instituições filantrópicas e 3 públicas*. Essa rotina de desfazimento envolve esforços das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais existentes na capital e interior do Estado, cujo trabalho tem possibilitado a doação de inúmeros bens sem utilização, evitando também o envio de bens à São Luís para subseqüentes doações.
- Realização de inventários semestrais de materiais de consumo, conforme estabelece o *art. 58 da Ordem de Serviço nº 012/2005 e art. 58, VII, do Ato Regulamentar nº 03/2014-GPGJ*.
- Utilização do sistema GESP-Patrimônio para controle dos bens móveis que envolve desde o cadastro do pedido, atendimento dos materiais, assinatura do termo de responsabilidade via certificado digital, realização do pré-inventário, movimentações dos bens, dentre outras melhorias e a de maior relevância foi a aplicação da depreciação aos bens móveis, atualizando para valores atuais os bens do Ministério Público do Maranhão, cumprindo assim as exigências das Novas Normas de Procedimentos Contábeis Patrimoniais Aplicadas ao Setor Público.

Essa otimização também proporcionou um melhor dimensionamento dos atendimentos de materiais permanentes realizados no decorrer do ano, pois com os relatórios disponíveis identificamos que durante todo o ano de 2017, foram **1.424** registros atendidos, gerando **2.370** itens fornecidos, envolvendo toda uma logística até a entrega efetiva do bem.

- Início do cadastro dos imóveis próprios averbados do MP, no mencionado sistema para possibilitar um controle mais otimizado destes bens, dessa maneira poderemos ter de fácil acesso os dados gerais dos imóveis como: endereço, metragens, cópia dos documentos (habite-se, certidões, Escritura, etc.).

- Em relação ao controle dos imóveis do Ministério Público do Maranhão, existem **46 imóveis próprios** (sede/casa), **26 imóveis** (terrenos) e **17 imóveis com cessão de uso**, na Procuradoria-Geral de Justiça, dos quais:
- Dos 46 imóveis próprios (sede/casa):

Tabela 67: Situação dos imóveis do MPMA

Nº Imóveis	Situação
12 sedes/casas	Encontram-se averbados
34 sedes/casas	Encontram-se pendentes de averbação

Fonte: CAD/PGJ, 2017

b) Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou através da Coordenadoria de Administração **2.715 itens** e foram empregados, durante o exercício financeiro de 2017, recursos orçamentários da ordem de **R\$ 8.132.545,80** para a aquisição de materiais permanentes.

Tabela 68 - Itens de material permanente adquiridos em 2017

Trimestre	Informática	Equipamentos eletroeletrônicos	Mobiliário	Veículos	Diversos
1º	1.435.374,00	7.632,00	50.250,00	0,00	0,00
2º	0,00	0,00	210.888,90	0,00	0,00
3º	1.255.000,00	64.738,98	102.376,00	0,00	0,00
4º	2.946.065,00	1.020.694,00	366.315,00	645.000,00	28.211,92
Sub-Total	5.636.439,00	1.093.065,00	729.829,90	645.000,00	28.211,92
Total Geral					8.132.546,00

Fonte: CAD/PGJ, 2017.

c) Aquisição de Material de Consumo

Em 2017 foram atendidas de 2.417 requisições de materiais de consumo e delas foram fornecidas 357.974 unidades dos itens requisitados no Sistema GESP – Materiais, levando em conta o Almoxarifado Central – Monte Castelo e o Almoxarifado da PGJ. Mesmo com todo esse volume de movimentação de materiais os almoxarifados encerraram o ano de 2017 sem apresentar nenhuma diferença no controle dos itens que se encontram em estoque, conforme inspeção realizada pela Comissão de Inventário e pela Auditoria Interna da PGJ.

Tabela 69 - Itens de material permanente adquiridos em 2017

Trimestre	Alimentos e bebidas	Expediente	Material de limpeza	Impressão gráfica	Toner	Camisa	Outros materiais de consumo
1º	7.065,97	10.902,50	0,00	136.095,90	139.200,00	0,00	62.772,90
2º	47.166,48	149.349,00	113.687,53	15.095,00	102.408,00	0,00	0,00
3º	25.531,68	145.848,58	8.896,00	89.868,58	17.625,00	30.080,00	56.933,66
4º	77.082,08	40.266,40	86.273,14	82.696,72	51.137,00	3.500,00	75.821,60
Sub-Total	156.846,21	346.366,48	208.856,67	323.756,20	310.370,00	33.580,00	195.528,16
Total							1.575.303,72

Fonte: CAD/PGJ, 2017.

d) Melhorias implantadas no sistema Gesp

O aperfeiçoamento dos controles se deve ao avanço nas melhorias implantadas no sistema Gesp/Materiais e aos procedimentos de controle adotados nos almoxarifados. As melhorias no sistema também proporcionaram relatórios gerenciais que auxiliaram a gestão dos materiais e orientaram a tomada de decisão da Administração Superior no sentido de minimizar os custos relativos ao fornecimento de materiais de consumo. Nesse sentido, destacam-se:

- Edição do Ato nº 554/2017 - GPGJ que estabeleceu pacote de medidas e ações com intuito de promover a gestão eficiente dos recursos ambientais e econômicos no âmbito do Ministério Público do Mara-

nhão e implantou procedimentos como a redução do consumo de toner e papel A4, itens de maior impacto financeiro entre os materiais de consumo em estoque. Foi extinto o uso de água mineral natural em copo de 200 ml e restrito o uso de copos descartáveis aos visitantes e em situações específicas.

- Redução gradual da quantidade de itens disponíveis para pedidos, de mais de 150 em média, para apenas 34 itens, esses essenciais ao funcionamento de uma unidade requisitante, que também contribuirá de forma incisiva para racionalização dos gastos com materiais de consumo.

7.2 Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2017, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 468.049.317,02.

Do total aprovado, 67,46% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 23,75% a *Outras Despesas Correntes*, e 8,78% com *Investimento*. No exercício de 2017, foram executados 98,87% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo 99,98 com Pessoal e Encargos Sociais; 99,95% com Outras Despesas Correntes, e 87,40% com Investimento, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 70 – Detalhamento da Despesa – 2017

Detalhamento da Despesa – 2017	
Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 468.049.317,02
PROGRAMA: 0337 – GESTÃO DE AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA <i>Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.</i>	R\$ 430.764.086,49
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça <i>Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa</i>	R\$ 405.006.354,39
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público <i>Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense</i>	R\$ 8.292.397,81
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público <i>Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público</i>	R\$ 16.230.720,89
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça <i>Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.</i>	R\$ 1.234.613,40
PROGRAMA: 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO <i>Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação</i>	R\$ 37.285.230,53
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual <i>Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores</i>	R\$ 29.805.878,70
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência <i>Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores</i>	R\$ 7.479.351,83

Fonte: COF/PGJ, 2017.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,87%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 71 – Execução Orçamentária

Execução do Orçamento por Programa			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	473.397.826,44	468.049.317,02	98,87
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	436.062.717,44	430.764.086,49	98,78%
0411 – Apoio Administrativo	37.335.109,00	37.285.230,53	99,87

Fonte: COF/PGJ, 2017.

Tabela 72 – Execução Orçamentária

Execução do Orçamento por Projeto / Atividade			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	473.397.826,44	468.049.317,02	98,87
PROGRAMA: 0337 – GESTÃO DA CIDADANIA <i>Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.</i>	436.062.717,44	430.764.086,49	98,78
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania <i>Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça</i>	405.053.289,93	405.006.354,39	99,99
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público <i>Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.</i>	8.450.000,00	8.292.397,81	98,13
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público <i>Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público</i>	21.309.427,51	16.230.720,89	76,17
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça <i>Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.</i>	1.250.000,00	1.234.613,40	98,77
PROGRAMA: 0411 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO <i>Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação</i>	37.335.109,00	37.285.230,53	99,87
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual <i>Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores</i>	29.855.449,00	29.805.878,70	99,83
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência <i>Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores</i>	7.479.660,00	7.479.351,83	100,00

Fonte: COF/PGJ, 2017.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 73 – Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Execução do Orçamento por Grupo de Despesa					
Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	473.397.826,44	468.049.317,02	441.833.693,76	98,87	93,33
1 - Pessoal e Encargos	319.375.617,00	319.325.335,60	319.325.335,60	99,98	99,98
3 - Outras Despesas Correntes	112.453.274,93	112.392.717,77	108.104.738,88	99,95	96,13
4 - Investimentos	41.568.934,51	36.331.263,65	14.403.619,28	87,40	34,65

Fonte: COF/PGJ, 2017.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 74 – Detalhamento por Elemento de Despesas

Execução do Orçamento por Elemento de Despesa		
Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO		
07 - Contribuição ao FEPA e ao FUNBEN	27.582.437,81	27.582.437,81
08 – Auxílio Moradia	17.448.622,40	17.448.622,40
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	269.148.967,91	269.148.967,91
13 - Obrigações Patronais	9.702.792,72	9.702.792,72
14 - Diárias - pessoal civil	1.731.520,19	1.731.520,19
16- Ajuda de Custo	11.450,00	11.450,00
30 - Material de Consumo	1.863.518,65	1.511.223,04
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	633.079,24	633.079,24
36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	4.125.593,12	4.120.484,97
37 - Locação de mão-de-obra	8.058.968,34	8.058.968,34
39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	29.747.536,77	25.879.521,64
46 - Auxílio Alimentação	28.436.225,97	28.436.225,97
49 – Auxílio Transporte	81.850,42	81.850,42
51 - Obras e Instalações	22.832.282,53	7.818.715,98
52 - Equipamentos e Material Permanente	13.498.981,12	6.584.903,30
91 - Sentença Judicial	329.134,97	329.134,97
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	20.481.510,69	20.418.950,69
93 - Indenizações e Restituições	11.497.588,64	11.497.588,64
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	837.255,53	837.255,53

Fonte: COF/PGJ, 2017.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2017.

Tabela 75 – Indicadores decorrentes da execução orçamentária 2017

Indicadores decorrentes da execução orçamentária 2017	
Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,87
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,98
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	67,71
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,95
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	23,83
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	87,40
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	7,67

Fonte: COF/PGJ, 2017.

Através de sua *home page* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

**RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DA PGJ-MA 2017
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO/2017**

Quadro 11 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas PGJ-MA

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tarcito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	235.096.943-68	Decreto publicado no DOE-MA de nº 098 de 30/05/2016, no cargo de Procurador Geral de Justiça	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Ato de Nomeação Nº 204, de 15/06/2016, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437.756.163-49	Ato de Nomeação Nº 206 de 15/06/2016, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA	-

Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Ato de Nomeação N° 049, de 02/02/2015, no cargo de Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	-
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Ato de Nomeação N° 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças	-
Letícia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 – Maiobão – Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Chefe de Seção de Controle Contábil	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013.917.623-39	Portaria n° 070/2017 – GPJ, de 05/01/17	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2017.

**RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FEMPE 2017
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO/2017**

Quadro 12 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas FEMPE

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tár cito de Almeida Andrade – Ponta D’Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	235.096.943-68	Decreto publicado no DOE-MA de nº 098 de 30/05/2016, no cargo de Procurador Geral de Justiça	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Ato de Nomeação Nº 204, de 15/06/2016, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437.756.163-49	Ato de Nomeação Nº 206 de 15/06/2016, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA	-

Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Ato de Nomeação Nº 049, de 02/02/2015, no cargo de Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	-
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças	-
Leticia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 – Maiobão – Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Chefe de Seção de Controle Contábil	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013.917.623-39	Portaria nº 070/2017 – GPGJ, de 05/01/17	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2017.

7.3 Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 76 – Evolução da Folha de Pagamento

ANO	MÊS	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2017	1	Comissionado	475	-
2017	1	Efetivo	587	-
2017	1	Membro	336	-
2017	1	Requisitado	328	-
TOTAL			1726	-
2017	12	Comissionado	507	6,74%
2017	12	Efetivo	629	7,16%
2017	12	Membro	345	2,68%
2017	12	Requisitado	334	1,83%
TOTAL			1815	5,16%
CRESCIMENTO ANUAL:			89	5,16%

Fonte: CFP/PGJ, 2017.

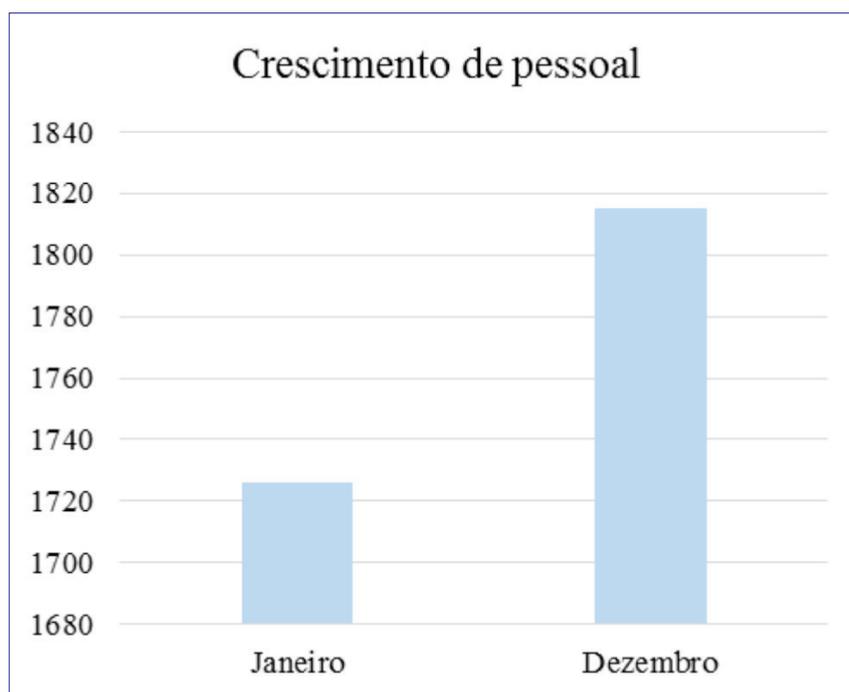
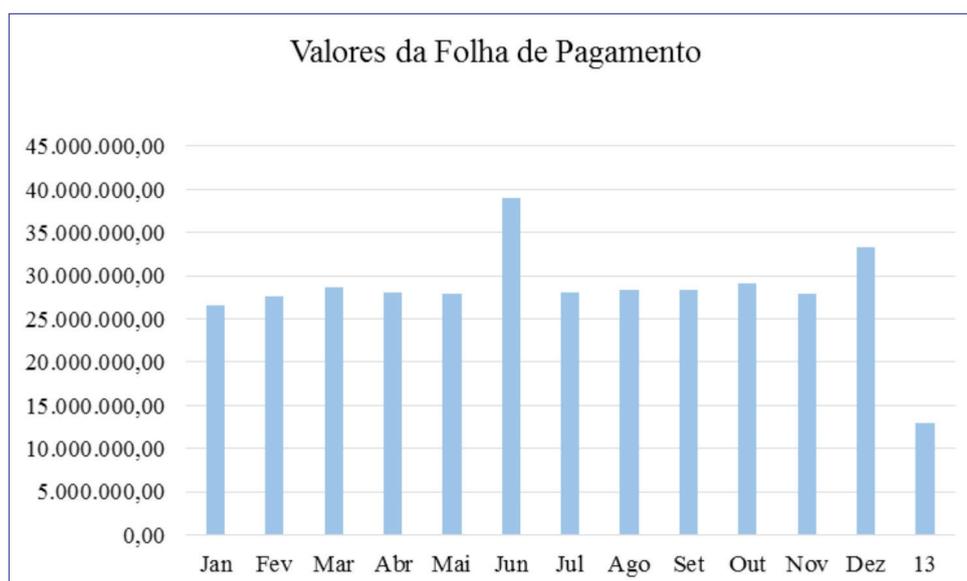


Gráfico 10 – Crescimento de pessoal

Fonte: CFP/PGJ, 2017.

Conclui-se que houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2017 na ordem de 5,16%, aumentando o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc., só relativo à folha principal.

Gráfico 11 - Valores da Folha de Pagamento



Fonte: CFP/PGJ, 2017.

Tabela 77 - Evolução da Remuneração

Categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
<i>Comissionado</i>	9.147.512,08	10.981.698,71	20,05%
<i>Efetivo</i>	20.195.457,60	24.451.591,17	21,07%
<i>Membro</i>	37.642.608,55	46.128.958,29	22,54%
<i>Requisitado</i>	1.214.580,01	1.294.968,62	6,62%
TOTAL	68.200.158,24	82.857.216,79	21,49%

Fonte: CFP/PGJ, 2017.

7.4 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

O ano de 2017 apresentou-se como um ano de muitos acontecimentos na área de Gestão de Pessoas, tanto no provimento de cargos efetivos, comissionados e vagas de estagiários não-obrigatório, como em ações que visam a valorização de membros e servidores. Dentre essas ações, destacamos:

- Incorporação dos “**21,7%**” nos contracheques dos servidores a partir 01 de janeiro de 2017;
- Concessão de **aumento no valor do Auxílio-alimentação dos servidores** de R\$ 710,00 para **R\$ 1.000,00**, pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16), para implantação a partir de 01 de janeiro de 2017;
- Reajuste de 6,30% nos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados do quadro de apoio técnico-administrativo e nas funções comissionadas, pela Lei nº 10.566, de 14/03/17, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2017;
- Melhoria salarial com a mudança de simbologia do cargo de Assessor de Promotor de Justiça, pela Lei nº 10.566, de 14 de março de 2017, passando de CC-04 para CC-05 a partir desta data e para a simbologia CC-06 a partir de janeiro de 2018;
- Realização de diversas e importantes ações do Programa de Saúde e Qualidade de vida e no trabalho, desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional, conforme demonstrado no relatório anexo;
- Lançamento do Programa de Saúde Funcional para membros, sendo a primeira ação o Projeto de acompanhamento psicossocial de membros da Instituição, iniciando com os que se encontram em processo de vitaliciamento;
- Início da prática de Ginástica Laboral nos prédios sede da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça da Capital, com a contratação da H M Academia de Ginástica Ltda.;
- Continuação do Coral Vozes do MP com a contratação de Ronaldo Pereira Ribeiro como regente do Coral Vozes do MPMA;
- Criação de 04 (quatro) cargos de Promotor de Justiça de entrância intermediária, pela Lei Complementar nº 190, de 31 de julho de 2017;
- Criação de 04 cargos de Assessor de Promotor de Justiça, pela Lei nº 10.675, de 13 de setembro de 2017;
- **Provimento dos 40 (quarenta) cargos efetivos**, sendo 15 (quinze) de Analista Ministerial e 25 (vinte e cinco) de Técnico Ministerial, criados pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
- Provimento dos **13 (treze) cargos comissionados** e **06 Funções de Confiança**, estas para servidores efetivos, sendo 03 FC-01 e 03 FC-02, criados pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
- Aumento de 43 vagas de estágio não-obrigatório, sendo 41 (quarenta e uma) pelo Ato Regulamentar nº 03/2017-GPGJ e 02 (duas) pelo Ato Regulamentar nº 12/2017-GPGJ, contemplando São Luís e Comarcas do interior;
- Realização de Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório para provimento de vagas na capital e no interior, homologado pelo Edital nº 08/2017;
- Provimento de 134 (cento e trinta e quatro) vagas de estagiários não-obrigatório com lotação em São Luís e Promotorias de Justiça do interior, com a convocação dos aprovados nos seletivos homologados em dezembro de 2016 e julho de 2017;
- Prorrogação, por mais um ano, da validade do Seletivo de Estágio não-obrigatório, homologado pelo Edital nº 11/2016, conforme Ato de prorrogação nº 680/2017;
- Realização e homologação de 05 (cinco) Concursos de Remoção, contemplando 43 (quarenta e três) servidores estáveis;
- Nomeação e posse de 13 (treze) Promotores Substitutos aprovados no Concurso Público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme o Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Titularização de 08 (oito) Promotores de Justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas;
- Vitaliciamento de 21 (vinte e um) Promotores de Justiça;
- Remoção de 29 (vinte e nove) Promotores de Justiça;
- Homologação do estágio probatório de 115 (cento e quinze) servidores ocupantes dos cargos de Analista e Técnico Ministerial, admitidos em 2014;
- Promoção/Progressão de 470 (quatrocentos e setenta) servidores efetivos;

- Concessão de 84 (oitenta e quatro) Adicionais de Qualificação – AQ contemplando, assim, um total de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) servidores, correspondendo a 82,89% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, o que resulta em um acréscimo monetário de, no mínimo, 10 % nos vencimentos;
- Concessão de **219 certificados digital** para membros e servidores a fim de habilitá-los para atuarem nos Processos eletrônicos;
- Eleição do Servidor Destaque 2017, disciplinado pelo Ato nº 0641/2017-GPGJ;
- Reconhecimento, pelo CNMP, da correta publicação das informações no Porta da Transparência, referentes à área de Gestão de Pessoas, no site mpma.mp.br;
- Continuação das ações do Programa de Gestão por Competências com a implantação das competências comuns, tendo sido realizadas as etapas de: 1- Identificação (Análise Documental); 2 - Descrição; 3 - Divulgação e 4 - validação, restando ainda as fases de Diagnóstico de Avaliação e Capacitação;
- Concessão do Plano de Assistência médico-social devido aos membros, disciplinado pelo Ato Regulamentar nº 033/2017-GPGJ, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018;
- Continuação da migração dos dados armazenados no Sistema de RH para o Sistema GESp, concluindo os dados cadastrais, férias e licenças especiais;
- Aprovação da reposição de 5% (cinco por cento) referente às perdas inflacionárias na remuneração dos servidores, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, pela Lei Ordinária nº 10.750, de 18 de dezembro de 2017;
- Assinatura dos Atos Regulamentares nº 26/2017-GPGJ e 30/2017-GPGJ, que disciplinam o fracionamento de férias para membros e servidores, respectivamente, para vigência a partir do exercício de 2018;

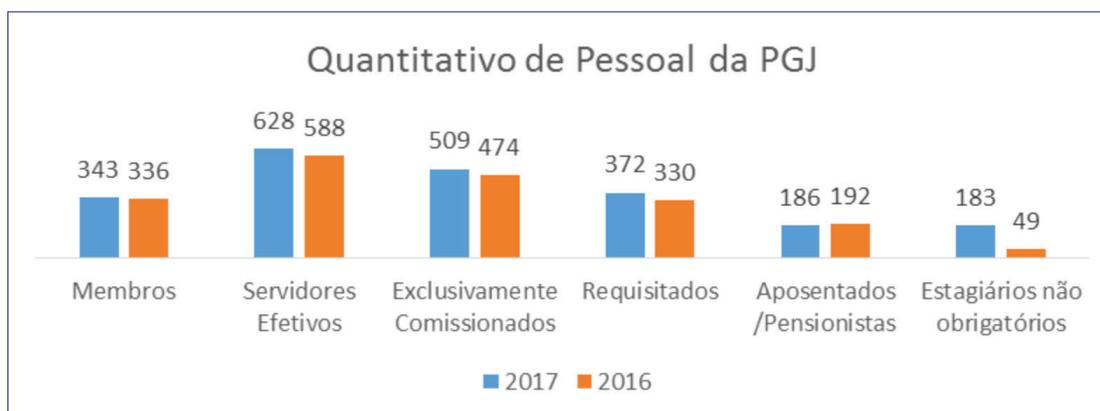
a) **Gestão de Pessoas do MPMA em números:**

Tabela 78 - Quantitativo de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça:

Descrição	2017	2016
Membros	343	336
Servidores Efetivos	628	588
Exclusivamente Comissionados	509	474
Requisitados	372	330
Aposentados /Pensionistas	186	192
Estagiários não obrigatórios	183	49
Total	2.221	1.969

Fonte: CGP/PGJ, 2017.

Gráfico 12: Comparativo do quadro de pessoal da PGJ-MA 2016-2017



Fonte: CGP/PGJ, 2017

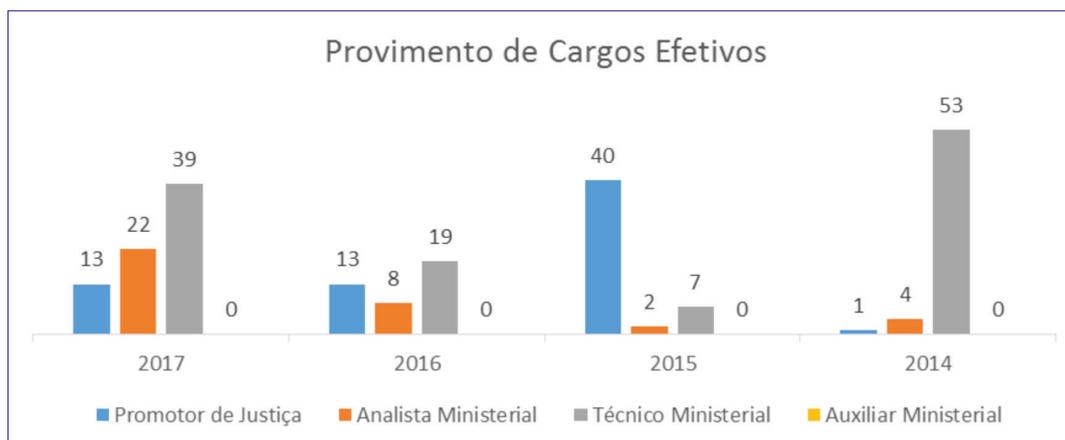
b) Provimento de cargos:

Tabela 79 - Provimento de Cargos Efetivos da PGJ-MA

Cargos Efetivos	2017	2016	2015	2014
Promotor de Justiça	13	13	40	1
Analista Ministerial	22	8	2	4
Técnico Ministerial	39	19	7	53
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0
Total	74	40	49	58

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 13 - Comparativo do quadro de pessoal efetivo da PGJ-MA 2014-2017



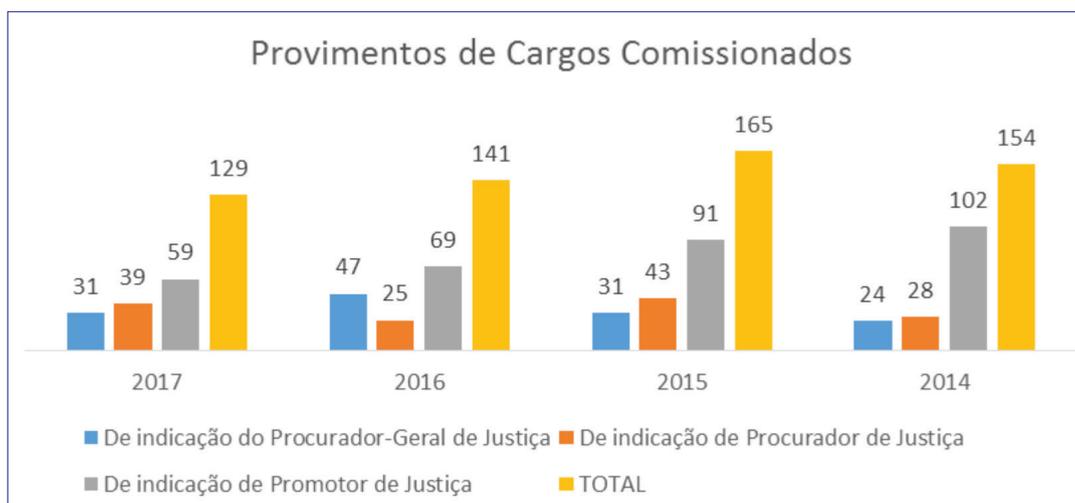
Fonte: CGP/PGJ, 2017

Tabela 80 - Provimento de Cargos Comissionados

Cargos Comissionados	2017	2016	2015	2014
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	31	47	31	24
De indicação de Procurador de Justiça	39	25	43	28
De indicação de Promotor de Justiça	59	69	91	102
Total	129	141	165	154

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 14: Comparativo do quadro de pessoal comissionado 2014-2017



Fonte: CGP/PGJ, 2017

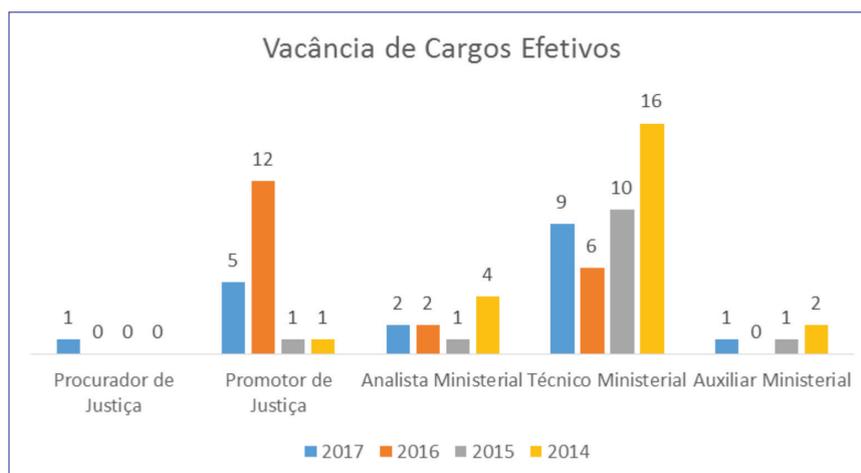
c) Vacâncias de Cargos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

Tabela 81: Vacâncias de Cargos Efetivos

Vacâncias - Cargos Efetivos	2017	2016	2015	2014
Procurador de Justiça	1	0	0	0
Promotor de Justiça	5	12	1	1
Analista Ministerial	2	2	1	4
Técnico Ministerial	9	6	10	16
Auxiliar Ministerial	1	0	1	2
Total	18	20	13	23

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 15: Comparativo de vacância dos efetivos da PGJ-MA 2014-2017



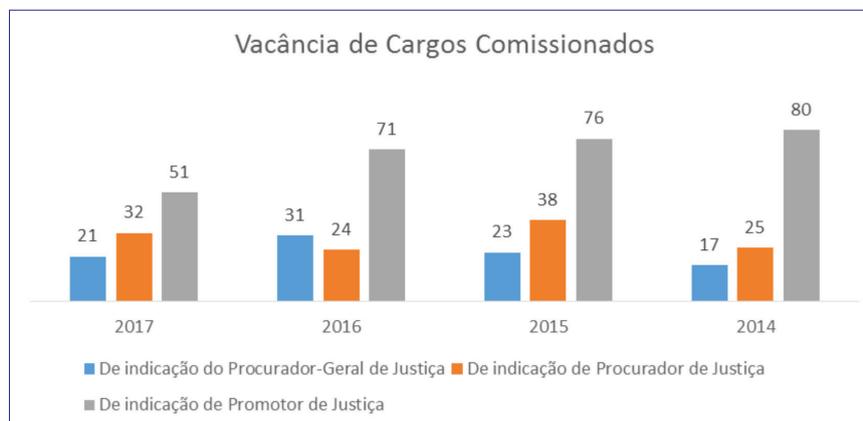
Fonte: CGP/PGJ, 2017

Tabela 82 - Vacâncias cargos comissionados

Vacâncias - Cargos Comissionados	2017	2016	2015	2014
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	21	31	23	17
De indicação de Procurador de Justiça	32	24	38	25
De indicação de Promotor de Justiça	51	71	76	80
Total	104	126	137	122

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 16: Comparativo de vacância dos comissionados da PGJ-MA 2014-2017



Fonte: CGP/PGJ, 2017

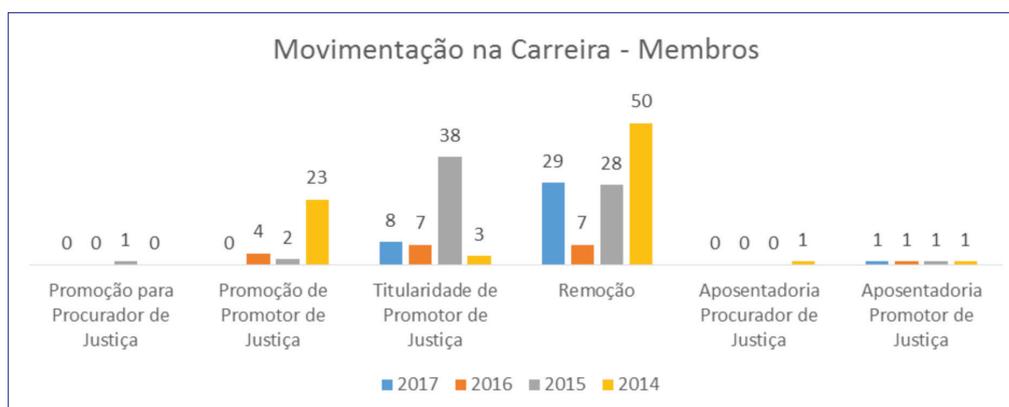
d) Movimentação na Carreira de Membros:

Tabela 83 - Movimentação na carreira de membros

Movimentação (Membros)	2017	2016	2015	2014
Promoção para Procurador de Justiça	0	0	1	0
Promoção de Promotor de Justiça	0	4	2	23
Titularidade de Promotor de Justiça	8	7	38	3
Remoção	29	7	28	50
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	0	0	1
Aposentadoria Promotor de Justiça	1	1	1	1

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 17: Comparativo da movimentação na carreira de membros 2014-2017



Fonte: CGP/PGJ, 2017

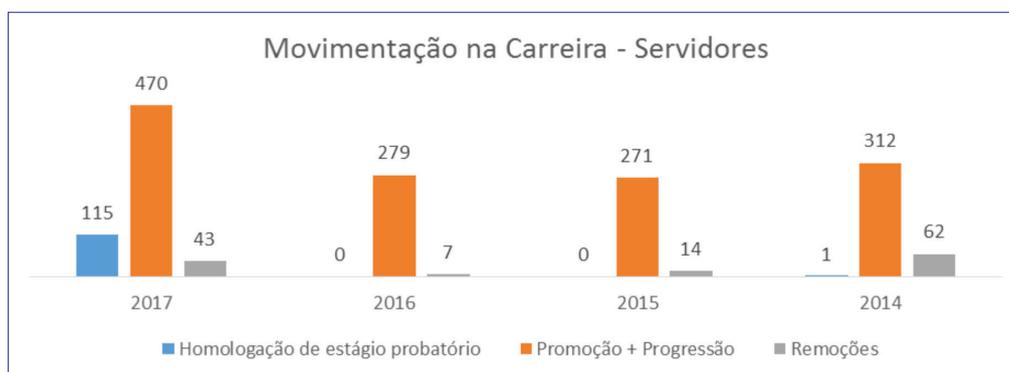
e) Movimentação na Carreira – Servidores:

Tabela 84 - Movimentação na carreira de servidores

Movimentação (Servidores)	2017	2016	2015	2014
Homologação de estágio probatório	115	0	0	1
Promoção + Progressão	470	279	271	312
Remoções	43	7	14	62

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Gráfico 18: Comparativo da movimentação na carreira de servidores 2014-2017



Fonte: CGP/PGJ, 2017

f) Adicional de Qualificação - AQ:

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, **foram concedidos 84(oitenta e quatro) Adicionais de Qualificação, em 2017.**

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) servidores, correspondendo a 82,89% de um total de 561 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 85 - Quantitativo de servidores contemplados com o Adicional de Qualificação 2013-2017

Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	Total	%
Graduação	3	192	4	199	42,8
Especialização	84	150	5	239	51,4
Mestrado	18	5	0	23	4,95
Doutorado	3	1	0	4	0,86
TOTAL de servidores com AQ	108	348	9	465	82,89
Cargos Providos servidores estáveis	116	423	22	561	100

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Tabela 86 - Quantitativo de Servidores sem o Adicional de Qualificação 2013-2017

	Analista	Técnico	Auxiliar	Total
Cargos Providos servidores estáveis	116	423	22	561
Quantitativo de servidores estáveis SEM AQ	8	75	13	96
% por cargo de servidores SEM AQ	6,9	17,73	59,09	17,11

Fonte: CGP/PGJ, 2017

g) Seção de Saúde Funcional: Programa de Qualidade de Vida

Tabela 87 - Ações de Saúde Funcional na PGJ-MA, 2014-2017

AÇÃO	2017	2016	2015	2014
Vacinação	365	230	500	402
Atendimento Médico - consultas	1.664	1.386	1.514	3.300
Atendimento Odontológico – nº pacientes	1.077	548	358	850
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	5.471	899	899	3.220
Atendimento Psicológico	244	45	-	-
Análise de Processos Administrativos	1.718	1.201	1.208	957
Exames admissionais/rotina	112	32	42	32

Fonte: CGP/PGJ, 2017

h) Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Tabela 88 - Estágio não-obrigatório na PGJ-MA, 2014-2017

Descrição	Nº de Estagiários			
	2017	2016	2015	2014
Legislação	Ato Reg. 12/2017	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 10/2014
Nº Estagiários Total	193	150	150	132
Admitidos	195	32	46	128
Renovação de Estágio	11	29	64	2
Desligados	61	98	56	18
Nº de estagiários em exercício em dezembro	183	49	115	127

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Obs. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os aprovados no seletivo de 2016 foram admitidos em 2017.

i) Processo Seletivo para estagiário não-obrigatório:

Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório regido pelo Edital nº 01/2017, de 19 de setembro de 2016, homologado pelo Edital nº 08/2017, de 19/07/17, publicado no Diário da Justiça de 24/07/17;

Tabela 89 - Resumo do Concurso de Estagiários

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas: São Luís, Açailândia, Balsas, Barra do Corda, Carolina, Codó, Estreito e Timon	8
Nº de vagas	31
Nº de Inscritos	739
Nº de inscrições deferidas	450
Nº de Candidatos aprovados	146

Fonte: CGP/PGJ, 2017

j) Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis – 2017:

Foram realizados e homologados 05 concursos de remoção de servidores efetivos.

Quadro 13 - Resumo do Concurso de Remoção

Itens	1º Concurso	2ª Concurso	3º Concurso	4º Concurso	5º Concurso
PA	13118AD/2016	73502017	2912/2017	10510/2017	11723/2017
Edital de Abertura	Nº 01/2017, de 05/05/17	Nº 02/2017, de 13/06/17	Nº 03/2017, de 25/07/17	Nº 04/2017, de 14/08/17	Nº 05/2017, de 12/09/17
Ato Homologação	96/2017, de 06/03/17	353/2017, de 05/07/17	424/2017, de 08/08/17	462/2017, de 29/08/17	527/2017, de 27/09/17
Nº de vagas	03 Tec. Adm.	02 Tec. Adm.	15 Tec. Adm.	08 Tec. Adm.	03 Tec. Adm.
	08 Analistas Ministeriais	03 Analistas Ministeriais	24 Tec. Exec. Mandado	02 Tec. Exec. Mandado	
Nº Servidores Removidos	02 Tec. Adm.	01 Tec. Adm.	10 Tec. Adm.	07 Tec. Adm.	03 Tec. Adm.
			05 Tec. Exec. Mandado	02 Tec. Exec. Mandado	

Fonte: CGP/PGJ, 2017

k) Acompanhamento dos Concursos Públicos para cargos efetivos

• Concurso de Membros:

Concurso Público para o provimento de 25 cargos de Promotor de Justiça Substituto, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP, homologado em 12 de setembro de 2014, publicado no DJ de 16 de setembro de 2014 e prorrogado pelo Ato nº 353/2016, de 15 de agosto de 2016, DJ de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016:

Tabela 90 - Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça

Descrição	2015	2016	2017	Total
Aprovados	76	76	76	76
Nomeados	46	15	15	76
Não tomaram posse/Fim de Fila	7	2	2	11
Exonerados	1	8	3	12
Em efetivo Exercício	38	43	53	53

Fonte: CGP/PGJ, 2017

• **Concurso cargos Servidores Efetivos**

Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no DJ em 05 de novembro de 2013, prorrogado, por 02 (dois) anos, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no DJ de 06 de novembro de 2015, tendo encerrado seu prazo de validade em 05 de novembro de 2017:

Tabela 91 - Resumo dos provimentos pelo Concurso 2013

	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Total
<i>Vagas Concurso Previsão Edital</i>	22	86	108
<i>Novas Vagas após o concurso</i>	19*	52**	71
<i>Total de Vagas na vigência do concurso</i>	41	138	179
<i>Candidatos Nomeados</i>	60	215	275
<i>Em Efetivo Exercício</i>	40	137	177
<i>Cargos Vagos</i>	1	1	2
<i>Não tomaram posse/ não assumiram / Desistência Nomeação/ reprovado pericia / Fim de Fila</i>	15	47	62
<i>Exonerados</i>	5	31	36

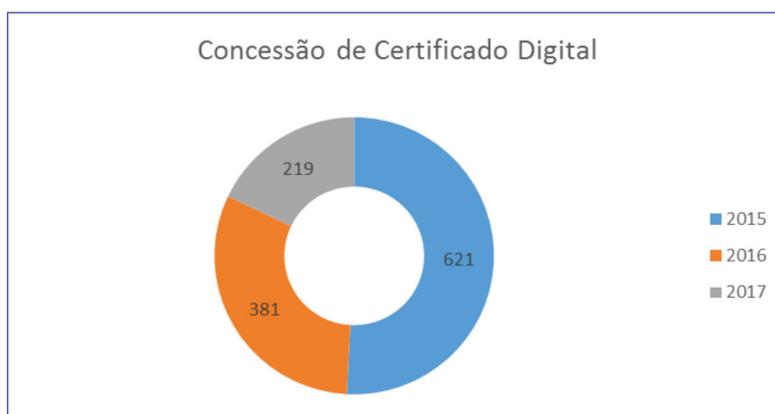
Fonte: CGP/PGJ, 2017

Dados referente a dezembro de 2017.

* 04 vacâncias: 02 falecimentos, 2 exonerações a pedido e 15 cargos criados em 2016.

** 52 Vagas: 14 novos cargos, 13 vacâncias e 25 cargos criados em 2016

Gráfico 19: Concessão de certificação digital



Fonte: CGP/PGJ, 2017

I) Procedimentos Administrativos

Tabela 92 - Atividades de Rotina da CGP:

Atividade	2017	2016	2015	2014
<i>Declaração de Margem de Consignação</i>	694	586	831	854
<i>Ofícios expedidos;</i>	123	149	306	511
<i>Memorandos expedidos;</i>	227	284	436	594
<i>Elaboração Atos de servidores e membros;</i>	614	521	579	659
<i>Elaboração Portarias de servidores e membros;</i>	12.219	9.670	10.194	8.497
<i>Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);</i>	12.833	10.191	10.773	9.156
<i>Elaboração de Termos de Referência</i>	33	29	42	51
<i>Termos de Compromisso de Estágio</i>	189	32	46	128
<i>Termo de Renovação de Estágio</i>	11	29	64	2
<i>Termo de Desligamento de Estágios</i>	58	98	56	18
<i>Termo de Realização de Estágio</i>	189	94	56	18
<i>Editais de Convocação de Estágio</i>	34	18	26	17

Fonte: CGP/PGJ, 2017

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina não mensurada, tais como:

- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH/GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás de identidade funcional;
- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos.

7.5 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área.

Em 2017, a COEA realizou o acompanhamento de obras e serviços de reforma e construção de unidades ministeriais tanto na capital quanto no interior do estado, além de serviços de engenharia de levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça.

Elaborou projetos de reformas e construções de sede de Promotorias, realizou avaliação de valor locativo de imóveis, levantamentos para elaboração de laudo de perícias e de situação de instalações elétricas, além de vistorias de obras em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir:

a) Seção de Manutenção Predial

Principais atividades realizadas:

- Manutenção Mensal de Equipamentos: Elevadores das Promotorias de Imperatriz (Empresa Elevadores Centauro), Sistema de Climatização das Promotorias de Imperatriz (Empresa: Átrios Comércio e Serviços), Elevadores da PGJ e Promotorias da Capital (Empresa: VERMA ENGENHARIA), Manutenção do Sistema de Climatização da PGJ e Promotorias da Capital (Empresa: A. Cantanhede).

Tabela 93 - Manutenções Prediais no Interior do Estado

Empresa	Município	Ordens de Serviço	Valor	Status
VIGGA				
	Imperatriz (casa alugada)	002 - 2017	8.299,10	Concluída
	Imperatriz (casa alugada)	003 - 2017	12.186,84	Concluída
	Porto Franco	004 - 2017	7.811,70	Concluída
	Amarante do Maranhão	005 - 2017	5.045,12	Concluída
	Loreto	006 - 2017	6.527,53	Concluída
	Carolina	007 - 2017	11.028,33	Concluída
	Imperatriz (Casa Alugada)	009 - 2017	27.183,14	Concluída
	Imperatriz – Adeq. GAECO e Dep. de Lixo	010 – 2017	43.045,04	Concluída
	Montes Altos	010 - 2017	13.048,29	Concluída
	João Lisboa	011 - 2017	22.521,19	Concluída
	Subtotal	10 Ordens de Serviços	156.696,28	
PATRIMONIAL				
	Olho D'água das Cunhãs	001 - 2017 - Lote 2	30.040,39	Concluída
	Bacabal	003 - 2017 - Lote 2	61.141,88	Concluída
	Caxias	003.1 - 2017 - Lote 1	18.389,87	Concluída
	Caxias (aditivo)	004.2 – 2017 – Lote 1	25.335,55	Concluída
	Timon	003.2 - 2017 - Lote 1	24.002,70	Concluída
	Timon (aditivo)	004.1 – 2017 – Lote 1	50.321,87	Concluída
	Igarapé Grande	002.1 - 2017 - Lote 2	12.023,68	Concluída
	Olho D'água das Cunhãs (aditivo)	004 - 2017 - Lote 2	72.508,01	Concluída
	Bacabal (aditivo)	002.2 - 2017 - Lote 2	101.173,35	Concluída
	São João dos Patos	003.3 - 2017 - Lote 2	11.109,62	Concluída
	Subtotal	10 Ordens de Serviços	406.046,92	
FÊNIX				
	Zê Doca	001.1 - 2016	559,14	Concluída
	Urbano Santos	001.2 - 2016	5.447,67	Concluída
	Magalhães de Almeida	001.3 - 2016	1.174,64	Concluída
	Vitória do Mearim	001.4 - 2016	6.664,47	Concluída
	Cantanhede	002 - 2016	10.861,84	Concluída
	Santa Quitéria	003 - 2016	25.918,45	Concluída
	Candido Mendes	004 - 2016	20.701,59	Concluída
	Carutapera	005 - 2016	17.895,08	Concluída
	Chapadinha	001 - 2017	76.280,43	Concluída
	Santa Inês	002 - 2017	59.832,98	Concluída
	Anajatuba	003 - 2017	41.936,90	Concluída
	Arari	004 - 2017	46.012,73	Concluída
	Maracaçumé	005 - 2017	20.861,02	Concluída
	Buriticipu	006 - 2017	24.473,06	Concluída
	Rosário	009 - 2017	9.221,52	Concluída
	Santa Quitéria (aditivo)	010 - 2017	25.743,56	Concluída
	Candido Mendes (aditivo)	011 - 2017	22.369,10	Concluída
	Arame	012 - 2017	7.415,89	Concluída

	Gov. Nunes Freire	013 - 2017	23.715,62	Concluída
	Anajatuba (aditivo)	014 - 2017	17.993,07	Concluída
	Santa Inês (aditivo)	015 - 2017	108.696,80	Concluída
	Humberto de Campos	016.1 - 2017	29.232,09	Concluída
	Pindaré-Mirim	016.2 - 2017	35.216,67	Concluída
	Subtotal	23 Ordens de Serviços	638.224,32	
	Total Geral	43 Ordens de Serviços	1.200.967,52	

Fonte: COEA/PGJ, 2017.

Tabela 94 - Manutenção Predial da Capital:

Empresa	Local	Ordens de Serviço	Valor	Status
MODULAR	Raposa	003.3-2016	12.976,17	Concluída
	Nova PGJ e Centro Integrado	003.7-2016	51.789,01	Concluída
	Adequação dos CAOps	004-2016	37.946,47	Concluída
	Porta automática da PGJ	003.8-2016	4.793,8	Concluída
	Execução Penal e Subst. Plena	005-2017	12.300,13	Concluída
	Cobertura da Prom. Subst. Plena	003.9-2016	2.697,03	Concluída
	Inst. de equipamentos de rede PROMOCAP	003.10-2016	1.178,59	Concluída
	Adequação do 3º Pav. PGJ	003.11-2016	56.193,13	Concluída
	Manutenção predial sede da PGJ: pintura, construção de arquivos, substituição de lâmpadas e sensores, revisão elétrica	003.12-2016	80.000,00	Concluída
	Adequação assessoria especial, SEPLAG, Núcleo de Investigação Criminal, recuperação de pavimentação externa e pintura e demarcações de vagas de estacionamento	011 - 2017	22.521,19	Concluída
	Nova PGJ: revestimento cerâmico do Centro Integrado, substituição de placas de forros, pinturas internas	006.3-2017	58.763,33	Concluída
	Serviços do anexo da PGJ antiga com: pintura, revisão elétrica, lógica e telefonia, reparos de forro e substituição de luminárias	006.5-2017	40.459,28	Concluída
	Manutenção predial da sede das Promotorias da Capital: pinturas de paredes e divisórias, reparo de portas e trincos, reparo de piso e calçadas, revisão elétrica, de lógica e telefone. Substituição de lâmpadas queimadas	007.1-2017	69.911,96	Concluída
	Total	10 Ordens de Serviços	451.530,09	

Fonte: COEA/PGJ, 2017.

b) Seção de Fiscalização de Obras

- Principais atividades realizadas:
- Construções Finalizadas: Sede das Promotorias de Vitorino Freire
- Reformas em Andamento: Reforma da Promotoria de Bequimão, Reforma da Antiga Sede da PGJ;
- Construção em Andamento: Sede das Promotorias da Capital.
- Instalação de Elevador da Sede das Promotorias da Capital (Empresa: Thyssenkrupp);
- Instalação de Sistema de Climatização das Promotorias da Capital em andamento (Empresa: VERMA ENGENHARIA).

c) Seção de Avaliações e Perícias:

Quadro 14 - Avaliações de Imóveis

Avaliações de Imóveis	
1	Passagem Franca
2	Magalhães de Almeida
3	Igarapé Grande (renovação)
4	Amarante do Maranhão
5	Timbiras
6	Coelho neto
7	PGJ (galpão)
8	Morros
9	Urbano Santos
10	Buriticupu
11	ESMP (Ed. Metropolitan)
12	Monção
13	São João Batista
14	Barão de Grajaú
15	Timon
16	Senador La Roque
17	Itinga do Maranhão
18	Açailândia

Fonte: COEA/PGJ, 2017.

Quadro 15 - Avaliações e Perícias externas solicitadas por membros do MPMA

	Localidade/Objeto	Promotoria Solicitante
1	Academia Shopping Imperatriz	
2	CAIC Maiobão	3ª PJ Paço do Lumiar
3	ICRIM IML ILAF - Estrutura Física	11ª PJE
4	Colégio Literato	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
5	Colégio Dom Bosco	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
6	Centro Educacional Reino Infantil	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
7	Hotel Rio Poty	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
8	Assembleia Legislativa do Maranhão	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
9	Hospital Tarquínio Lopes	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
10	Hospital São Domingos Cohatrac	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
11	Hotel Pestana	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
12	Escola Upaon-Açu	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
13	Escola Crescimento	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
14	ICRIM IML - Acessibilidade	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
15	Praça da Alegria	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
16	Fórum Des. José Sarney	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
17	Hotel Ibis - Revistaria	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
18	Clínica São Marcos	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
19	Forte Santo Antônio da Barra	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
20	Maternidade Nazira Assub	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
21	Colégio Adventista	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
22	1º DP Apicum	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
23	Casa Abrigo de São Luís	15ª Esp. Pessoa com Deficiência

24	SEMOSP	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
25	CEMARC	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
26	Instituto de Olhos	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
27	CAS	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
28	CAPS	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
29	Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
30	Laboratório Gaspar	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
31	Clínica Neuromed	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
32	Restaurante Popular da Cidade Olímpica	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
33	Faculdade Pitágoras - Turu	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
34	Edifício Michelangelo Office	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
35	Cartório do 1º Tabelionato de Protesto de Letras	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
36	Cartório de Registro Civil 1ª Zona	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
37	Cartório do 1º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
38	Cartório de Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
39	2ª Zona de Registro de Imóveis	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
40	Cartório da 2ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
41	Cartório da 5ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
42	Cartório da 4ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
43	Cartório do 2º Tabelionato de Protesto de Letras e outros Títulos de Crédito	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
44	Cartório da 2ª Zona de Registro de Títulos e Registro Civil e de Pessoa Jurídica	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
45	Cartório do 3º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
46	Cartório do 2º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
47	Cartório da 3ª Zona Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
48	Cartório do 4º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
49	Cartório do 7º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
50	Cartório do 8º Tabelionato de Notas	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
51	Escola Doutor Antônio Jorge Dino	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
52	Sistema de Drenagem de Cantanhede	PJ de Cantanhede
53	Licitação de Escolas em Gov. Newton Belo	PJ de Gov. Newton Belo
54	Esgotos Cond. Alto dos Franceses	6ª PJ do Meio Ambiente
55	Acessibilidade em Bancos BB e Bradesco de Itapecuru Mirim e Miranda do Norte	2ª PJ de Itapecuru Mirim
56	Unidade Integrada Cônego Albino Campos	3ª PJ de Miranda do Norte
57	Escola Municipal Raimundo Leal	PJ de Olho D'Água das Cunhãs
58	Acessibilidade no prédio do Sindicato dos Trab. Rurais de São Luís Gonzaga	PJ de São Luís Gonzaga

Fonte: COEA/PGJ, 2017.

7.6 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais está composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas inseridas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2017, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial, recepcionistas e motoristas para atender as Promotorias de Justiça do interior.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película; e fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços com maior qualidade.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na busca de novos imóveis com melhor estrutura para abrigar e funcionar as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria, através de locações, inclusive com a renegociação dos valores já contratados.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, aderimos aos Programas da CEMAR, “EcoCemar” que trabalha com a coleta de resíduos sólidos de maneira correta. Ainda na esteira da redução de gastos, a Administração Superior implantou o programa de redução de custos, premiando as Promotorias de Justiça que conseguirem reduzir os custos de energia elétrica e água.

Demos continuidade no programa “Promotoria Legal”, onde os Coordenadores de Serviços Gerais, de Engenharia e de Informática, viajaram juntos até as Promotorias para verificar as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, acessibilidade, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, assim como a configuração da rede interna, além de atendimento de móveis e equipamentos em geral.

Tabela 95 - Despesas Fixas

Despesas Fixas	Valor
<i>Contrato de Locação de Imóveis</i>	3.342.509,66
<i>Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior</i>	3.524.827,13
<i>Serviço de Motorista</i>	1.658.055,92
<i>Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior</i>	978.813,15
<i>Manutenção de Elevadores</i>	18.594,67
<i>Locação de Máquinas Fotocopiadoras</i>	284.593,68
<i>Fornecimento de Luz</i>	3.034.783,12
<i>Fornecimento de Água e Esgoto</i>	411.712,44
<i>Serviço de Telefonia Fixa</i>	605.271,24
<i>Serviço de Telefonia Móvel</i>	841.050,37
<i>Serviço de Postagem</i>	575.198,58
<i>Manutenção de Central Telefônica</i>	78.335,71
<i>Locação de Central Telefônica</i>	85.955,97
<i>Serviço de Seguro Total de Veículos</i>	197.738,44
<i>Fornecimento de Combustível</i>	674.429,11
Total	16.311.869,19

Fonte: CSG/PGJ, 2017.

Tabela 96 - Despesas Variáveis

Despesas Variáveis	Valor
<i>Manutenção de Veículos</i>	758.821,22
<i>Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico</i>	1.500,00
<i>Confecção de Placas de Inauguração e Identificação</i>	74.626,43
<i>Confecção de Chaves e Carimbos</i>	26.495,50
<i>Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira</i>	1.500,00
<i>Fornecimento e Instalação de Portão de Alumínio Automatizado; Grades e Cerca Elétrica</i>	-
<i>Fornecimento e instalação de forro e divisória</i>	18.857,66
<i>Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização</i>	71.936,00
<i>Instalação de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior</i>	56.858,00
<i>Serviço de película</i>	43.557,40
<i>Manutenção extintores de incêndio</i>	26.340,57
<i>Fornecimento e Instalação de Persianas</i>	127.221,53
<i>Confecção de tapetes</i>	23.505,00
Total	1.231.219,31

Fonte: CSG/PGJ, 2017.

Tabela 97: Despesas com Veículos

DESPESAS – VEÍCULOS	VALOR
<i>Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ</i>	112.319,40
<i>Manutenção de Veículos (serviços)</i>	223.980,17
<i>Aquisição de Peças</i>	535.141,05
<i>Fornecimento de Combustível</i>	674.429,11
<i>Serviço de Seguro Total de Veículos</i>	197.738,44
Total	1.743.608,17

Fonte: CSG/PGJ, 2017.

Tabela 98: Lotação com Veículos

Lotação de Veículos	Quantidade
<i>Procuradoria Geral de Justiça</i>	45
<i>Promotoria de Justiça da Capital</i>	19
<i>Promotoria de Justiça do Interior</i>	67
Total de Veículos	131

Fonte: CSG/PGJ, 2017.

7.7 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do *Parquet* Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Durante esse exercício, com o apoio da Administração Superior do MPMA, esta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, para contemplar as necessidades informacionais dos Membros, Assessores e Servidores e da comunidade em geral, bem como dar transparência e visibilidade por meio das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos aos seus clientes:

a) Gestão e Fiscalização de Contratos

Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento de contratos e atas de registro de preços relativos às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

- Quanto à assinatura e renovação anual de sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:
- “*Juris Plenum Ouro*”: plataforma de consulta jurídica aos Membros do MPMA, Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Biblioteca/PGJ e à Biblioteca da Escola Superior do MPMA (via *Website*, DVD, Revista e boletins informativos aos e-mails institucionais);
- “*Debit Atualiza*” e “*Debit Trabalhista*”: Aplicativos de cálculos de correção monetária e liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd;
- Quanto à gestão e fiscalização de contratos:
- Veiculação de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em Jornais Locais;
- Assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;
- Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – “*Sistema GED Arquivar*”;
- Aquisição de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);
- Formatação e diagramação de obras institucionais.

b) Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais

Ressalta-se que, no ano de 2017, houve intensa produção editorial com o fito de suprir as necessidades de divulgação de diversas ações, programas e projetos promovidos pela Instituição:

- Organização da Revista do MPMA - *Juris Itinera*, nº. 24, 2017 (anual);
- Organização e normalização do livro *Programa Ministério Público contra a corrupção e sonegação fiscal*, com o registro das campanhas e projetos desenvolvidos pela Instituição nessa área;
- Organização e distribuição da “*Agenda MPMA / AMPEM 2018*”;
- Revisão e distribuição do “*Calendário MPMA / AMPEM 2018*” e do “*MousePad MPMA 2018*”;
- Supervisão editorial do “*Relatório de Atividades MPMA – 2016*”;
- Normalização e Editoração do relatório “*O Timbira: Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público*” (2016);
- Supervisão editorial do livro “*Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?*”, referente ao projeto desenvolvido pela Promotora de Justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital;
- Normalização e editoração da Cartilha “*Combate à corrupção: capacitando o cidadão*” referente ao projeto desenvolvido pela Promotora de Justiça Flávia Valéria Nava Silva, Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim;
- Normalização e editoração da Cartilha “*Conversando com elas*”, relativa ao projeto de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a Mulher desenvolvido pela Promotora de Justiça Aline Matos Pires Ferreira, Titular da 8ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz;
- Normalização e supervisão editorial do “*Manual da Ouvidoria do Ministério Público*”;
- Normalização e supervisão editorial da “*Cartilha da Ouvidoria do MPMA sobre a Lei de Acesso à Informação para Público Externo*”;
- Normalização e supervisão editorial da “*Cartilha da Ouvidoria do MPMA sobre a Lei de Acesso à Informação para Público Interno*”;
- Organização e distribuição do “*Informativo MP Memória – 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça*”.



c) Política de Atendimento ao Usuário

A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2016-2017) dos produtos e serviços oferecidos por esta coordenadoria:

Tabela 99 – Utilização de Serviços e Produtos

Atendimento ao Usuário	2016	2017
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	1.137	655
Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	570	623
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	510	602
Consultas locais ao acervo bibliográfico	173	201
Renovações On Line (Sistema SIABI Web)	-	65
Pesquisa On Line (Sistema SIABI Web)	-	142
Cadastro de usuários (Sistema SIABI Web)	12	34
Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão	3.615	4.658
Serviço de Publicidade de avisos, editais e notas oficiais nos jornais locais	113	257
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão - DEMP	202	239

Fonte: CDB/PGJ, 2017.

d) Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

Pela tabela abaixo, registra-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

Tabela 100 – Evolução das coleções bibliográficas

Desenvolvimento e Ampliação das Coleções Bibliográficas	2016	2017
<i>Aquisição de livros (compra)</i>	316	-
<i>Aquisição de livros (doação)</i>	26	45
<i>Renovação de assinatura de periódicos jurídicos e técnicos</i>	1	1
<i>Aquisição de periódicos jurídicos (doação)</i>	20	20
<i>Inclusão de fascículos de periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)</i>	6	6
<i>Inclusão de livros no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)</i>	137	25

Fonte: CDB/PGJ, 2017.

7.8 Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM)

a) Do serviço de Assessoria de Imprensa

Produção de Matérias Jornalísticas

No ano de 2017, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional **1.307** matérias jornalísticas. Vale lembrar que, em 2016, o número total foi de 795 matérias. Um aumento na produção de 512 matérias jornalísticas, ou 64,4%. O total de **acessos ao site do MPMA**, no ano de 2017, foi de **366.353**. A matéria mais acessada foi “*Aberto processo seletivo para estágio não-obrigatório no MPMA*”, com **7.534 acessos**.

Atendimentos à imprensa

No ano de 2017, foram realizados **600 atendimentos à imprensa**, sendo *550 atendimentos da equipe em São Luís e 50 atendimentos da regional em Imperatriz*. Em 2016, o total de 300 atendimentos. Um aumento de 500 atendimentos. Tais atendimentos correspondem à solicitação e marcação de entrevistas com membros, além da prestação de informações e esclarecimentos de dúvidas.

Avisos

Em 2017, foram produzidos e postados **127 avisos**. Em 2016, esse total foi de 84. O total de **acessos aos avisos** foi de **38.147**. O aviso mais acessado foi sobre Ato Regulamentar define calendário de feriados e pontos facultativos no MPMA, com 1.726 acessos.

Programa de rádio

O programa de rádio **Estação MP** é produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação e veiculado aos sábados, na rádio Jovem Pan News – São Luís AM, de 9h às 10h. Em 2017, foram produzidas e veiculadas **36 edições** do programa de rádio Estação MP. Todos os programas são disponibilizados no site institucional. No total, foram **14.978 acessos**.

Fonte: Sistema da CMTI e Planilha de Controle da Coord. Comunicação

b) Do serviço de alimentação das Redes Sociais

O Ministério Público do Maranhão possui as seguintes redes sociais: **Twitter, Instagram, Facebook e um canal no YouTube**.

Facebook

Em 2017, a *fanpage* do MPMA no Facebook teve **4.117 curtidas**. Média de **30** novas curtidas ao mês e alcance de **904** pessoas. Ressalte-se que o alcance é a média anual de pessoas que viram pelo menos uma publicação, no cenário de 10 a 16 de janeiro de 2017. O envolvimento atingiu o total de 257 vezes, sendo que este item se refere ao número de pessoas que interagiram com a página por curtidas, comentários e compartilhamentos (também a média anual no período de 10 a 16 de janeiro de 2017).

Perfil do público da fanpage do MPMA: **49%** do público que curte a página do MPMA é composto por *mulheres* e **51%** por *homens*, com idades entre 25 e 44 anos, em sua maioria. As 10 cidades com mais pessoas que seguem a página são, respectivamente: São Luís (MA), Imperatriz (MA), Teresina (PI), São José de Ribamar (MA), Caxias (MA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Balsas (MA), Açailândia (MA), Timon (MA).

Instagram

Em 2017, foram feitas **1.557** postagens no Instagram do MPMA. Total de seguidores: **3.437**. Média de 94 novos seguidores e 17 publicações por semana. Alcance (média atual de no cenário dos últimos 7 dias): 1.860 pessoas. Envolvimento: (número de vezes que pessoas que interagiram com a página por curtidas, comentários e compartilhamentos, no período dos últimos 7 dias): 15.828 vezes. Público: no Instagram, 46% dos seguidores são homens e 54% são mulheres, a maioria na faixa etária de 25 a 34 anos. As três cidades com pessoas que mais seguem o perfil no Instagram do MPMA são, respectivamente: São Luís (MA), Imperatriz (MA) e Teresina (PI).

Twitter

Em 2017, foram **1.352** publicações no Twitter. Total de seguidores: **346**. Média de **182** impressões por semana (pessoas que visualizam as postagens). Alcance:(média atual de no cenário dos últimos 7 dias): 1.400 pessoas. Envolvimento: 1,9% dos seguidores. Público: no Twitter, 65% dos seguidores são homens e 35% são mulheres, a maioria com idades entre 25 a 34 anos (47%). Os três estados com pessoas que mais seguem o perfil no Twitter do MPMA são, respectivamente: Maranhão, São Paulo e Ceará.

Fonte: Facebook, Twitter, Instagram e Planilha de Controle da Coord. Comunicação

c) Mídia Indoor

A Coordenadoria de Comunicação iniciou, em 2017, a produção de materiais para mídia indoor. É uma ferramenta de comunicação interna disponível na sede da PGJ, cujo material é produzido pela equipe da Coordenadoria. Os materiais veiculados são referentes às ações institucionais, avisos, eventos, campanhas.

d) Produção de Vídeos Institucionais

Em 2017, a produção de vídeos institucionais ganhou força. Além dos vídeos produzidos especialmente para as edições dos Encontros Regionais de Gestão Estratégica, foram produzidos vídeos sobre:

- Especial MP 50 anos
- Especial Dia dos Aposentados
- Corrida contra a Corrupção
- Especial Fim de Ano
- Mensagem de Fim de Ano do PGJ
- MPTV

e) Campanhas/Ações Institucionais e Produção Gráfica

Em 2017, a Coordenadoria de Comunicação produziu materiais gráficos (folders, cartazes, banners, blocos para anotação, adesivos, convites etc., além de layouts para redes sociais, mídia indoor) e de audiovisual (spots e vídeos) para várias campanhas e ações institucionais, dentre elas:

- Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?;
- Maranhão na Prevenção às Drogas;
- Caminhos: plataforma de orientação para atuação extrajudicial;
- Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores;
- Prêmio MPMA de Jornalismo;
- 50 anos MPMA;
- Encontros Regionais de Gestão Estratégica;
- Diálogo Institucional (Informativo eletrônico semanal);
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (Informativos Mais Saúde);
- Maria da Penha em Ação;
- Campanha de Redução de Gastos; 18 de maio – Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Projeto Integrar (Campanha Adote uma Caneca; Carona Solidária – Vaga Verde, Campanha de Leitura, MP Cultural);

- Combate à Corrupção: capacitando o cidadão;
- Ler, Escrever, Pensar: conscientizar para transformar;
- O dinheiro do Fundef é da educação;
- Setembro Amarelo;
- Cidadão Consciente: gestão transparente;
- Campanha O MP Está Aqui;
- Promotoria Itinerante – audiências públicas de instalação e encerramento;
- Campanha de combate à violência contra os idosos;
- Direitos Básicos do Consumidor;
- Rede de Controle da Gestão Pública;
- Projeto Conversando com Elas;
- João Cidadão (Caop-Educação).

Divulgação e produção de materiais para eventos institucionais

Anarriê do MP – festa junina;

Dia da Mulher;

Dia dos Pais; Dia das Mães;

Dia dos Aposentados;

Dia do Servidor;

Festa de Fim de Ano;

Vitalicramento;

Feirinha de Nutrição;

Corrida Contra a Corrupção e Corrida Faça Bonito;

Servidor Destaque;

Natal dos Correios;

Congresso Estadual do MPMA.

f) Programa MPTV

O programa MPTV é um projeto idealizado pelo Procurador-Geral de Justiça e foi lançado no 6º Congresso Estadual do MPMA, em dezembro de 2016. A produção é feita pela Coordenadoria de Comunicação e a veiculação acontece, atualmente, no canal do MPMA no YouTube. Para facilitar o acesso, o link de acesso também é disponibilizado no site do MPMA. Em 2017, foram produzidas e veiculadas **23 edições do programa**. As inserções são quinzenais.

g) Serviço de produção de Clipping

A Coordenadoria de Comunicação realiza, diariamente, o clipping. Isso significa acompanhar tudo o que é veiculado na mídia impressa local sobre o Ministério Público, tanto fatos positivos quanto negativos. Atualmente, o clipping é disponibilizado no site.

7.9 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações, tudo isso alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, tomando como base as ações e metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e consolidadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2021.

Para tanto, o mesmo foi dividido nas áreas de atuação desta Coordenadoria, mais precisamente, Coordenação e Seções, a saber: Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Seção de Segurança e Rede de Computadores; e Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas.

a) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Nesta seção destacam-se: o trabalho de configuração dos ambientes de homologação e produção do Sistema DIGIDOC, bem como a atualização da taxonomia, a criação de solução de assinatura digital independente de browser, inclusão do rodapé institucional e suporte ao usuário. Também a configuração do ambiente de produção do QLIK SENSE BUSINESS INTELLIGENCE (BI), os treinamentos realizados no sistema, além do início das tratativas para implantação dos controles por Centros de Custos.

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações para as unidades administrativas como a Coordenadoria de Folha de Pagamento, Ouvidoria; Subprocuradoria para Assuntos Administrativos (Sistema de Ponto Eletrônico); Secretaria para Assuntos Institucionais (SIMP; Portal institucional); Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Sistema GESP); Elaboração de Cadastro de membros CNMP (Resolução 78/2011) e do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (Resolução 135/2016); Plataforma de seletivos (software que permitiu celeridade na realização das seleções de estagiários).

b) Seção de Segurança e Rede de Computadores

Dentre as principais atividades desenvolvidas nesta seção, elencamos: conserto e recuperação de 3 Switches de grande porte; realocação de switches nos prédios da PGJ, PJCAPITAL e CAOPs; configuração completa do Switch Core de redundância; atividades de manutenção na rede do antigo prédio-sede da PGJ, expansão da rede sem fio da PGJ e atualizações das implementações de segurança; configuração e implementação da rede de computadores do novo prédio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude; atividades de monitoramento dos ativos de rede: circuitos de dados das promotorias, switches, roteadores, servidores, pontos de acesso sem fio, etc.

Outras ações desenvolvidas pelo setor: supervisão dos estagiários; administração do cadastro de relógio de ponto eletrônico; administração do sistema de antivírus F-Secure; visita técnica externa às promotorias da região metropolitana e interior, quando necessário; configuração de acesso a rede wifi em dispositivos móveis de membros e servidores; configuração de acesso ao e-mail institucional em dispositivos móveis de membros e servidores; controle de equipamentos nos sistemas GLPI e GESP; e, levantamento de pontos lógicos irregulares.

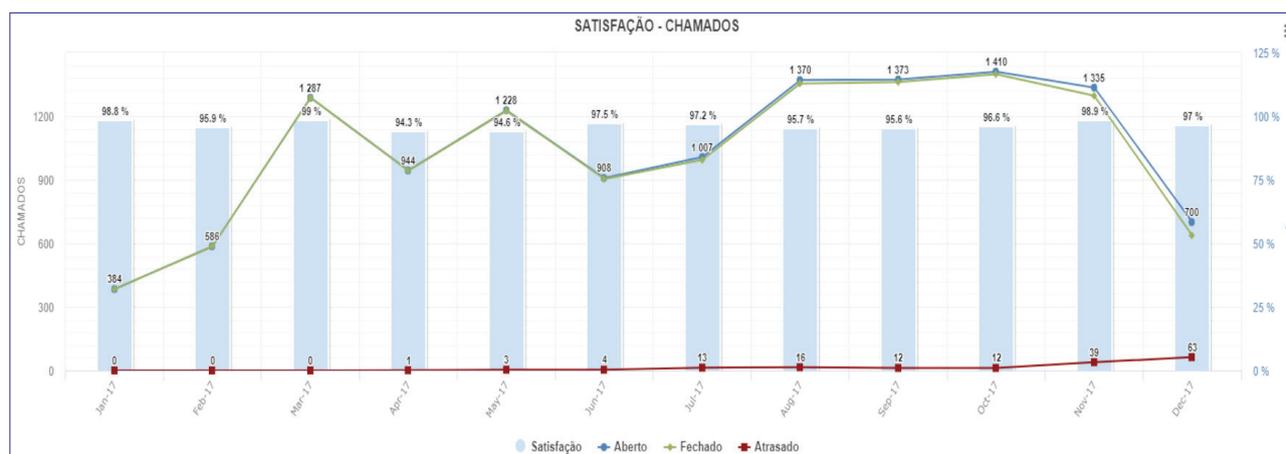
c) Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

Tabela 101 - Equipamentos que se encontram em Estoque e Aquisições.

<i>Equipamentos</i>	<i>Distribuídos</i>	<i>Estoque</i>
<i>Scanner</i>	37	4
<i>Impressora de Crachá</i>	2	0
<i>Impressoras Laser</i>	2	0
<i>Impressora Térmica de Etiqueta</i>	52	13
<i>Impressora Xerox ColorQube 8880</i>	0	2
<i>Plotter</i>	0	0
<i>Monitor LG</i>	6	13
<i>Monitor DELL 23"</i>	767	34
<i>Computadores DELL Optiplex 7040</i>	366	0
<i>Computadores ALLINONE</i>	0	5
<i>Leitor Biométrico</i>	32	6
<i>Unidade de Fita Magnética (Backup)</i>	0	100
<i>Data Show</i>	2	6
<i>Leitora de Código de barra</i>	16	24
<i>Token</i>	5	630
<i>Leitora de Smartcard</i>	300	200

Fonte: CMTI/PGJ, 2017

Gráfico 22 – Atendimento a usuários em 01/01/2017 até 19/12/2017



• **Atividades da equipe de Suporte Técnico ao Sistema Integrado do Ministério Público:**

- Suporte à migração do SIMP para a versão 2.3.3;
- Cadastro de usuários e permissões de acesso ao SIMP;
- Criação de locais solicitados (comarcas, delegacias, departamentos, departamentos externos, órgãos externos, varas, juizados, turmas recursais, zonas eleitorais);
- Configurações para distribuição de processos conforme atribuições;
- Configuração dos ambientes de homologação e produção para implantação do SIMP nas seguintes Promotorias de Justiça: Olho D'água das Cunhãs; Vitorino Freire; Itapecuru-Mirim; Anajatuba; Amaran-te; Coelho Neto; Montes Altos; Pedreiras; Humberto de Campos; e Igarapé Grande.
- Atividades da equipe de Suporte Técnico ao DIGIDOC, GESP e PJE:
- Configuração de ambiente para acesso e utilização dos sistemas DIGIDOC, GESP e PJe, com a instalação/configuração do JAVA, MOZILLA FIREFOX, aplicativos para leitura de certificado digital (SAFENET, IDPROTECT e GD STARSIGN);
- Configuração remota para acesso ao PJe nos computadores das unidades ministeriais nas comarcas onde o sistema foi implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em atendimento à solicitação da Secretaria para Assuntos Institucionais.

• **Atividades de Suporte registradas pela Central de Chamados GLPI:**

- Cadastro de usuários e e-mails institucionais para membros, servidores, estagiários, terceirizados (mediante solicitação) e policiais da reserva;
- Instalação e compartilhamento de scanner, impressora laser, impressora térmica, webcam;
- Instalação de softwares homologados e softwares gratuitos solicitados pelos usuários para desempenho das atividades funcionais, após verificação da viabilidade;
- Configuração de rede;
- Análise e emissão de declaração de nada consta em processos administrativos de Verbas Indenizatórias;
- Gerenciamento (registro, classificação, acompanhamento, solução e esclarecimento aos requerentes) das atividades de atendimento e suporte aos usuários do MPMA, sendo o ponto principal de contato entre os usuários e a CMTI;
- Triagem de atendimentos solicitados via telefone e encaminhamento das demandas para as seções competentes da CMTI, bem como demandas de atribuições de outros setores;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários desta CMTI;
- Pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados por toda a equipe da CMTI;
- Participação e suporte à implantação de novas aplicações e da migração de sistemas;

d) Atividades de Capacitação:

- Capacitação em licitações e contratos: Visão do TCU;
- Capacitação em desenvolvimento da ferramenta de BI QlikSense;
- Capacitação em desenvolvimento da ferramenta IONIC 3;
- Capacitação em recuperação de HD e Dados.

7.10 Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Seção de Segurança Institucional, setor subordinado à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, é responsável pelas ações de segurança institucional do Ministério Público do Maranhão por meio do planejamento, coordenação e avaliação das atividades voltadas para a proteção dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e da informação no âmbito ministerial.

Tabela 102 - Produtividade da CAEI

<i>Atividades</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Relatórios de Inteligência produzidos</i>	57
<i>Relatórios Técnicos</i>	37
<i>Levantamentos Inteligência/Contraineligência</i>	779

Fonte: CAEI/PGJ, 2017.

Durante o ano de 2017, este setor realizou as seguintes atividades:

- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança aos Promotores de Justiça do Núcleo de Execução Penal, para a realização de visitas e inspeções em estabelecimentos prisionais;
- Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal). Foram realizadas 36 visitas de inspeção em unidades ministeriais e sete visitas em residências dos promotores de justiça.

Tabela 103- Análise de Risco

<i>Quantitativo</i>	2016	2017
<i>Análise de Risco Promotorias</i>	14	35
<i>Análise de Risco Residências</i>	4	7

Fonte: CAEI/PGJ, 2017.

- Consultorias de Segurança Institucional e Pessoal foram realizadas, quando das visitas em unidades ministeriais e residências dos promotores de justiça. No exercício vigente, foram realizados 35 atendimentos
- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança ao Promotor de Justiça e equipe da 37ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís / Infância e Juventude, para a realização de visitas e inspeções das Unidades de Internação de Adolescentes;
- Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros Vila Embratel e Liberdade, sendo elaborados Relatório de Área de Risco;
- Segurança durante as Audiências de Instalação da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros: Vila Embratel e Liberdade;
- Apoio de segurança ao Promotor e Equipe de Servidores da 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, durante o funcionamento e atendimentos à comunidade;
- Segurança aproximada e escolta de Promotores de Justiça em situação especial (Ato Regulamentar nº18/2016);
- Apoio de segurança das Assistentes Sociais do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas em estabelecimentos prisionais;
- Apoio de segurança ao Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Idoso, durante inspeções;
- Apoio de segurança à Promotora de Justiça de Itapecuru Mirim-MA, durante a realização de audiência do Tribunal do Júri;
- Apoio de segurança à Promotora de Justiça Cristiane Lago, durante a realização da Campanha de Prevenção às Drogas, conforme PA4359/2017;
- Reforço de segurança na Escola Superior do Ministério Público, durante a realização de cursos e durante o expediente funcional;
- Apoio de segurança à Promotora de Justiça Maria Teresa Pestana, da 04ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís-MA, durante realização de audiência, conforme necessidade exposta no PA 5585/2017;

- Segurança aproximada e escolta dos Promotores de Justiça Corregedores, durante realização das atividades na região Tocantina, conforme necessidade no memorando 1522017-GCGMP;
- Reforço da Segurança Institucional das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, durante o expediente funcional;
- Apoio de segurança à Procuradora de Justiça Ouvidora Dra. Rita De Cássia, em razão da necessidade exposta no Ofício-GAB/OUV-837/2017;
- Remanejamento, manutenção e configuração de câmeras de segurança nas unidades ministeriais em processo de inauguração e reforma;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça da comarca de São João Batista - MA;
- Apoio de Segurança Institucional Promotor de Justiça Francisco Fernando da Comarca de Timon- MA, durante a participação de Evento em Timon-MA;
- Escolta e Segurança aproximada do Procurador Geral de Justiça em eventos e atividades institucionais;
- Apoio de segurança à Promotora de Justiça de Dom Pedro-MA, durante a realização de audiência do Tribunal do Júri;

Ao todo, até a presente data, foram cumpridas **170** Ordens de Missões, conforme atividades supracitadas. Além dessas atividades, a Seção de Segurança Institucional também participou dos seguintes eventos:

- Reunião do Comitê de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF, destinada à implementação de medidas de segurança institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro;
- Capacitação de membros e servidores na área de Segurança Institucional, destacando-se a participação nos seguintes eventos:
- Entre os dias 21 a 23 de junho foi realizado o ***I Seminário de Inteligência e Segurança Institucional -MPMA***, tendo como público alvo os Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público do Maranhão. Com o objetivo de promover a cultura de segurança no âmbito da instituição e possibilitar aos participantes a compreensão da importância da atuação individual, para a eficácia das ações, foram abordados temas relevantes, a saber: ***A Atividade de Segurança Institucional e sua importância para o Ministério Público; Técnicas de Entrevista e Análise de Veracidade; e Atividade de Risco e a Atuação da Segurança Institucional.***



Dr. em Ciências Militares, Camel Farah proferiu a palestra sobre segurança institucional



Membros do MPMA participaram de palestra sobre segurança institucional

- Tendo em vista a Resolução 156 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e o Ato Regulamentar nº 07/2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios sede do Ministério Público do Estado do Maranhão, foram realizadas palestras com orientações de Segurança Institucional em Promotorias de Justiça de Imperatriz, Estreito, Governador Nunes Freire, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Timon e Carolina.
- Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, entre as quais se destaca:
 - Treinamentos do Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, bem como o de Controle de Acesso na nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde são realizadas a identificação, cadastro e inspeção de segurança;
 - Entrega de detectores de metais portáteis e treinamento aos profissionais de segurança das unidades ministeriais, sendo abordados aspectos do cumprimento do ato regulamentar nº 07/2016;
 - Fiscalização e aditivo de prazo no contrato de prestação de serviços de aluguel de rádios transceptores para melhoria e eficiência da comunicação nas operações e serviços de segurança institucional;
 - Fiscalização e aditivo de prazo no contrato de empresa de vigilância armada para unidades ministeriais na capital;
 - Aumento no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, sendo incorporados 17 (dezesete) Policiais Militares no referido setor, totalizando 48 policiais, sendo contempladas 41 unidades ministeriais;

Tabela 104- Efetivo de Policiais

Quantitativo	2016	2017
<i>Policiais Ativa</i>	25	25
<i>Policiais da Reserva</i>	31	48
<i>Detectores de Metais</i>	-	40

Fonte: CAEI/PGJ, 2017.

- Em 2017, com a ativação efetiva da Central de Videomonitoramento e Alarmes da PGJ, foi possível desenvolvidas algumas ações preventivas na segurança de áreas, instalações e informações, como acompanhamento aos procedimentos de segurança adotados pelos profissionais de recepção e segurança nas unidades, por meio do monitoramento eletrônico, através da Central de Videomonitoramento e Alarmes da PGJ.
- Tais ações, permitiram a atualização de procedimentos a serem adotados, assim como nortearam as orientações a serem repassadas aos profissionais de recepção e portaria, assim como aos servidores e membros do Ministério Público.
- Foram realizadas 288 vistorias remotas no sistema de videomonitoramento em 94 promotorias de justiça, e 238 intervenções remotas no sistema de alarme em 94 Unidades Ministeriais.
- Várias ações corretivas foram realizadas, a exemplo das manutenções, configurações, instalações e remanejamentos dos sistemas de CFTV e ALARMES, quando das mudanças de prédio. Sendo realizadas 123 intervenções em 73 municípios, o que, comparado ao exercício anterior, tivemos um aumento significativo, pois em 2016 foram realizadas 67 intervenções técnicas.
- Treinamento e capacitação aos servidores que operam o Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, bem como o de Controle de Acesso na nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde são realizadas a identificação, cadastro e inspeção de segurança;
- Entrega e treinamento aos profissionais de segurança, quanto aos procedimentos de inspeção e o uso do detector de metal portátil em unidades ministeriais que já possuem profissionais de segurança;
- Melhorias na legislação relativa à Segurança Institucional, com a elaboração de propostas de regulamentação referente ao ingresso de Bombeiros Militares no Gabinete de Segurança Institucional-PGJ, atualização da Política de Segurança Institucional do MPMA em conformidade à Política Nacional de Segurança Institucional (Resolução nº 156/2016-CNMP), bem como a criação de um Comitê de Segurança Institucional no âmbito do MPMA.

7.11 Comissão Permanente de Licitação (CPL)

As licitações realizadas contemplaram a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2017:

Tabela 105 – Licitações Realizadas no ano de 2017

MODALIDADES	2017
<i>Pregão Eletrônico</i>	52
<i>Tomada de Preços</i>	10
<i>Concorrência</i>	5
<i>Dispensa de Licitação</i>	11
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	37
<i>Adesão a Ata de Registro de Preços</i>	11
Total	126

Fonte: CPL/PGJ, 2017.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2017, foram concluídas **67 licitações**, nas modalidades *Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência*.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça, resultaram na formalização de **31 Contratos Administrativos e 79 Atas de Registros de Preços**.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2017 encontram-se relacionados na tabela abaixo:

Tabela 106 – Valores contratados por Licitações em 2017

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto - R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	52	135.441.510,35	92.979.285,39	42.462.224,96	31,35
Tomada de Preços	10	6.966.251,87	5.861.146,88	1.105.104,99	15,86
Concorrência	5	10.221.198,53	8.453.283,62	1.767.914,91	17,29
TOTAL	67	152.628.960,75	107.293.715,98	45.335.244,77	29,70

Fonte: CPL/PGJ, 2017.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 45.335.244,77**, o que equivale **29,70%** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2017.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2017 realizou **11** enquadramentos de contratações por *dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93)*, num total de R\$ 78.346,90, e **37** por *inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93)*, num total de R\$ 801.279,82 para compras e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda **11** contratações através de *adesão de licitações* realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de R\$ 4.001.590,02.

Tabela 107 – Valores contratados por Licitações em 2017

<i>Modalidade</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Valor Contratado</i>
<i>Pregão</i>	52	92.979.285,39
<i>Tomada de Preços</i>	10	5.861.146,88
<i>Concorrência</i>	5	8.453.283,62
<i>Dispensa</i>	11	78.346,90
<i>Inexigibilidade</i>	37	801.279,82
<i>Adesão a ARP</i>	11	4.001.590,02
TOTAL	126	112.174.934,63

Fonte: CPL/PGJ, 2017.

7.12 Chefia de Cerimonial

A Chefia de Cerimonial é o setor responsável por planejar, organizar, executar e assessorar os eventos do Ministério Público do Maranhão, além de acompanhar o chefe da instituição ou seu representante em eventos externos, quando solicitado pelo procurador-geral de justiça. Também é responsável por outras atividades burocráticas e, desde o ano de 2012, pela emissão de passagens aéreas.

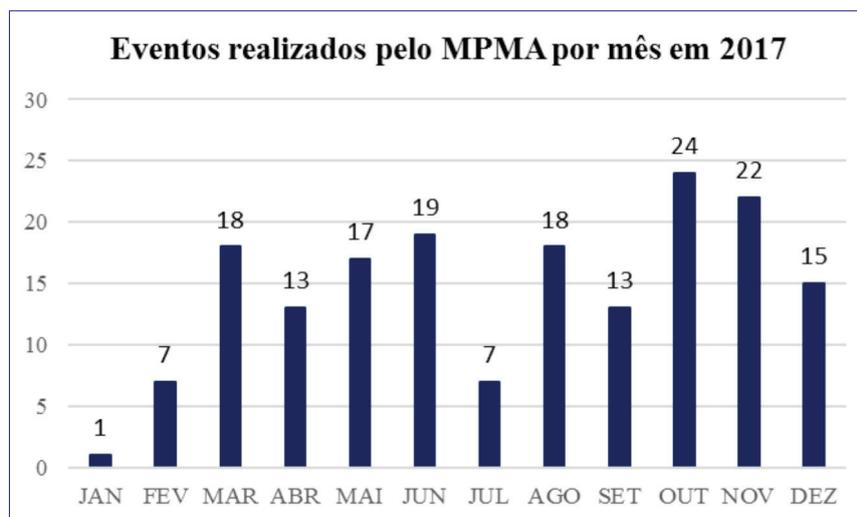
O setor tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do Parquet, tendo participação ativa nas ações estratégicas da Administração Superior - do planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados. Conta com o apoio da Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

a) Atividades realizadas pelo setor:

- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- Expedição de convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros para as cerimônias;
- Confecção de cartões de nominatas;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;

- Correspondência eletrônica;
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas;
- Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.

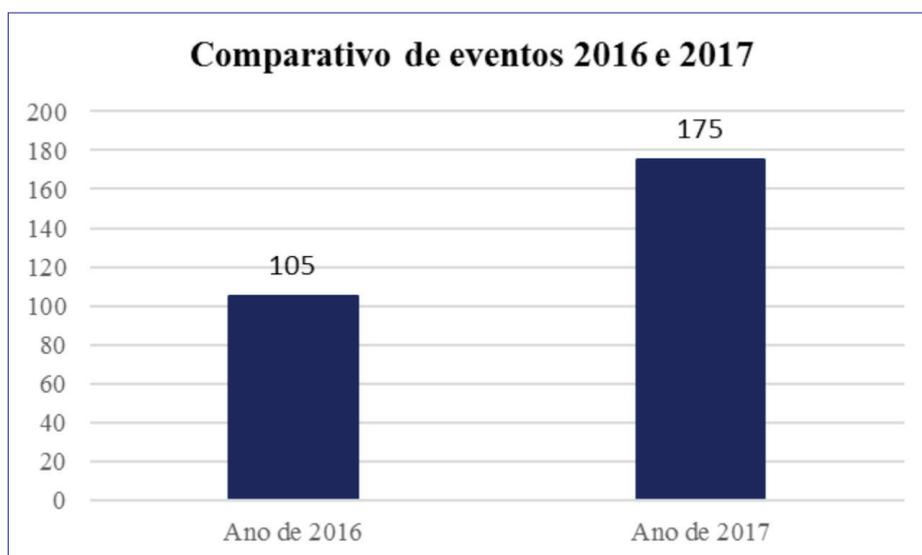
Gráfico 21 – Quantidade de Eventos realizados pelo MPMA em 2017



Fonte: Cerimonial/PGJ,2017.

O mês em que ocorreu menos eventos no Ministério Público do Maranhão foi o mês de janeiro o que se justifica pelo fato do mês corresponder ao período em que o orçamento público se encontra em análise e por isso não pode ser investido. Já o mês que mais ocorreu eventos foi o mês de outubro, reflexo da interdição do auditório da Procuradoria de Justiça no mês de setembro para obras, o que provocou o adiamento de muitos eventos para o mês seguinte.

Gráfico 22 –Eventos realizados pelo MPMA entre 2016 e 2017



Fonte: Cerimonial/PGJ, 2017.

Entre o ano de 2016 e o ano de 2017 observamos um crescimento de aproximadamente 65% no número de eventos organizados pelo Ministério Público do Maranhão. O aumento no número de eventos pode ser justificado por diversas iniciativas institucionais, dentre estas podemos destacar: realização pioneira dos Encontros Regionais (EREGs), projeto “Ler, escrever e pensar” e seminários realizados pelos Centro de Apoio Operacionais (CAOPs).

• Eventos apoiados pelo Ministério Público em 2017

A maioria dos eventos apoiados pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2017 consistem em ações do Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Maranhão (MPMA), Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal (PRF). O maior número de convites para solenidades e, principalmente, o maior número de comparecimentos a estas solenidades corrobora com o protagonismo do Ministério Público Estadual no cenário maranhense e demonstra o reconhecimento da sociedade ao trabalho desempenhado pela Instituição.

b) Tipos de Eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão em 2017

Abaixo classificamos os eventos realizados ou que contaram com a participação do Ministério Público do Maranhão nas categorias descritas a seguir:

Tabela 108 – Descrição dos tipos dos eventos realizados pelo MPMA em 2017

CATEGORIA	QUANTIDADE
<i>Ação Social</i>	0
<i>Encontros Regionais de Estratégia e Gestão (EREGs)</i>	10
<i>Eventos Dialogais (Palestras, Seminários, Simpósios, etc.)</i>	28
<i>Lançamento de Livros</i>	2
<i>Premiações e Homenagens</i>	3
<i>Campanhas e Projetos</i>	59
<i>Concursos e Seleções</i>	7
<i>Eventos em vias públicas (Caminhada, Corrida, Pedalada, etc.)</i>	4
<i>Eleição</i>	4
<i>Posse</i>	6
<i>Vitaliciamento</i>	1
<i>Reunião</i>	24
<i>Pedra Fundamental</i>	0
<i>Inaugurações</i>	8
<i>Eventos Fúnebres (Velórios e Missa de 7º dia)</i>	2
<i>Audiência Pública</i>	8
<i>Visitas Guiadas</i>	1
<i>Acompanhamentos externos</i>	26
<i>Programa de Qualidade de Vida</i>	12
<i>Comemorações</i>	9
<i>Capacitações (Cursos, Oficinas, etc.)</i>	14

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2017.

Os principais tipos de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão consistem em “Projetos e Campanhas”, “Eventos Dialogais” e “Reuniões”. É importante destacar, que enquanto a categoria “Projetos e Campanhas” são majoritariamente realizados nos municípios do continente do Maranhão, as categorias “Eventos Dialogais” e “Reuniões” são comumente realizadas na sede da Procuradoria de Justiça em São Luís.

c) Passagens aéreas emitidas pelo MP em 2017

A Chefia do Cerimonial é responsável pela emissão, remarcações, cancelamentos, e, ainda, o processo de efetuação dos pagamentos de faturas das passagens aéreas, devidamente atestadas. Tem ainda a responsabilidade de cadastrar no portal da transparência as despesas com passagens aéreas.

Tabela 109 – Passagens aéreas emitidas pelo MPMA em 2017

PASSAGENS AÉREAS 2017						
Mês	Bilhetes Emitidos			Total	Nº Faturas	Valor
	Membros	Servidores	Outros	Mensal		Mensal (R\$)
<i>Janeiro</i>	10	3	0	13	172337	12.805,57
<i>Fevereiro</i>	11	5	2	18	172571	16.274,01
<i>Março</i>	54	39	2	95	173204	82.568,53
<i>Abril</i>	11	10	2	23	174005	21.546,99
<i>Maio</i>	35	21	16	72	174883	64.824,89
<i>Junho</i>	36	7	5	48	175744	51.030,99
<i>Julho</i>	49	10	2	61	176970	79.669,23
<i>Agosto</i>	50	17	2	69	177617	68.686,29
<i>Setembro</i>	35	12	10	57	178361/178362	72.073,51
<i>Outubro</i>	37	5	8	50	179476	63.532,41
<i>Outubro/Novembro</i>	60	34	11	105	180657/181375	105.426,38
<i>Dezembro</i>	4	2	1	7	180999	4.360,95
TOTAL ANUAL BILHETES	392	165	61	618	VALOR TOTAL	642.799,75
Valor investido em Capacitação (DESEMP)						337.284,66
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)						305.515,09

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2017.

Tabela 110 – Total de passagens aéreas emitidas pelo MPMA em 2017

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS	
<i>Passagens em 2016</i>	455
<i>Passagens em 2017</i>	618
<i>Diferença/Percentual</i>	163 = 35,82% > 2016
Total Geral de Passagens em 2017	618

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2017.

No ano de 2017 a Chefia de Cerimonial emitiu 618 bilhetes, registrando um aumento de 35,82% em relação ao ano anterior (2016). Essa crescente demanda está diretamente relacionada ao aumento da quantidade de eventos promovidos pelo Ministério Público do Maranhão, e, ou, em parceria com outras instituições. Eventos esses que foram realizados tanto na sede da Procuraria Geral de Justiça, quanto no interior do estado.



**PROGRAMA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL DO MPMA**



8 PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA

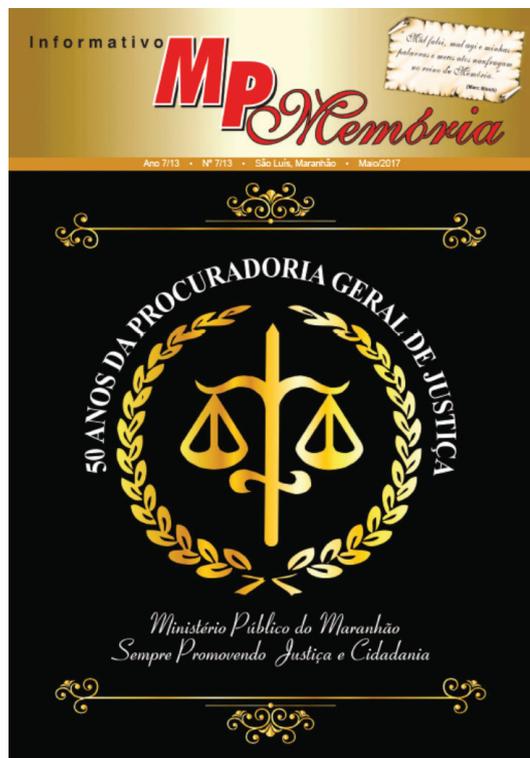
O Programa *Memória Institucional* do Ministério Público do Estado do Maranhão foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas:

- O Memorial do Ministério Público Estadual;
- O Concurso Celso Magalhães de Monografia;
- O Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá;
- A Política de Conservação e Preservação da Documentação.

O Memorial do MPMA está funcionando desde sua reinauguração, em 9 de agosto de 2013, na Rua Newton Prado, nº 53 (Montanha Russa), Centro.

Durante o exercício de 2017, a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional*, coordenada pelo Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ, da Secretaria para Assuntos Institucionais e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca na secretaria das atividades e relatoria das reuniões da Comissão Gestora, efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial, além da continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao Parquet maranhense, tais como:

- Indicação de membros para o Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (COPLANAME);
- Exposição de motivos sobre a Resolução nº 158/2017-CNMP, que institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME;
- Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Memória Institucional do MPMA, de autoria do escritor e Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, Coordenador da Comissão Gestora;
- Concepção e Organização do “*Informativo MP Memória – 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça*”, com artigos, entrevistas, registro de movimentação na carreira ministerial, de publicações e eventos marcantes relativos ao Programa Memória;
- Revisão e correção de sete (07) Livros de Registros de Assentamento de Promotores Públicos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão - setor de códices e Coordenação das atividades dos estagiários de História relativa à transcrição de seis (06) Livros de Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com autoridades durante o período de 1831 a 1859;
- Pesquisa no setor de jornais e obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite previamente à comemoração do Cinquentenário da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
- Elaboração do *Protocolo para a História Oral* do Ministério Público do Maranhão e ulterior análise de DVD’s referentes à “História Oral da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais”;
- Pesquisa realizada nos Boletins Informativos da Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça (1980 a 1995) e nos Dossiês Funcionais de cinco membros ativos e três inativos, com posterior realização de contatos telefônicos para agendamento de entrevistas para a *História Oral* do MPMA com Dr. Roque Pires Macatrão, Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva e Dr. Reinaldo Campos Castro;
- Participações do Memorial do MP em eventos, tais como: “15ª Semana de Museus. Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus”, de 15 a 21 de maio de 2017”; “VIII Encontro Nacional de Memoriais dos Ministérios Públicos Estaduais” realizado nos dias 27 e 28 de julho de 2017 em São



Paulo/SP e “11ª Semana da Primavera dos Museus” - tema: “Museus e suas Memórias”, evento realizado de 18 a 23 de setembro de 2017;

- Organização da Coleção da *Revista LEX* (Coletânea de Legislação e Jurisprudência - Legislação Federal e Marginália) que passou a fazer parte do acervo do Memorial, após doação realizada pela Biblioteca da PGJMA Arcelina Mochel;
 - Visita ao Memorial do MP do Ministro do Superior Tribunal Militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz, do presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público Olavo Monteiro Mascarenhas acompanhado Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho e pelo Promotor de Justiça, Dr. Washington Cantanhede
 - Iniciativa e implementação do Projeto “*A Escola no Memorial do MPMA*”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio ao Memorial do MPMA, onde se encontram documentos, galerias, símbolos e demais objetos que evocam a história do *Parquet* Maranhense, estimulando o desenvolvimento cultural, a promoção da cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes:
 - Colégio Raio de Sol: participação de 28 alunos;
 - Colégio Batista Daniel de La Touche: participação de 25 alunos;
 - Colégio CINTRA: participação de 25 alunos;
 - Centro de Ensino Rubem Almeida: participação de 29 alunos;
- Centro de Ensino do Estado do Amazonas: participação de 24 alunos.



Visita ao Memorial do MP do Ministro do Superior Tribunal Militar, Péricles Aurélio Lima de Queiroz

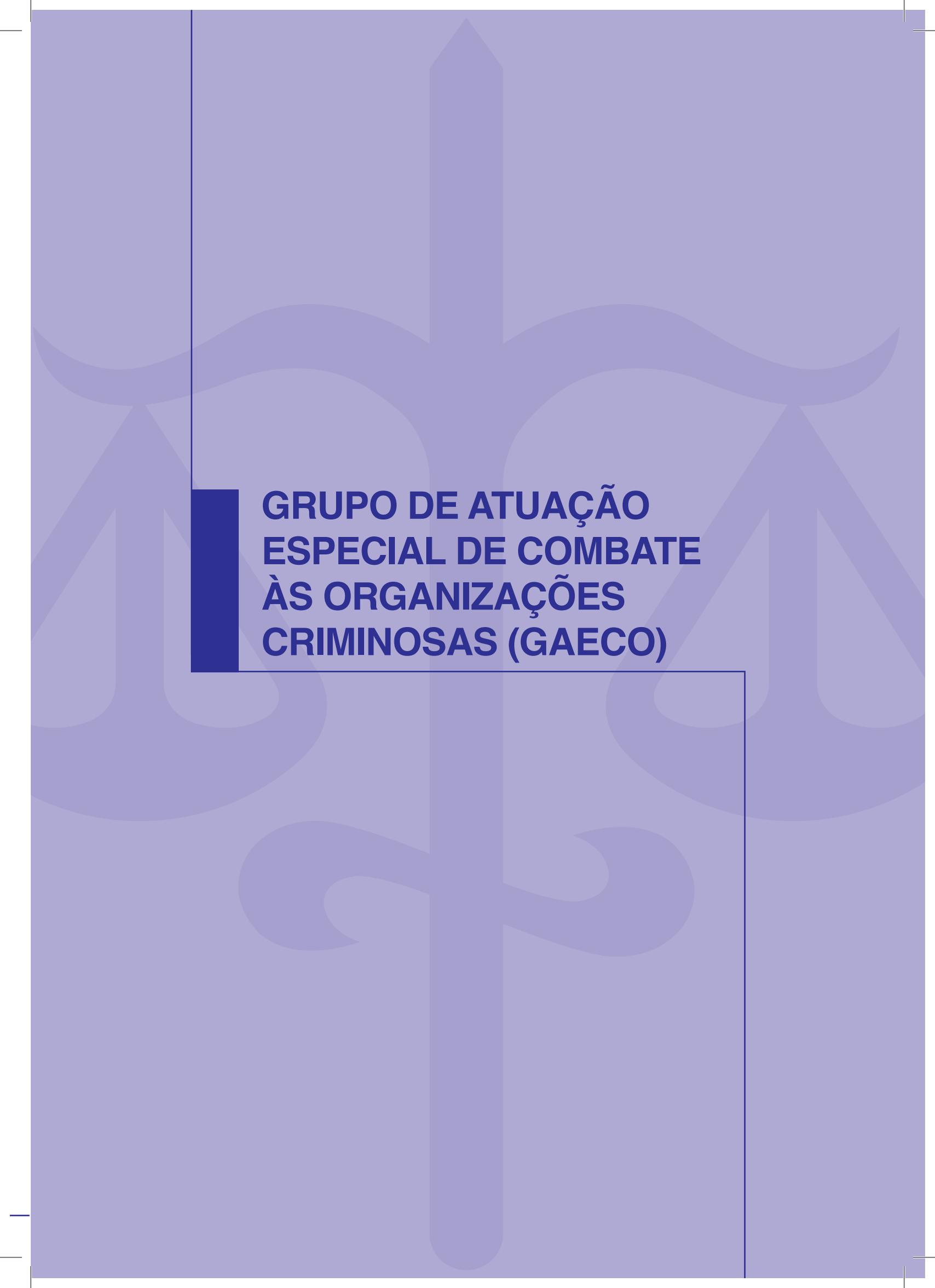
A estatística anual do Memorial contabilizou o total de 289 visitantes, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.



Alunos assistiram palestra sobre Ato Infracional



Estudantes do município de Itapecuru Mirim visitaram o Memorial do MP



**GRUPO DE ATUAÇÃO
ESPECIAL DE COMBATE
ÀS ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS (GAECO)**



9 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GAECO)

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (GAECO) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão para a prevenção e repressão ao crime organizado. É composto por no mínimo três membros subordinados ao Procurador-Geral de Justiça, que atuarão em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. Também lhe incumbe a atividade de inteligência e segurança institucional no âmbito ministerial.

Destaque-se que no ano de 2017, foram investigados cerca de **439 milhões de reais** em razão de diversas investigações deflagradas.

Outras atividades realizadas pelo GAECO em 2017:

Tabela 111: Outras atividades administrativas realizadas em 2017

<i>Atividade</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Reuniões do GNCOG</i>	3
<i>Curso sobre Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro</i>	6
<i>Participação nos EREG's</i>	6
<i>Portarias de Auxílio a Promotores de Justiça</i>	16
<i>Audiência de investigação</i>	83
<i>Visitas técnicas (MPM/MPDFT)</i>	2
<i>Investigações em andamento até dez/16</i>	35
<i>Colaborações premiadas</i>	2
<i>Cautelares propostas - quebra de sigilo bancário, fiscal e interceptação telefônica.</i>	18
<i>Cursos ministrados</i>	6

Fonte: GAECO/PGJ, 2017.

Tabela 112: Reuniões externas realizadas pelo GAECO em 2017

<i>Realização de Reuniões Externas</i>	<i>Quantidade</i>
<i>TCE/MP Contas</i>	11
<i>SEFAZ/MA</i>	15
<i>SSP/MA</i>	18
<i>CGU</i>	12
<i>ICRIM</i>	22
<i>Vara da ORCRIM</i>	14
<i>GAECO Imperatriz</i>	2
<i>GAECO Timon</i>	3

Fonte: GAECO/PGJ, 2017.





**GABINETE DE MEDIAÇÃO
COMUNITÁRIA (GABMC)**



10 GABINETE DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (GABMC)

O Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) foi criado na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça por meio da Resolução nº 28/ 2015, do egrégio Colégio de Procuradores, como órgão gestor do Programa de Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no Âmbito do Ministério Público Estadual. Para tanto, o GABMC decidiu por uma gestão participativa, com foco em resultados, a partir das demandas dos usuários das ações.

O ano de 2017 constituiu-se de uma etapa preliminar à implementação do programa supracitado. A construção do Plano Tático do GABMC (2017-2021), inspirado no planejamento estratégico institucional (2017-2021), norteou as ações executadas, possibilitando a identificação de parcerias para adesão do programa e, em especial, para a formação de mediadores comunitários voluntários.

Em julho de 2017, a partir das experiências e lições aprendidas, a equipe do GABMC elaborou o segundo plano de ação (julho e agosto/2017) e, com o apoio técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão, construiu a primeira versão do Plano Tático Operacional do GABMC (2017 – 2021).

No mês de setembro de 2017, elaborou-se um plano de ação quadrimestral, com macroações definidas por projetos.

As ações do GABMC foram planejadas levando-se em consideração os princípios da intersetorialidade, transversalidade, parceria e descentralização. Neste sentido, considerou-se:

- Intersetorialidade – articulação do GABMC com instituições governamentais (municipais, estaduais e federais), empresariais e com a sociedade civil, respeitando-se as vocações e características de cada integrante para o alcance de objetivos comuns.
- Transversalidade – se constitui a partir da incorporação dos valores de equidade às iniciativas do GABMC, por meio da vinculação das ações de garantia de direitos a todas as áreas da política pública, com ênfase nas questões sociais e para garantir a melhoria das condições de vida das comunidades.
- Parceria – significa a busca de completude entre duas ou mais organizações que livremente aceitem compartilhar saberes e experiências e desenvolver ações conjuntas, da concepção a avaliação, com objetivos comuns.
- Descentralização – significa o fortalecimento de iniciativas junto ao Poder Executivo estadual e municipal, de modo que o GABMC realize ações de articulação com os diversos setores da sociedade, com foco na promoção da cultura de paz.

Com base nos relatórios e notas técnicas produzidas no GABMC, registrou-se um avanço na consolidação da mediação comunitária enquanto política pública no Maranhão, no âmbito do Ministério Público, uma vez que o desenho de gestão construído demandou:

- Reconfiguração dos programas/ações;
- Ampliação das redes de parcerias;
- Revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos;
- Formação dos recursos humanos;
- Fomento a produção do conhecimento;
- Introdução do planejamento, monitoramento e avaliação.

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da Escola Superior do Ministério Público, em parceria com o Gabinete de Mediação, investiu os recursos necessários para a realização do Curso de Formação em Mediação Comunitária, ministrado pelo professor e mediador Juan Carlos Vezzulla, cuja experiência na área é internacionalmente reconhecida. O evento, com carga horária de sessenta horas, realizado no período de 16 a 28 de outubro de 2017, possibilitou a formação teórica de vinte e cinco pretensos mediadores: 13 comunitários, 2 promotores de justiça, 7 servidores e 3 convidados.

Em dezembro, por ocasião da última reunião setorial, decidiu-se pela alteração do Plano Tático Operacional, com desmembramento do Projeto Nº 2, para contemplação e mensuração das ações de educação em direitos humanos e animação de redes em eixos distintos.

Quadro 16 – Parceiros do Gabinete de Mediação Comunitária (2017).

Parceiros Institucionais	
Lideranças Comunitárias representantes de grupos religiosos ou sociais.	Grupos Pastorais da Igreja São Paulo
	Grupos Pastorais de Igreja Nossa Senhora de Fátima
	Igreja Batista Elohim
	Grupo de Idosos da USC Divineia
Setores Públicos	Centro de Referência da Assistência Social do Turu (CRAS-TURU).
	Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública (SAISP ÁREA NORTE).
	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihipop), por meio da Coordenadoria do Programa Pacto pela Paz.
	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Nupemec/TJMA).
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio da Coordenadoria do Curso de Direito.
	Unidade de Segurança Comunitária da Divineia/Vila Luizão.
	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).
Sociedade Civil	União de Moradores do Bairro Sol e Mar.
	Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem no Maranhão (CBMAE/MA).
	Instituto de Cidadania Empresarial (ICE).
Organizações Internacionais	Unicef (Escritório do Maranhão).
	Instituto Internacional <i>Terre des Hommes</i> .

Fonte: Notas Técnicas do Gabinete de Mediação Comunitária.

Tabela 113 – Eventos de Formação (2017).

Evento	Temática	Data	Local	Total de Participantes
<i>Encontro Mediação Comunitária e Protagonismo Social</i>	Protagonismo Social	30/08/2017	UNIMAR	17
<i>Encontro Mediação Comunitária e Protagonismo Social</i>	Atuação do Mediador Comunitário	31/08/2017	UNIMAR	11
<i>Diálogos sobre o cotidiano da vida social – Prevenção ao suicídio: reconhecendo os sinais.</i>	Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio.	27/09/2017	UNIMAR	20
<i>Diálogos sobre o cotidiano da vida social: diversidade e violência.</i>	Diversidade sexual e política pública.	28/09/2017	UNIMAR	15
<i>Curso de Formação em Mediação Comunitária. Professor Juan Carlos Vezzulla. 60h/a.</i>	Mediação Comunitária.	16 a 28/10/2017	USC Divineia	25
<i>Oficina sobre Educação em Direitos Humanos.</i>	Práticas restaurativas e educação para a Paz.	28/11/2017	UNIMAR	15
<i>Atividade de convivência: Fortalecendo Vínculos.</i>	Protagonismo. Confraternização Natalina.	12/12/2017	UNIMAR	16

Fonte: Notas Técnicas do Gabinete de Mediação Comunitária

Tabela 114 – Categorias de Participantes do Curso de Formação em Mediação Comunitária (2017).

Quantidade	Categoria
8	Lideranças comunitárias que atuaram no Núcleo de Mediação Comunitária Sol e Mar (2013 e 2014), capacitadas pelo Ministério Público e cadastradas junto ao Gabinete de Mediação Comunitária
2	Profissionais lotados em órgãos de atuação em políticas públicas nas áreas de abrangência dos núcleos comunitários
2	Promotores de Justiça
7	Servidores do Ministério Público do Estado
1	Convidado
25	Total

Fonte: Notas Técnicas do Gabinete de Mediação Comunitária



The background features a large, faint, light purple watermark of a scale of justice and a sword. The scale is positioned on the left, and the sword is on the right, both rendered in a stylized, minimalist manner. The overall color palette is a range of purple and blue tones.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA
COMUNITÁRIA ITINERANTE**



11 PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE

O Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça Itinerante realiza atendimento direto nas comunidades de São Luís, ouvindo os moradores e suas lideranças, realizando visitas e vistorias, num autêntico processo de imersão social, através do qual tem a exata dimensão dos problemas apresentados e de seus reflexos no dia-a-dia da comunidade. Após conhecer a realidade, a Promotoria inicia os entendimentos com os gestores responsáveis pelos serviços solicitados, na busca de soluções negociadas e da efetiva prestação de serviços no menor espaço de tempo, de forma desburocratizada.

Locais de instalação em 2017

No ano de 2017, a Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante foi instalada nos bairros da Vila Embratel e Liberdade, e bairros adjacentes. Na Vila Embratel, a instalação aconteceu após solicitação pela Federação das Entidades da Área Itaqui-Bacanga (FEIBA) e na Liberdade, pela *Associação Desportiva, Cultural, Recreativa e Social da Liberdade* (ADECRES).

No bairro da Vila Embratel, a Promotoria Comunitária Itinerante foi instalada na unidade móvel, no período de 09.01 a 23.03.17, na *Praça das Sete Palmeiras* (Vila Embratel), atendendo demandas dos bairros *Sá Viana, Piancó, Jambeiro, Vila Embratel, Riacho Doce, São Benedito, Res. Paraíso, Res. Aquiles (ou Parque das Palmeiras), Res. Resende e Gapara*. No bairro da Liberdade, o atendimento aos moradores foi realizado, inicialmente na *Praça do Viva Liberdade* (a partir de 21/08) e depois no estacionamento do Mercado da Liberdade (de 19/09 a 14/11), e as comunidades atendidas foram: *Liberdade, Fé em Deus, Conjunto Promorar, Camboa e Floresta*.

Durante a instalação da Promotoria Itinerante as lideranças comunitárias foram instadas, em reuniões setoriais, a identificar as principais demandas coletivas que deveriam ser trabalhadas. Com base nessas demandas foram realizadas visitas nessas comunidades para conhecer a infraestrutura da região e os principais problemas vivenciados pelos moradores, fazendo inclusive os devidos registros fotográficos.

Os participantes das duas áreas relataram como principais demandas coletivas os problemas relativos a *trânsito e transporte público; esgotamento sanitário; abastecimento de água; esporte e lazer; educação; saúde; infraestrutura de ruas; segurança pública e urbanismo e paisagismo*. A partir desse diagnóstico foram iniciados o diálogo e a negociação direta com os gestores responsáveis pelos serviços reclamados

Atendimento Individual

Durante o atendimento aos moradores da Vila Embratel, além das questões coletivas, foram realizados **30** atendimentos sobre questões de interesse individual, que resultaram em orientações jurídicas e encaminhamentos para resolução direta junto a outros órgãos, ou através de assistência judiciária nos casos que a solução dependia do ajuizamento de ações. Destas, a maioria dos casos era na área de família (pensão alimentícia, reconhecimento de união estável e de paternidade). No total foram registrados **84** atendimentos que geraram **88** reclamações, com a maior incidência (**58**) sobre questões de interesse coletivo, foco da atuação desta Promotoria.

No bairro da Liberdade e adjacentes foram registrados **82** atendimentos que geraram **89** reclamações. Além das questões coletivas (**35**), foco da atuação da Promotoria Itinerante, foram recebidas também **54** demandas de interesse individual, a maioria destas sobre *pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade e emissão/retificação de registro de nascimento*, que resultaram em orientações jurídicas, celebração de acordos (*SIMP n°s 27931-500/2017 e 028779-500/2017*) ou encaminhamentos para assistência judiciária (quando a solução dependia do ajuizamento de ações).

O atendimento direto nas comunidades é a forma que mais aproxima o Ministério Público da população, gerando maior confiança na instituição. O morador se sente respeitado e valorizado como cidadão de direitos, além de propiciar o conhecimento de fatos que dificilmente chegariam ao nosso conhecimento. É o caso do possível desvio de finalidade de um bem público localizado na Liberdade.

A Promotoria representa cada vez mais um canal que amplifica a voz dos cidadãos e defende seus direitos, buscando promover a efetiva participação popular e o acesso aos serviços públicos e de Justiça, num autêntico exercício da cidadania.





**DIRETORIA DAS
PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA DA CAPITAL**



12 DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Destaque das atividades realizadas durante o mandato do Dr. Ednarg Fernandes Marques (Janeiro a 20 de Junho de 2017):

- Implantação do Núcleo de Serviço de Triagem, com cerimônia de assinatura do Ato Regulamentar nº 90/2017 – GPGJ pelo Procurador-Geral de Justiça, no dia 03 de março de 2017, na Sala de Reunião destas Promotorias da Capital;
- Campanha de vacinação contra Gripe e Hepatite B;
- Acompanhamento das obras de reforma do novo prédio das Promotorias e divulgação do andamento através de ofício circular;
- Encaminhamento de expediente à Administração Superior, após realização de reuniões com os Promotores de Justiça, visando propor sugestões a serem analisadas acerca do projeto que altera, modifica e extingue atribuições das Promotorias de Justiça da Capital;

Destaque das atividades realizadas durante o mandato do Dr. Paulo Silvestre Avelar Silva (21 de Junho a Dezembro de 2017):

- Reestruturação física da Recepção e do Refeitório deste prédio das Promotorias de Justiça;
- Campanha de vacinação contra Gripe e Hepatite B;
- Digitalização de documentos oriundos do Plantão Ministerial, sanando problema de acúmulo de papeis;
- Relotação de servidores e assessores provisoriamente em Promotorias de Justiça com grande demanda processual;
- Reestruturação física da Recepção do Núcleo da Execução Penal;
- Reorganização do sistema de vigilância do prédio das Promotorias da Capital, em conjunto com o GAECO;
- Reestruturação da Sala de Reunião das Promotorias da Capital;
- Estruturação de sala para oitiva de menores nas dependências das Promotorias de Infância e Juventude na Rua das Cajazeiras;
- Acompanhamento das obras do novo prédio das Promotorias de Justiça da Capital.

a) Setor de Protocolo

Tabela 115 - Movimentação Processual da Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital

SIMP (incluídos PJE):	Quantidade
<i>Processos Distribuídos</i>	23.878
<i>Processos Registrados</i>	22.391
<i>Processos encaminhados a Órgãos Externos</i>	5.703
<i>Processos encaminhados a Órgãos Internos</i>	17.267
<i>Processos Retorno Externo</i>	14.972
<i>Redistribuição</i>	3.475
<i>Autuação</i>	1.462
TOTAL	89.148

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

b) Setor de Execução de Mandados / Devolução de Processos

Tabela 116 - Processos encaminhados ao Fórum Des. Sarney Costa

Devolução de Processos	
Mês	Quantidade
<i>Janeiro</i>	2.119
<i>Fevereiro</i>	2.770
<i>Março</i>	3.634
<i>Abril</i>	2.688
<i>Mai</i>	3.978
<i>Junho</i>	3.556
<i>Julho</i>	3.016
<i>Agosto</i>	3.329
<i>Setembro</i>	3.128
<i>Outubro</i>	3.605
<i>Novembro</i>	3.073
<i>Dezembro</i>	2.660
Total	37.556

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

c) Núcleo de Serviço Psicossocial – NPS

Tabela 117 - Atividades Administrativas do Núcleo de Serviço Psicossocial

Descrição das Atividades	Quantidade
<i>Processos Recebidos</i>	525
<i>Processos Devolvidos à origem</i>	408
<i>Processos Pendentes em Dezembro de 2016</i>	886
<i>Visitas/Diligências</i>	511
<i>Convites de Comparecimento e Entrevistas no NSP</i>	28
<i>Atendimento ao Público em geral (Triagem)</i>	386
TOTAL	2.744

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

d) Núcleo da Assessoria Técnica - NAT

Tabela 118 - Movimentação Processual do NAT

Descrição	Quantidade
<i>Pareceres Técnicos</i>	22
<i>Ofícios</i>	28
<i>Cálculos Financeiros</i>	7
<i>Atendimentos e Consultas</i>	12
<i>Audiências Judiciais</i>	2
<i>Processos aguardando análise</i>	40
TOTAL	111

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

e) Núcleo de Serviço de Triagem

Tabela 119 - Movimentação Processual do NST

Descrição	Total
<i>Atendimento ao Público em geral</i>	892
<i>Encaminhamentos Internos</i>	451
<i>Encaminhamentos Externos</i>	42
<i>Orientações Gerais</i>	399
TOTAL	1.784

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

Obs.: O Núcleo de Serviço de Triagem começou a funcionar em março de 2017.

f) Posto Médico

Tabela 120 - atendimentos realizados

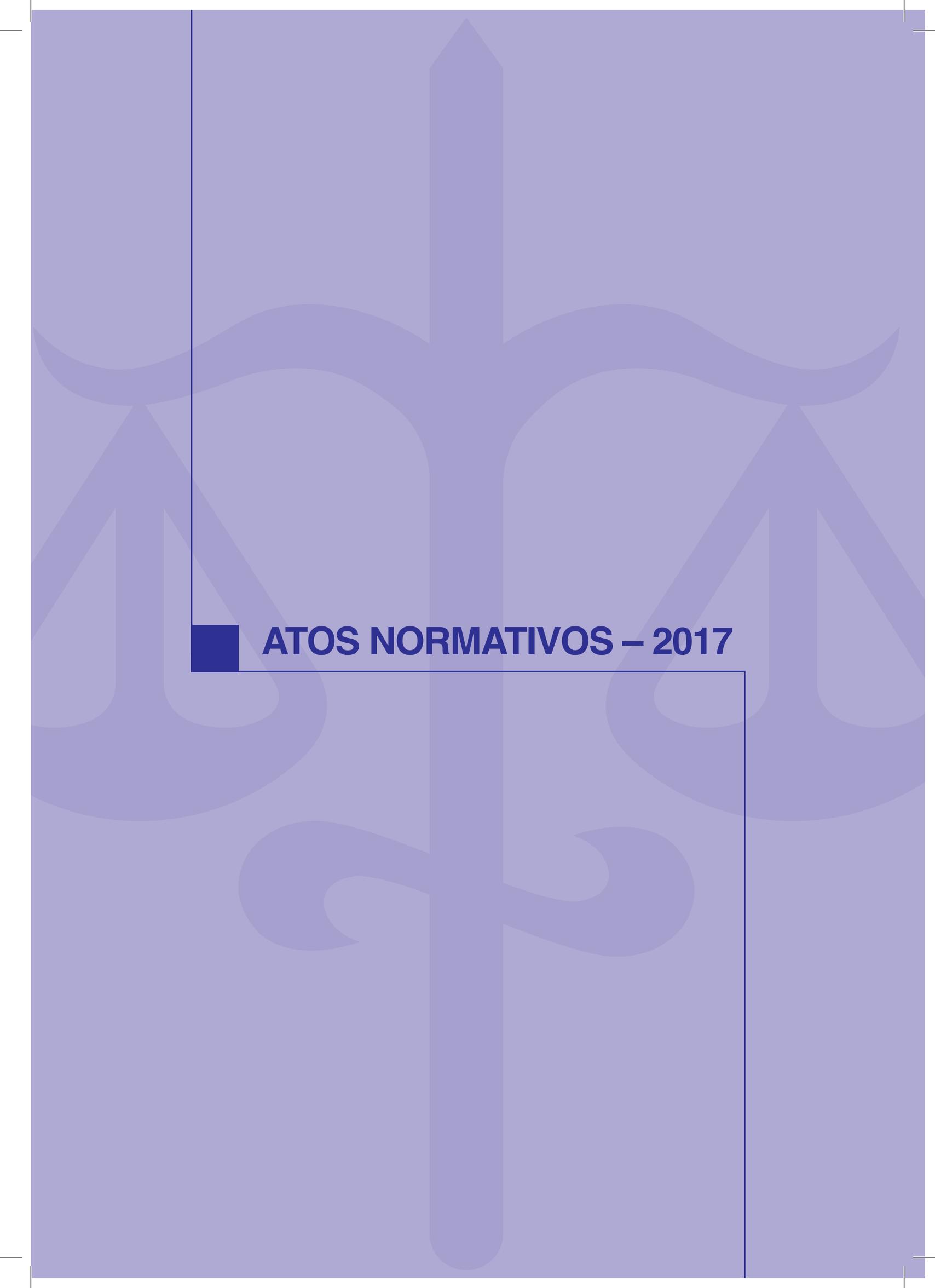
Descrição	Total
<i>Medicamentos Fornecidos</i>	100
<i>Aferição de Pressão Arterial</i>	150
<i>Aplicação de Injeções</i>	17
<i>Realização de Curativos</i>	19
<i>Vacinação em Geral: DT - 12; Febre Amarela - 19; Gripe (Influenza) - 22; Hepatite B - 15</i>	68

Fonte: Diretoria da Promocap, PGJ/2017.

g) Informática

Atendimentos (suporte à usuário, manutenção de equipamentos, configuração de hardware, gerenciamento de redes): 1784





■ ATOS NORMATIVOS – 2017



13 ATOS NORMATIVOS – 2017

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 190 (DOE 31/07/2017) - Altera a Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.

LEI COMPLEMENTAR Nº 195 (DOE 24/10/2017) - Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Remoção)

LEI COMPLEMENTAR Nº 202 (DOE 24/11/2017) - Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Institui o plano de assistência-social - auxílio-saúde)

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 10.566/2017 (DOE 17/03/2017) – Dispõe sobre a reposição de perdas Inflacionárias na remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2017, altera anexos da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências.

LEI Nº 10.675/2017 (DOE 15/09/2017) – Cria cargos do quadro de apoio técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando o anexo II da Lei Estadual nº 8.077/2004 e dá outras providências. (Cria 04 cargos de Assessor de Promotor de Justiça para entrância intermediária)

LEI Nº 10.750/2017 (DOE 19/12/2017) – Dispõe sobre a reposição de perdas inflacionárias na remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, altera anexos da Lei nº 8.077/2004 e outras providências.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 39/2017-CPMP (DJE 07/02/2017) - Disciplina a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, para o biênio 2017/2019.

RESOLUÇÃO Nº 40/2017-CPMP (DJE 14/03/2017) - Altera a redação do inciso VI, do artigo 6º, da Resolução nº 10/2009-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 41/2017-CPMP (DJE 19/04/2017) - Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nas audiências de custódia de presos e cria, na entrância final, quatro Promotorias de Justiça Criminais.

RESOLUÇÃO Nº 42/2017-CPMP (DJE 11/05/2017) - Enuncia a classificação das Promotorias de Justiça e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 43/2017-CPMP (DJE 05/09/2017) - Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2017/2019.

RESOLUÇÃO Nº 44/2017-CPMP (DJE 15/09/2017) - Altera a natureza jurídica do cargo de Promotor de Justiça antes vinculado à extinta 24ª Promotoria de Justiça Cível, procede mudança nas atribuições da 13ª Promotoria de Justiça Especializada, da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena, da 11ª Promotoria de Justiça Cível e da 17ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena, define os cargos de Promotor de Justiça para o ofício nas Promotorias de Justiça criadas pelo art. 3º da Resolução nº 41/2017 do CPMP, cria a 32ª Promotoria de Justiça Especializada/2ª PJIJCIV e estabelece o seu cargo.

RESOLUÇÃO Nº 45/2017-CPMP (DJE 15/09/2017) - Altera o artigo 2º, da Resolução nº 17/2011 -CPMP, que estabelece os critérios a serem obedecidos nos casos de remoção por permuta, entre os membros do Ministério Público, cumulativos àqueles dispostos no art. 85, § 2º, I e II, da Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991, e dá outras providências

RESOLUÇÃO Nº 46/2017-CPMP (DJE 16/10/2017) - Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tripartite para escolha do Ouvidor (a) do Ministério Público, para o biênio 2017/2019.

RESOLUÇÃO Nº 47/2017-CPMP (DJE 28/11/2017) - Redefine a divisão de atribuições no âmbito das Promotorias de Justiça de Santa Inês, Codó, Itapecuru-Mirim e Pedreiras, com alteração do artigo 6º da Resolução nº 02/2009 (nova redação ao inciso III e acréscimo do inciso IV).

RESOLUÇÃO Nº 48/2017-CPMP (DJE 15/02/2018) - Altera a resolução nº 05/2012-CPMP, de 2 de fevereiro de 2012, e redefine a divisão de atribuições no âmbito das Promotorias de Justiça de Balsas.

RESOLUÇÃO Nº 49/2017-CPMP (DJE 06/12/2017) - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público - Celso Magalhaes, instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/ 2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências

RESOLUÇÃO Nº 50/2017-CPMP (DJE 06/12/2017) - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 51/2017-CPMP (DJE 06/12/2017) - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências

RESOLUÇÃO Nº 52/2017-CPMP (DJE 20/12/2017) - Cria a 7ª Promotoria de Justiça de Açailândia e a 2ª Promotoria de Justiça de Buriticupu, com redefinição da divisão de atribuições entre os órgãos de execução das respectivas comarcas.

RESOLUÇÃO Nº 53/2017-CPMP (DJE 20/12/2017) - Transforma as 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça Cíveis em Promotorias de Justiça Especializadas do segmento funcional de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa, com reordenamento e redefinições pertinentes do Anexo III da Resolução nº 02/2009 - CPMP. (Atribuições das Promotorias da Capital)

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 01/2017-CSMP (DJE 30/01/2017) - Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público para integrarem a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, a que se refere o artigo 2º da Lei Federal nº. 11.372, de 28 de novembro de 2006, para os fins do inciso III do artigo 130-A, da Constituição da República, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 02/2017-CSMP (DJE 29/05/2017) - Disciplina a designação extraordinária de Promotor de Justiça, nos termos da alínea “g”, do inciso IX, do art. 10, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para auxiliar órgão de execução ministerial com volume processual e extraprocessual superior à sua capacidade operacional.

RESOLUÇÃO Nº 03/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 13 - CSMP, com a seguinte redação: “Ausente interesse material da União, de suas autarquias ou empresas públicas, caberá ao Ministério Público Estadual a tutela do patrimônio público e da prestação eficiente da política social voltada à efetivação dos direitos sociais pertinentes à saúde e à educação”. Embasamento: I) ACO 2370/ MA. Rel. Min. Roberto Barroso, j.em 26/02/2016. DJe nº 38, divulgado em 29/02/2016. II) Súmula 208/STJ. III) Enunciados 7,8, 14, 16, 20, 24 e 25 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

RESOLUÇÃO Nº 04/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 14 - CSMP, referente aos autos nº 514CS/2016, com a seguinte redação: “Em matéria de direitos sociais, como saúde e educação, o Ministério Público Estadual possui legitimidade para o ajuizamento de ação por ato de improbidade administrativa em caso de ocorrência de quaisquer das hipóteses de incidência descritas no art. 11 da Lei nº 8.429/92, bem como ação civil pública por danos morais coletivos, difusos ou sociais causados ao patrimônio público e social, com base no art. 1º c/c o inciso V da Lei nº 7.347/85”.

RESOLUÇÃO Nº 05/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 15 - CSMP, nos autos do processo 515CS/2016, com a seguinte redação: “As verbas da saúde e educação sujeitas à prestação de contas e análise por órgãos estaduais ou municipais estão submetidas à tutela do Ministério Público Estadual.” Embasamento: I) Súmula 209/STJ.

RESOLUÇÃO Nº 06/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 16 - CSMP, referente aos autos nº 516CS/2016, com a seguinte redação: “Nas hipóteses de aplicação, em tese, do art. 45, §§ 1º e 2º do CPC, descabe a atividade litisconsorcial, se já iniciada a intervenção de outro ramo do MP.”

RESOLUÇÃO Nº 07/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado n.º 17 - CSMP, referente aos autos n.º 517CS/2016, com a seguinte redação: “Ainda que presente interesse patrimonial da União, é concorrente a atribuição para a tutela da prestação dos serviços públicos voltados à efetivação de direitos sociais, tais como saúde e educação, sem prejuízo da atuação conjunta destas instituições (MPF/MPE) em sede de litisconsórcio (inteligência do art. 45, §§ 1º e 2º do CPC/2015).”

RESOLUÇÃO Nº 08/2017-CSMP (DJE 07/07/2017) - Art.1º - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 18 - CSMP, referente aos autos nº 512CS/2016, com a seguinte redação: “A revisão do declínio de atribuição ou de arquivamento incumbida ao CSMP poderá ser efetuada por decisão monocrática de um de seus membros (titular ou suplente) sempre que tiver por base entendimento já expresso em Enunciado ou orientação do colegiado”.

RESOLUÇÃO Nº 09/2017-CSMP (DJE 20/07/2017) - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 19 - CSMP, referente aos autos n.º 6880/2017, com a seguinte redação: “Não se aplica ao Procedimento Investigatório Criminal o art.9º-A da Resolução CNMP 23, acrescentado pela Resolução CNMP 29, eis que o dispositivo se refere apenas a Procedimentos Administrativos de natureza não-penal, descabendo submeter ao Eg.CSMP a declinação de atribuição em matéria criminal.

RESOLUÇÃO Nº 10/2017-CSMP (DJE 27/09/2017) - Aprovar por unanimidade o Enunciado nº 20 - CSMP, referente aos autos nº 7572/2017, com a seguinte redação: “A exegese do art. 81 da LC nº 13/91, autoriza a abertura de editais sucessivos de remoção (remoção de remoção) para cargos vagos na mesma entrância, respeitada a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, até o exaurimento de eventuais interessados para cada remoção, seguindo-se o edital de promoção.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ - MA Nº 01/2017 (DJE 26/07/2017) - Dispõe sobre a situação dos Promotores de Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais extintas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA Nº 02/2017 (DJE 05/12/2017) - Dispõe sobre a situação dos (as) Promotores (as) de Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais situadas no interior do Estado do Maranhão e que foram extintas.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2017-GPGJ/CGMP (DJE 15/03/2017) - Dispõe sobre alterações ao Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014 - GPGJ/CGMP publicado aos 17/06/2014 quanto ao procedimento de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02/2017-GPGJ/CGMP (DJE 22/12/2017) - Dispõe sobre a suspensão dos atos processuais no Ministério Público, nos quais é recomendável a presença de advogado, durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2017-GPGJ (DJE 01/02/2017) - Altera o artigo 3º do Ato Regulamentar nº 04/2016, que institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Programa de Saúde e Segurança Funcional - PSSF-MPMA, cria a Comissão de Saúde e Segurança de Trabalho - CSST - MPMA, regulamenta a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA - MPMA e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2017-GPGJ (DJE 18/01/2017) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2017 e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR 03/2017-GPGJ (DJE 25/01/2017) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91) e cria vagas de estágio não obrigatório, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2017-GPGJ (DJE 13/03/2017) - Altera o art. 2º e revoga o art. 3º do Ato Regulamentar nº 14, de 18 de abril de 2008, que estabelece o serviço ALERTA CONSTITUIÇÃO e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2017-GPJG (DJE 19/07/2017) - Estabelece normas para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2017-GPGJ (DJE 28/03/2017) - Regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e cria o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2017-GPGJ (DJE 06/03/2017)- Regulamenta as atividades da Assessoria Técnica, estabelece os Núcleos de Assessoria Técnica Regional (NATARs), fixa a lotação dos serviços psicossociais por parte de psicólogos e assistentes sociais em atividade na data de publicação deste Ato Regulamentar nas Diretorias das Promotorias de Justiça respectivas, determina a aplicação em Promotorias de Justiça em que lotados psicólogos e/ou assistentes sociais, no que couber, do Ato Regulamentar Nº 004/2006 - GPGJ (DOE 21.06.2006) e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2017-GPGJ (DJE 30/03/2017) - Institui o Comitê de Excelência da Informação do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2017-GPGJ (DJE 06/04/2017) - Regulamenta a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2017-GPGJ (DJE 22/05/2017) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91) e cria vagas de estágio não obrigatório, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2017-GPGJ (DJE 30/05/2017) - Aprova o Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate as Organizações Criminosas - GAECO do Ministério Público do Estado do Maranhão, e das outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2017-GPGJ (DJE 27/06/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 02/2017 para acrescentar a alínea “c” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2017 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2017-GPGJ (DJE 05/07/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 03/2013-GPGJ, de 15 de janeiro de 2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2017-GPGJ (DJE 21/06/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2017-GPGJ (DJE 10/08/2017) - Dispõe sobre o procedimento para a concessão de licença à saúde e licença à gestante no âmbito do Ministério Público do Maranhão. (Republicado)

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2017-GPGJ (DJE 18/07/2017) - Dispõe sobre a Lotação dos Cargos do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2017-GPGJ (DJE 25/07/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 06/2015-GPGJ, que dispõe sobre o concurso de remoção de servidores do Ministério Público do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2017-GPGJ (DJE 20/09/2017) - Promove a implementação da Resolução nº 158/2017-CNMP, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, naquilo que diz respeito à organização e ao funcionamento do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Resolução nº 04/2004-CPMP/MA.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2017-GPGJ (DJE 05/09/2017) - Aprova o Protocolo para a História Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2017-GPGJ (DJE 21/09/2017) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2017/2018.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2017-GPGJ (DJE 04/10/2017) - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 5/2014-GPGJ/CGMP, promovendo-lhe adequações na forma da Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. (Notícia de Fato)

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2017-GPGJ (DJE 27/09/2017) - Altera a composição da Comissão Julgadora do Prêmio MPMA de Jornalismo, prevista no Ato Regulamentar n.º 19/2016, que cria o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 26/2017-GPGJ (DJE 29/09/2017) - Dispõe sobre o fracionamento de férias dos membros do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 27/2017-GPGJ (DJE 10/10/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 02/2017 para acrescentar a alínea “e” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2017 e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2017-GPGJ (DJE29/12/2017) - Dispõe sobre a publicação das decisões prolatadas pelo Procurador-Geral de Justiça nos casos de não confirmação de arquivamento de Inquérito Policial ou de peças de informação, nos termos do artigo 28 do CPP ou do artigo 397 do CPPM.

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2017-GPGJ (DJE 19/10/2017) - Altera o Ato Regulamentar nº 02/2017 para acrescentar a alínea “f” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2017 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2017-GPGJ (DJE 30/10/2017) - Dispõe sobre as férias dos servidores do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 32/2017-GPGJ (DJE 24/11/2017) - Disciplina o rodízio dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2017 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 33/2017-GPGJ (DJE 13/12/2017) - Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991, que trata sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. (Auxílio-Saúde). Veja também a LC nº 202/2017.

ATO REGULAMENTAR Nº 34/2017-GPGJ (DJE 26/12/2017) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2018 e dá outras providências.

ATOS

ATO INTERINSTITUCIONAL CONJUNTO Nº 01/2017 (DJE 15/03/2017) - Institui a ação interinstitucional O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO: POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS OS MARANHENSES.

ATO Nº 89/2017-GPGJ (DJE 28/03/2017) - Cria o Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital e dá outras providências

ATO Nº 90/2017-GPGJ (DJE 28/03/2017) - Cria o Núcleo de Serviço de Triagem das Promotorias de Justiça da Capital e dá outras providências

ATO 124/2017-GPGJ (DJE 17/03/2017) - Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nas audiências de custódia na Comarca de Imperatriz

ATO Nº 138/2017 – GPGJ (DJE 06/ 06/2017) - Dispõe sobre a criação do prêmio “Promotor Parceiro da Ouvidoria”.

ATO Nº 139/2017-GPGJ (DJE 09/05/2017) - Institui e regulamenta o Concurso “Desafio MP Sustentável - 2017”, para redução do consumo de energia e água nas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

ATO 154/2017-GPGJ (DJE 25/04/2017) - Altera o Ato n. 403/2016-GPGJ, que institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO 158/2017-GPGJ (DJE 22/05/2017) - Aprova o Regimento Interno do Grupo Especializado da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (GAEProAD) e dos Núcleos Regionais de Atuação Especializada da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (NAEPACs).

ATO 162/2017-GPGJ (DJE 05/05/2017) - Altera o Ato nº 496/2016 - GPGJ, referente às notas de rodapé das alíneas que compõem o § 2º do Art. 1º, que estabelece a composição dos cinco Núcleos, de caráter regional, abrangendo todas as Promotorias de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público, probidade administrativa e fazenda pública do Ministério Público do Maranhão.

ATO 239/2017-GPGJ (DJE 11/05/2017) - Institui o Diploma de Honra ao Mérito alusivo ao cinquentenário da criação do cargo de Procurador-Geral de Justiça e dá outras providências.

ATO 287/2017-GPGJ (DJE 07/06/2017) - Institui o programa institucional “CÂMARA EM DIA”, e dá outras providências.

ATO Nº 293/2017-GPGJ (DJE 06/06/2017) - Institui o “Portal Anticorrupção”, instrumento de controle social das medidas preventivas dos atos de improbidade administrativa e corrupção na Administração dos Municípios maranhenses, constituindo-se, ainda, como banco de dados para subsidiar e orientar a atuação judicial e extrajudicial dos órgãos de execução ministerial na área, e dá outras providências.

ATO Nº 326/2017-GPGJ (DJE 19/07/2017) - Revoga o Ato nº 420/2010-GPGJ, de 03 de agosto de 2010 e determina a aquisição exclusiva de papel branco para uso no expediente de todos os órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 356/2017-GPGJ (DJE 13/07/2017) - Aumenta o número de membros do Grupo de Promotores Itinerantes, na forma do § 2º, do art. 3º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2013 - GPGJ/CGMP, de 04 de novembro de 2012, adequando-o à divisão administrativa do Estado em polos, consoante o Ato Regulamentar nº 07/2013 - PGJ, de 25 de abril de 2013.

ATO 422/2017-GPGJ (DJE 24/11/2017) - Institui a Medalha de Mérito do Ministério Público do Estado do Maranhão em reconhecimento aos anos de dedicação da classe ministerial à instituição.

ATO 540/2017-GPGJ (DJE 03/10/2017) - Altera o Ato n. 139/2017-GPGJ, institui e regulamenta o Concurso “Desafio MP Sustentável - 2017”, para redução do consumo de energia elétrica e água nas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 554/2017-GPGJ (DJE 18/10/2017) - Estabelece o pacote de medidas e ações com intuito de promover a gestão eficiente dos recursos ambientais e econômicos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 641/2017-GPGJ (DJE 24/11/2017) - Disciplina a eleição do “Servidor Destaque - ano 2017” do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 672/2017-GPGJ (DJE 06/12/2017) - Define as regionais dos anexos do GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, na forma seguinte: I) Imperatriz, abrangendo os municípios integrantes dos polos de Açailândia, Balsas e Imperatriz; II) Timon, abrangendo os municípios integrantes dos polos de Caxias e Presidente Dutra. Parágrafo Único - Os anexos de Imperatriz e Timon atuarão em apoio administrativo e operacional à sede do GAECO, na capital, podendo atuar fora de suas regionais, por determinação do Procurador-Geral de Justiça.

ATO 689/2017-GPGJ (DJE 14/12/2017) - Dispõe sobre a organização do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro -LAB-LD, e dá outras providências.

ATO 700/2017-GPGJ (DJE 26/12/2017) - Determina a inclusão de mensagem no rodapé de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências, no ano de 2018.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2017-GPGJ (Sem Publicação no DJE) - Fixa o prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, para que os MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2017.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2017-GSPGJAAD (Sem Publicação no DJE) - Fixa o prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, para que os ocupantes de cargos efetivos e comissionados apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro **de 2017**.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2017-GPGJ (Sem Publicação no DJE) - Fixa o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta Ordem de Serviço, para que membros e servidores que ocupem cargos e funções apresentem as declarações e certidões das justiças Federal, Eleitoral, Estadual ou Distrital e Militar.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2017-GPGJ (Sem Publicação no DJE) - Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o recolhimento ao erário do ressarcimento quanto aos serviços e materiais utilizados na reprodução de documentos, no fornecimento em formato digital e/ou postagens pelos correios, como previsto na Lei e Acesso à Informação e no Ato Regulamentar nº 06/2017-GPGJ.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2017-GSPGJAAD (Sem Publicação no DJE) - Procedimentos e Critérios para Tramitação de Processos relativos a pedidos de licença médica.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 01/2017-CGMP (DJE 18/05/2017) - Dispõe sobre o plantão dos Promotores de Justiça Corregedores.

PROVIMENTO Nº 03/2017-CGMP (DJE 28/09/2017) - Dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão, pela Corregedoria-Geral, para o fim de vitaliciamento.